

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A BRASÍLIA, AS BRASÍLIAS: LOCALIZANDO A NARRATIVA "COMUM" NOS
USOS DA CIDADE

Autor: Frederico Vianna Torres Diniz

Brasília, 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A BRASÍLIA, AS BRASÍLIAS: LOCALIZANDO A NARRATIVA "COMUM" NOS
USOS DA CIDADE

Autor: Frederico Vianna Torres Diniz

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de
Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, Fevereiro de 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A BRASÍLIA, AS BRASÍLIAS: LOCALIZANDO A NARRATIVA "COMUM" NOS
USOS DA CIDADE

Autor: Frederico Vianna Torres Diniz

Orientador: Prof^o. Doutor Edson Silva de Farias (UnB)

Banca:
Prof^a. Doutora Analia Soria Batista (UnB)
Prof^a. Doutora Christiane Machado Coelho (UnB)
Prof^a. Doutora Sayonara de Amorim Gonçalves
Leal Vargas (UnB- SUPLENTE)

Agradecimentos

Ao Edson Farias, amigo e orientador, parceria sem a qual este trabalho não teria sido concluído.

Primeiramente, agradeço ao CNPq e aos professores do Departamento de Sociologia da UnB, curso no qual iniciei a graduação em 2006. Por terem marcado minha trajetória acadêmica, agradeço especialmente aos professores: Sayonara Leal, Analia Soria, Wivian Weller, Brasilmar Ferreira Nunes, Luís de Gusmão, Christiane Coelho, Mariza Veloso e Sérgio Tavolaro.

Aos irmãos que fizeram parte da trajetória deste mestrado: Eduardo Soares Nunes e Dogercy Nunes, Maíra Cavalcante, Luisa Molina, Sara Moraes, Thamires, Marcos Henrique Amaral, Carolina Vicente, Leonardo Segedi, Daniel Mulim e Virgílio Riveira.

À Juliana e Isabella Veloso, pela grande amizade e colaboração em diferentes fases desta pesquisa.

À Valéria Borges pela contribuição na elaboração do desenho da pesquisa.

A meus familiares e amigos: Tania Vianna Torres, Vinicius e Bruna Vianna, Valda Vianna.

À Tatiana Strava, minha noiva, pela parceria e compreensão. Aos “tios” e amigos Niemeyer e Vanessa, por terem me recebido tão bem em Minas, durante o primeiro ano do mestrado.

Este é sem dúvida um trabalho incompleto e repleto de arestas, mas que apresenta alguma originalidade no panorama de pesquisas sobre Brasília. Foi realizado em um período de muitos imprevistos, mas que de modo algum retiram a responsabilidade do autor sobre tudo o que consta aqui produzido.

Resumo

Nascida de um esforço conjunto, a pesquisa analisa o espaço metropolitano de Brasília à luz de uma unicidade simbólico-narrativa-modernista ali materializada. Ao analisarmos o processo do redesenho da cidade-estado para a metrópole, destacamos a lógica sócio-espacial na qual se evidencia o Plano Piloto como “marco cognitivo” dentro do conjunto heterogêneo que conforma o Distrito Federal. A pesquisa analisa a malha metropolitana da capital à luz de uma tensão estrutural, a saber, de ser o espaço urbano da metrópole atravessado pela prevalência de uma narrativa formada predominantemente em torno de rotinas e protocolos condensados na região planejada. Mais especificamente, considerando o Plano Piloto no centro do ordenamento espacial brasileiro, e ainda em se tratando da incontornável característica de irrupção histórica da capital, partimos da constatação de se tratar tal área enquanto “lugar” reservatório modernista, marcado pelo acúmulo de saberes. Nesse sentido, sugerimos que o Plano Piloto condensa e fornece parâmetros de normalidade pelos quais se dá a hegemonia narrativa constatada no contexto metropolitano do Distrito Federal. Isso corresponde ao que denotamos por *narrativa comum* da cidade: tal síntese se expressa em categorias de entendimento naturalizadas. Lançamos mão da noção de *narrativas* para propor como o planejamento modernista torna-se compreensível à luz da missão histórica que originou. Trouxemos também a concepção de *espaço* enquanto *a priori social*, com isso sugerimos que a noção extrapola a componente meramente física e econômica: entendemos *espaço* enquanto *categoria de entendimento* a qual fornece parte dos elementos de apreensão, significação, reconhecimento e criação do mundo social. Em se tratando de pensar o espaço urbano de Brasília enquanto *a priori social*, buscamos fundamentalmente qualificar como se forma uma síntese de saberes e afetividades incorporadas por meio da qual a realidade sócio-urbana torna-se “familiar” e “natural”.

Palavras-chave: Espaço urbano; narrativas; usos; metrópole; relatos cotidianos.

Abstract

Born from a joint effort, the present research analyzes the metropolitan area of Brasilia considering its symbolic-narrative-modernist unity. By analyzing the process of redesigning the city-state to the metropolis, we highlight the socio-spatial logic in which the Plano Piloto figures as a "cognitive framework" within the heterogeneous group that shapes the Distrito Federal, in such a way that the perception of possible city uses framework is evinced. We explore this structural tension, namely, that the capital of the metropolis is crossed by the prevalence of a narrative produced basically according to routines and protocols condensed in the planned region. More specifically, locating the Plano Piloto in the very center of the brasiliense space, and even more, when dealing with the unavoidable characteristic of modernist historical eruption, we start from the fact that such area is treated as a "place" marked by knowledge accumulation, this 'modernist reservoir' condenses orientation and location criteria of Brasilia's social life. Accordingly, we suggest that the Plano Piloto condenses and provides parameters of normality by which hegemony in the Distrito Federal metropolitan takes place, as a life protocol. This corresponds to what we denote as a *common narrative* of the city: such a synthesis is expressed in naturalized understanding categories. We employed the notion of *narrative* to suggest how the modernist planning becomes comprehensible in light of the historic mission that has originated it. We have also brought the concept of *space* as a *social a priori*, and therefore we suggest that the concept goes beyond the merely physical and economic components: we understand *space* as an category of the understanding which furnishes part of the apprehension, meaning, recognition and creation elements of the social world. When it comes to think Brasilia's urban space as a *social a priori*, we seek fundamentally to precise in which manner a knowledge synthesis and an incorporated affectivity by which the socio-urban reality becomes "familiar" and "natural" are formed.

Key words: Urban space; narratives; uses; metropolis; everyday accounts

Sumário

| | |
|---|---------------|
| Prólogo | p. 8 |
| Introdução | p. 10 |
| Capítulo I – Hegemonia e a Visão Modernista de Brasília | p. 18 |
| Capítulo II – A Brasília, As Brasília: Localizando o Plano Piloto e a Narrativa Modernista | p. 27 |
| A Trama Metropolitana | p. 30 |
| Localizando a Narrativa Comum Brasiliense | p. 41 |
| Brasília e a Reformulação na Ocupação do Serviço Público no Brasil | p. 49 |
| Capítulo III – A Brasília: Localizando a narrativa “comum” da cidade | p. 54 |
| Critérios de orientação e classificação na vida social em Brasília: Lógica dos procedimentos | p. 54 |
| O Estudo Direcionado a Concursos enquanto Uso da cidade | p. 57 |
| O Modelo Narrativas-Usos enquanto Linguagem da Prática | p. 61 |
| Apresentando os Entrevistados | p. 71 |
| Concurso Público enquanto condição de acesso à cidade na Narrativa Modernista de Brasília..... | p. 76 |
| Hegemonia Modernista: Categorias naturalizadas no contexto metropolitano do Distrito Federal | p. 83 |
| Considerações Finais | p. 96 |
| Referências Bibliográficas | p. 109 |
| Anexos – Instrumentos | p. 110 |

Prólogo

Em pesquisa sobre o imaginário popular local¹, se faz notar a vinculação entre o nome de Brasília com as regiões do Plano Piloto e Lagos (Norte e Sul), ao passo que as demais Regiões Administrativas seguem conhecidas por seus nomes específicos. Ao analisar as referências sobre os símbolos que melhor representam Brasília, aparecem a Esplanada dos Ministérios, a Torre de TV e o Congresso Nacional. Dessa forma, os locais eleitos como símbolos de representação da cidade foram aqueles direta ou indiretamente relacionados ao poder e à condição da cidade como capital do país. Se, contudo, a pesquisa (CIDADE & SOUZA, 2002) aponta para uma dissociação entre imagem construída pelas instituições dominantes e a imagem percebida do local, tal imagem não impede que tanto os moradores do Distrito Federal quanto os turistas percebam, de maneira corrente qualidades e problemas de Brasília, como em qualquer outra cidade brasileira.

Ao que nos interessa mais diretamente, destacamos a elaboração discursiva sobre Brasília estar assentada em certezas bastante naturalizadas e posicionadas, que condensam grande parte das significações que compõem o espaço urbano brasiliense, em se tratando de ordenamento metropolitano. Com isso não chamamos atenção para um artifício meramente representacional, mas, sobretudo para um panorama preciso de maneiras de praticar a cidade que ao se destacarem de modo hegemônico, servem de parâmetros de normalidade para percepção e práticas de usos da cidade, ao modo de certezas e significações que influenciam modos vida nesta unidade federativa. Mais precisamente, o que se configura como descrição de Brasília corresponde à narrativa de um modo de vida posicionado, diz respeito à Brasília no sentido modernista materializado pela área planejada do Plano Piloto e os usos que se desenrolam nesta lógica sócio-funcional bastante precisa: *A Brasília*, no singular.² Dentre os principais

¹ CIDADE E SOUZA, 2002, p.3. In: “Geopolítica, modernismo e imagem de cidade: potencialidades e limites do patrimônio turístico no Distrito Federal.” Rio Claro: Geografia, 27(3): 71-86, dezembro de 2002. Revista da AGETEO – Associação de Geografia Teorética.

² Esta espécie de monopólio do Plano Piloto no sentido de ser percebido como sinônimo do imaginário de Brasília tem contrapartida na produção acadêmica. A este respeito, Nunes e Costa colocam: “Esse imaginário também teve reflexos na produção acadêmica sobre a cidade. Alguns dos principais trabalhos sobre a nova capital, particularmente aqueles relacionados ao campo da arquitetura, concentram-se quase exclusivamente nas características do Plano Piloto (HOLSTON 1993; CARPINTERO 1998; LEME, 1999). Uma das exceções a essa tendência é a “Coletânea Brasília”, organizado pelo professor Aldo Paviani e editada pela Editora da Universidade de Brasília. Nessa coleção, os autores vêm priorizando não apenas o Plano Piloto, mas também as demais regiões administrativas (PAVIANI, 1999; PAVIANI e GOUVEIA, 2003; PAVIANI, FERREIRA E BARRETO, 2005).” (NUNES & COSTA, 2007, p. 37)

efeitos desta espécie de unicidade-narrativa-modernista resulta o embaçamento e perda de foco no que tange às dinâmicas de crescimento, complexificação e mudanças que se verificam, afinal, na escala metropolitana e heterogênea no processo de patente espalhamento do tecido urbano brasiliense. Nesse contexto de prevalência hegemônica da trama modernista à custa do afinamento de toda uma gama de ordenamentos que constituem o tecido urbano brasiliense, perguntamos: Como é possível uma metrópole ser sentida por parte significativa de sua população como “provinciana” ao passo que se estende vigorosamente o crescimento do tecido urbano? Há um ordenamento urbanístico hegemônico em Brasília, no sentido de um conjunto posicionado de parâmetros de orientação e classificação da vida social na cidade?

Introdução

A pesquisa nasceu de um esforço conjunto³ que buscou analisar o espaço urbano de Brasília à luz de uma unicidade simbólico-normativa modernista aí materializada, partindo da constatação de ser este espaço urbano marcado pelo destaque de um panorama preciso de maneiras de praticar e compreender a cidade. Embora posicionados a determinadas tramas dentro do contexto metropolitano, tal panorama se destacava como quadro de possibilidades percebido como natural a Brasília, cujo traço mais notável consistia no modo como o tecido metropolitano heterogêneo era percebido de modo “provinciano” e um tanto homogêneo para todo um grupo interdependente de pessoas.

Nos debruçamos sobre esta tensão estrutural, a saber, como se torna possível um contexto metropolitano ser apreendido por todo um grupo interdependente de pessoas destacavam a centralidade da trama modernista circunscrita em modos de vida do Plano Piloto, esta área fornecendo parâmetros naturalizados de orientação e classificação na vida social transmutados em maneiras de praticar Brasília um tanto hegemônicas. Tal hegemonia simbólico-normativa se fazia notar de modo holístico quanto a categorias naturalizadas de orientação e classificação da vida sócio-urbana brasiliense, bem como em relatos cotidianos assentados em certezas bastante naturalizadas cuja extensão diziam respeito não apenas a uma compreensão prática de alguns modos de vida de Brasília, mas a parâmetros compartilhados sobre a própria constituição do espaço urbano brasiliense, de modo geral. Partindo desta constatação, todo o desenho desta pesquisa teve como origem problematizar como uma determinada trama⁴ sócio-urbana modernista poderia projetar significações no plano da percepção e práticas de usos da cidade, através de categorias naturalizadas de orientação e classificação que acabavam por conferir aspecto um tanto homogêneo à vida social brasiliense, tendo em vista toda

³ Trata-se do projeto guarda-chuva denominado *Metrópoles: “Estratégias” e “Táticas”*. *Ícone modernista em meio aos usos do contexto urbano no Distrito Federal*, sob coordenação de: Prof. Dr. Edson Farias (Dep. Sociologia/UnB) e Prof^a. Dra. Sayonara de Amorim Gonçalves Leal Vargas (Dep. Sociologia/UnB), cujo início remonta ao início de 2010. À época, interessava mapear etnograficamente os trajetos de diversão envolvendo grupos de jovens de diferentes áreas do Plano Piloto e dos Lagos (Norte e Sul) do Distrito Federal. Visava-se a convergência estabelecida entre dinheiro, estilo de vida, estratificação sócio-espacial e modos de articulação entre estima/afetividade e possibilidades de distinção e reconhecimento intra e intergrupos.

⁴ A noção de “trama” remete à existência de uma estrutura formal das narrativas. Na prática, toda narração se constitui da enumeração de eventos sucessivos e inter-relacionados temporalmente, o que forma uma trama (*plot*). Cf. Barbosa, 2003, p. 41.

uma miríade heterogênea que marca o movimento de espalhamento, complexificação e diferenciação sócio-funcional que configuram a metrópole.

Dito isso, podemos apresentar nosso problema geral da seguinte forma: Dado o contexto dispersivo pelo qual se realiza o espalhamento da malha metropolitana de Brasília; considerando, tratar-se de cidade recente, formada por múltiplas tradições culturais do Brasil e de outros países (embaixadas); nos perguntamos como, ao invés de ser Brasília levada a assumir traços cosmopolitas, ser percebida em um sentido bastante estrito e naturalizado como cidade “provinciana” por conjunto minoritário, porém significativo de segmentos desta população? Seguindo esta trilha, fomos levados a perguntar sobre os parâmetros de normalidade estão na base de uma percepção um tanto naturalizada e comum da metrópole, o que supõe localizar pessoas e qualificar maneiras de praticar a cidade na base desta percepção um tanto homogênea. Perguntamos, nesse sentido, como se dá o arranjo sócio-funcional do espaço urbano brasiliense que permite a centralidade do Plano Piloto modernista neste ordenamento espacial.

Em se tratando da lógica sócio-espacial do contexto urbano brasiliense se faz notável o traço de destaque do Plano Piloto enquanto “marco cognitivo”: caracteriza-se tal área pela concentração de recursos materiais e simbólicos, com patente destaque da trama modernista no tocante elaboração discursiva do espaço urbano brasiliense. Vale lembrar, se trate tal região de contexto geograficamente delimitado e demograficamente minoritário face à lógica de ocupação do território na metrópole. Mais amiúde, esta pesquisa toma por objeto a prevalência de maneiras de praticar a cidade na base da hegemonia modernista, hegemonia esta inscrita na centralidade da tessitura simbólico-normativa do espaço urbano da capital. Com isso, concebemos se dar pela centralidade desta região o fornecimento de parâmetros de normalidade na base da significação, apreensão e percepção do quadro de usos possíveis que se destacam com aspecto de hegemonia do conjunto da metrópole, tendo por referência, portanto, uma Brasília *singular*.

Para viabilizar a análise deste objeto, tomamos o espaço urbano de Brasília como um “*a priori* social”, no sentido que o espaço nunca é apenas um espaço físico e “plano”, mas sempre um espaço rugoso onde se coagulam significações, estimas e valorações que, na condição de se tornar um saber incorporado, produz efeitos nas condutas e práticas dos sujeitos nele implicados. (COUTO, 2011, p. 14) O “espaço” aparece, assim, como uma espécie de representação cognitivo-afetiva da vasta rede de

relações sócio-simbólicas, produzindo definições de sentido que afetam a sensibilidade corporal, percepção e memória dos sujeitos. (Idem. Ibidem)

Propomo-nos a apreender o espaço como uma “categoria de entendimento” que ao modo de uma *síntese* simbólico-normativa percebida como natural, serve como meio de orientação das condutas na medida em que fornece parte dos elementos simbólicos subsidiários para a apreensão, reconhecimento e a própria criação do mundo pelos agentes. Assim, trata-se de analisar o espaço à luz de uma síntese de saberes e afetividades incorporadas por meio da qual a cidade torna-se “familiar” e “natural”, ao modo de uma *certeza* compartilhada por todo um grupo interdependente de pessoas.

Em se tratando de abordagem pelo viés das narrativas, vale apontar, nos debruçamos sobre como esta unicidade narrativa hegemônica se dá pelo afinamento de outras narrativas que compõem o tecido metropolitano heterogêneo. Com isso, problematizamos o espaço urbano brasileiro à luz de uma unicidade modernista transmutada em percepção das possibilidades de usos da cidade. Chamamos de *narrativa comum* brasileira justamente a síntese pela qual determinadas maneiras de praticar a cidade e protocolos modernistas prevalecem como usos possíveis de Brasília, enquanto percepção de protocolos da cidade. Assim, tais maneiras de fazer se destacam no espaço urbano enquanto percepção de possibilidades de usos, no que se refere ao: *morar, trabalhar, estudar, divertir, deslocar, consumir, etc*, tomados como “verdadeiros” e “naturais.”

Tomar o espaço de Brasília como um “*a priori* social” exige ressaltar esta síntese de saberes incorporados cujos “conteúdos” remetem a arranjos sócio-funcionais formados por equilíbrios de poder entre grupos sociais. Desse modo, analisar a percepção de hegemonia no tecido metropolitano brasileiro equivale a localizar um regime de certezas posicionado transmutado em parâmetros objetivos contidos simultaneamente em categorias naturalizadas de orientação e classificação e determinadas maneiras de praticar a cidade que se destacam como modo de vida de Brasília. Interessa-nos, portanto, identificar e qualificar os critérios de orientação e localização “naturalizados” em função dos quais se viabiliza a criação e apreensão hegemônica do espaço urbano brasileiro, supondo de cunho modernista. Com isso, consideramos fundamental abordar a centralidade do Plano Piloto não apenas no que se refere à lógica sócio-espacial brasileira, mas em se tratando de abordar o espaço como um *a priori* social, concebemos esta região na centralidade do fornecimento de

parâmetros de normalidade transmutados na percepção de quadro de possibilidades de vida na cidade.

No contexto da tensão estrutural que apontamos constituir o espaço urbano brasiliense, o aparato teórico analítico que possibilita nossa análise resultou de uma dupla necessidade: De um lado, pela necessidade de problematizar o mecanismo pelo qual se torna possível uma unicidade simbólico-normativa - transmutada através de uma *narrativa comum* – e como tal unicidade se dá a custa do afinamento de outras *narrativas*. De outro lado, concentramos nossa análise em relatos cotidianos implicados em maneiras que se destacam como modos *comuns* de praticar a cidade (usos). Pela costura analítica do modelo narrativas-usos, nos debruçamos sobre relatos cotidianos implicados nas maneiras de praticar a cidade na base da hegemonia modernista quanto à compreensão e usos do espaço urbano da capital. Com isso, ao modo de uma *compreensão prática*, analisamos a relação indissociável entre relatos cotidianos (narrativas) e maneiras de praticar a cidade (usos), de modo que o mecanismo narrativo cognitivo é compreendido enquanto integração da dimensão corporal da prática e dimensão cultural socialmente objetivada, num único e mesmo movimento.

* * *

A pesquisa seguiu trilhas que levassem ao mapeamento descritivo e localização sociológica da *narrativa comum* da cidade, contando, nesse sentido, com descontinuidades e diversos referenciais empíricos. Assim, através de um caminho errático, buscou-se no *estudo para concursos públicos* evidenciar critérios naturalizados de orientação e classificação constatados na percepção de hegemonia evidenciada em Brasília. Em se tratando de pesquisa qualitativa, interessa-nos compreender como se atualizam critérios de orientação e classificação à luz da reorganização figuracional efetivada na vida social da cidade em torno da trama do concurso público.

Evidentemente, tal esforço não se deu de modo exaustivo e supõe a narrativa comum da cidade fundada socialmente em “princípios de diferenciação” vinculados a grupos e pessoas. Assim como a cartografia da cidade não é aleatória, os critérios de classificação da cidade não são neutros, de modo que no jogo das práticas de usos da cidade são evidenciadas tensões em função de distintos critérios relacionais.

A opção por tomar o concurso público como referencial empírico se justifica devido à centralidade, embora desde caráter recente, com que passaram a figurar os concursos no quadro das possibilidades naturalizadas da vida em Brasília, de modo a destacar o emprego público como espécie de tradutor de maneiras de praticar Brasília cujo destaque se dá enquanto hegemonia. Se bem entendemos a dinâmica dos concursos, esta deixa entrever critérios naturalizados de orientação e classificação imbricados à narrativa modernista brasiliense que buscamos analisar, isto é, aprioristicamente.

Como solução metodológica para acessar a narrativa modernista de Brasília, já na etapa exploratória, ganhou destaque a presença de jovens forasteiros que apontavam em seus relatos a centralidade do serviço público e a compreensão naturalizada segundo a qual figurava a estabilidade do funcionalismo como espécie de preço e requisito, no sentido bastante estrito de condição de acesso à cidade. Dessa forma, a pesquisa sofreu pressões que conduziram nosso interesse no sentido de pensar a cidade em função dos movimentos de reformulação dos concursos públicos durante a década de 2000 – aumento do número de vagas e recomposição salarial – que indissociavelmente expressam parâmetros de normalidade que expressam a tônica modernista. Percebeu-se, assim, no *estudo direcionado* para concursos uma prática de uso da cidade, de tal forma que apreensão da maneira como figura tal estudo, o que dele se espera, seria elucidativo para a abordagem das componentes que, sobretudo, *qualificam* o espaço urbano brasiliense.

Tomando relatos cotidianos naturalizados como solução metodológica desta pesquisa, foram buscados candidatos moradores de Brasília, em fase de preparação, já aprovados ou não em concursos públicos, de modo que através dos sentidos atribuídos ao serviço público buscou-se qualificar ambições, certezas, valores, emoções que indissociavelmente figurassem como o que se busca e compreende como vinculado à vida urbana da capital. Os relatos de pessoas que deixaram a cidade de origem para buscar em Brasília preparação ou empregabilidade para o concurso público apresenta a cidade como se se chocassem com uma atmosfera cujas certezas estivessem em suspensão, de modo que se tornava possível resumi-la a um “isto”. Assim, interessa-nos apontar o objetivo da pesquisa, pelo recurso ao concurso público e, nesse sentido, em buscar através de relatos cotidianos os critérios de orientação e classificação correspondentes à narrativa modernista da cidade, no que tange ao “familiar” e “comum” quanto à percepção e vivência dos moradores do Plano Piloto implicados na

trama dos concursos públicos. Acreditamos, dessa forma, se torna possível identificar, descrever e analisar que “conteúdos” conformam o aspecto de hegemonia modernista no espaço urbano brasileiro.

O desenho da pesquisa contou basicamente com a realização de doze entrevistas semiestruturadas e, seguindo tendências evidenciadas nessa etapa, optou-se pela aplicação de questionários em caráter complementar. Foram aplicados 177 questionários que visaram esclarecer motivações, certezas, expectativas, observadas na fase de preparação para concursos, bem como reunir informações que melhor permitissem qualificar o *estudo direcionado para concursos*, enquanto uso.

As entrevistas se pautaram em função das seguintes linhas de interpretação, a saber: Tensão homogeneidade/heterogeneidade; estima/distinção: noções de controle e influência; parâmetros de normalidade; efeitos de compreensão socialmente fundamentados; elementos que ficam fora da narrativa comum da cidade. Os roteiros das entrevistas e questionários encontram-se anexos à pesquisa.

Vale lembrar, é vasta a produção pesquisas⁵ sobre Brasília no que tange às implicações da irrupção da cidade pela componente modernista e ao Plano Piloto, especialmente nas áreas de: Geografia, Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo, História, explorando problemáticas as mais distintas⁶. Nesse sentido, partimos da incontornável tarefa de resgatar os processos históricos e projetos envolvidos na construção de Brasília, passando pelo processo de redefinição sócio-espacial da cidade-estado em metrópole. Dentro deste panorama, consideramos ocupar esta pesquisa terreno ainda pouco explorado, uma vez que toma por objeto recorrer à pesquisa

⁵ A este respeito, além de estudos que constam nas referências bibliográficas desta pesquisa, Cf. Coleção Brasília organizada por Aldo Paviani: PAVIANI, Aldo (Org.) *Brasília- Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. PAVIANI, Aldo (Org.) *Brasília: Controvérsias Ambientais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. PAVIANI, Aldo (Org.) *Brasília: Moradia e Exclusão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. PAVIANI, Aldo (Org.) *Urbanização e Metropolização. A Gestão dos Conflitos em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN, 1987. PAVIANI, Aldo. *Brasília: A Metrópole em Crise. Ensaio sobre Urbanização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989. HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

⁶ As problemáticas versam, principalmente, sobre os temas: a discussão sobre o patrimônio histórico e arquitetônico modernista, constituição arquitetônica e urbanística do espaço, produção e apropriações do espaço urbano. Ou mesmo considerando problemáticas acerca dos processos de redefinição da cidade-estado em metrópole: desigualdade sócio-espacial, modos pelos quais se deu a produção de metrópole com características dispersivas, modelos acerca de uma economia centrada predominantemente no setor de serviços, dinâmicas de trabalho nestas condições, estudos de dinâmicas populacionais, vetores de expansão, dinâmicas migratórias, ocupação e usos do solo, mobilidade urbana, turismo, consumo, dinâmicas de violência urbana, contextos de jovens e múltiplas tradições culturais, cultura política no seio do estado, cenas culturais e intervenções, dinâmicas imobiliárias, cultura política no seio da cultura de estado, práticas religiosas, etc.

qualitativa visando identificar, descrever e qualificar categorias de entendimento naturalizadas na base do destaque que ocupa o Plano Piloto, à luz da tensão *homogeneidade/heterogeneidade* evidenciada na cartografia dos usos da metrópole.

Nesse sentido, a proposta apresenta alguma originalidade no panorama de pesquisas sobre Brasília, à medida que propõe, ainda que com muitas arestas, lançar mão de pesquisa qualitativa para localizar e descrever como se apresenta tal hegemonia transmutada em critérios naturalizados de orientação e classificação na vida social, o que significa analisar o espaço urbano aprioristicamente.

No sentido de uma *linguagem da prática*, o problema narrativas-usos foi costurado visando possibilitar a análise dos critérios naturalizados em nível de relatos cotidianos, na base da percepção e prática modernista do espaço urbano de Brasília.

A pesquisa consta de três capítulos, além desta introdução e considerações finais. O **Capítulo I** pretende resgatar o panorama geral do debate histórico sobre a transferência da capital. Dessa forma, lança mão da noção de narrativa a fim de resgatar o processo sócio-histórico que elegeu o modernismo arquitetônico como solução adequada aos projetos de modernização do Estado e estrutura societária brasileira. Com isso, busca apresentar Brasília como símbolo e materialidade de um compromisso com o “Brasil moderno”, sendo a escolha do modernismo arquitetônico ensejada por “conteúdos” bastante precisos.

O **Capítulo II** reúne informações sobre a escala metropolitana da malha urbana brasiliense, chamando atenção para a lógica sócio-espacial precisa da qual deriva o Plano Piloto como “marco cognitivo” no centro do ordenamento espacial brasiliense. O capítulo também apresenta as principais categorias analíticas e saídas metodológicas adotadas visando analisar os critérios naturalizados na base da hegemonia modernista constatada no espaço urbano da capital. Dessa forma, busca evidenciar a opção metodológica por analisar relatos cotidianos de jovens moradores do Plano Piloto implicados na trama dos concursos públicos, explorando como percebemos aí filão empírico heurístico pelo qual se torna possível acessar parâmetros naturalizados na base da narrativa modernista do espaço urbano brasiliense.

O **Capítulo III** aborda mais diretamente os objetivos da pesquisa, uma vez que apresenta os relatos produzidos pelas técnicas de entrevistas e observação. Busca, dessa forma, identificar e qualificar critérios naturalizados de orientação e localização na base na hegemonia modernista, apontando traços normativos vinculados a tais parâmetros de normalidade. O capítulo apresenta a discussão do modelo narrativas-usos e o recurso a

este modelo no que se refere à possibilidade de analisar relatos cotidianos concebidos enquanto compreensão prática.

As considerações finais retomam como se dão alguns efeitos de compreensão decorrentes do que chamamos narrativa comum de Brasília, com o que sugere efeitos de compreensão decorrentes de destaque hegemônico-normativo da trama modernista, buscando implicações desta trama inscrita na centralidade do espaço urbano de Brasília. Como desdobramento da proposta, são também evidenciadas narrativas que ficam de fora da unicidade simbólico-normativa modernista na complexidade de usos do espaço urbano brasiliense. Em caráter subsidiário e exploratório, analisamos elementos aglutinadores que permitem a produção, destaque e deslizamento de significados um tanto hegemônicos, ao passo em que se dá o espalhamento e caleidoscópico da metrópole. Em sentido mais holístico, a pesquisa é atravessada pela tensão *homogeneidade/heterogeneidade – A Brasília, As Brasília*s – cabendo a nosso esforço analítico, à luz do modelo narrativas-usos, identificar e qualificar os conteúdos que garantem sentido normativo à componente de hegemonia do *espaço urbano brasiliense*.

CAPÍTULO I - Hegemonia e a Visão Modernista de Brasília

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como urbs, mas como civitas, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. [...] Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.

Fonte: Lúcio Costa, Plano Piloto de Brasília, 1957

O trabalho busca apreender como o espaço de Brasília, singularizado, sobretudo, pela centralidade de uma determinada narrativa modernista que aí está materializada, está implicado no conjunto da experiência social da cidade. Nesse sentido, se faz extremamente importante resgatar como historicamente alguns elementos constituíram a solução modernista de transferência da capital. O objetivo do primeiro capítulo consiste em demonstrar por linhas mestras que a adoção ao modernismo arquitetônico transcendeu a componente meramente urbana, contendo projeto de sociedade e de país. Interessa-nos evidenciar padrões no longo debate acerca da transferência da capital, pautado, sobretudo pelo esforço de modernização da estrutura societária brasileira, segundo parâmetros precisos. Com isso, buscamos precisamente, no plano dos valores, os critérios que orientaram a adoção à solução modernista arquitetônica. Assim, pela localização sócio-histórica, embora não exaustiva da adoção à solução modernista e suas promessas, damos o primeiro passo desta dissertação, que busca analisar maneiras (usos) pelas quais esta espécie de marco modernista (narrativa modernista) se inscreve no espaço urbano brasiliense, fornecendo parâmetros de normalidade que se destacam dentro de toda uma miríade de práticas, condutas e usos que se dão nesta trama cidadina.

Figura 1: Cruzamento dos Eixos Rodoviário e Monumental



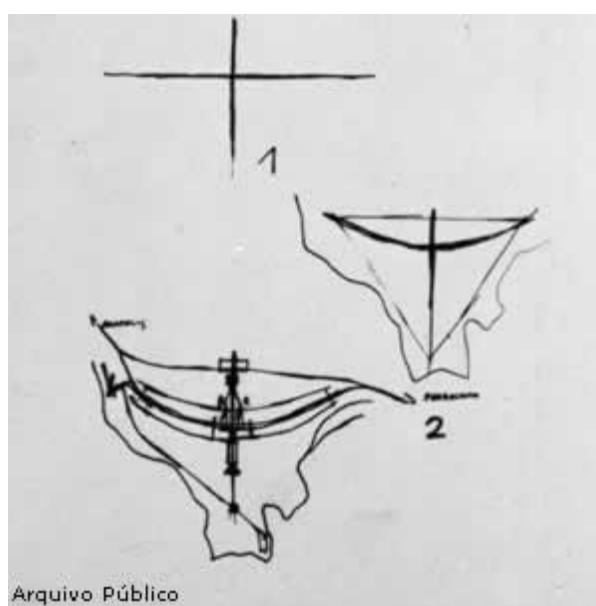
Fonte: Arquivo Público do DF

Seguindo a trilha do historiador Laurent Vidal (2009), buscamos fundamentos para localizar o projeto urbanístico de Brasília enquanto uma determinada posição sócio-histórica que remonta ao longo debate sobre transferência da capital brasileira. Evidentemente, não se trata aqui de produzir análise exaustiva desses processos, mas de resgatar padrões incontornáveis para o entendimento do processo histórico, dinâmico e descontínuo, que tendo início desde o final do império obedeceu a critérios cambiantes mas que também marcaram recorrências e continuidades nos ensejos que pontuaram o processo de transferência da capital.

Seria o projeto urbanístico vencedor do concurso do Plano Piloto pautado por valores extra-urbanos? Ora, a pergunta é extremamente relevante para compreendermos a componente “viva” que se buscava com a arquitetura modernista e promessas de Brasil moderno em sentido preciso. Uma análise processual, nessa direção, nos mostra que em diferentes contextos desse debate, emergiram efetivamente seis projetos de

capital⁷, cada qual espelhando prioridades e pautas dos respectivos contextos. Pode-se mesmo questionar, a este respeito, se havia de fato potencial de efetivação em cada um desses projetos de cidade, considerando que nem todos foram levados ao ponto de uma viabilização política. Tal questionamento, contudo, é para nosso interesse menos importante que o reconhecimento de certa continuidade dentre o ordenamento de prioridades e argumentos que marcaram os diversos contextos históricos implicados no debate de transferência, de tal modo que se destacaram dois pontos comuns ao conjunto dos projetos, a saber: pela necessidade de *interiorização da capital*; e a construção de uma *cidade nova*. Essas duas diretrizes foram efetivamente herdadas pela nova capital modernista.

Figura 2: A criação do Plano Piloto



Fonte: Arquivo Público do DF

⁷Para se ter uma ideia, cito Vidal (2009): “Um primeiro projeto foi pensado quando da presença no Brasil, do rei de Portugal Dom João VI, entre 1808 e 1821; o segundo, durante o período da Independência, em torno da figura de José Bonifácio (1821-1824); um novo projeto foi elaborado durante o império por Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador e diplomata (1839-1878); a República, no seu início, entre 1889 e 1904, tomou para si o projeto; O Estado Novo e depois a Nova República, entre 1930 e 1955, dedicam-lhe crescente atenção; foi finalmente o projeto de Kubitschek, entre 1957 e 1960, que deu a luz a Brasília. Foram, portanto, seis projetos, mas também seis contextos históricos, seis nomes de cidade (Nova Lisboa, Cidade Pedrália, Imperatária, Tiradentes, Vera Cruz e Brasília) e o mesmo número de ambições políticas e sociais diferentes. (op. cit. p. 17)

O argumento central de Vidal consiste em apontar no projeto urbanístico também um projeto político de país e nação, sobretudo passando pela necessidade de redefinição da sociedade civil norteados por parâmetros que visavam alçar o Brasil à condição de soberania no concerto da civilização europeia. Em outras palavras, consistia em perseguir as condições de realização do *Brasil moderno*. Não pretendemos endossar qualquer teleologia modernizadora, como se se tratasse de processo inevitável, mas evidenciar como se fez historicamente relevante a percepção normativa desta modernização, que em outra direção, se encaminhou bem no sentido de vicissitudes e promessas. Nesse sentido, embora a escolha do projeto adequado de construção da capital fosse pautado por um *telos* de modernização, basta considerar o modo como historicamente se deu a transição de uma estrutura rural-patriarcal-comunal para uma matriz de desenvolvimento urbana-industrial e de serviços para evidenciar que foram atualizadas mazelas que justamente se pretendiam superar, quando da trajetória deste processo. De outra forma, podemos destacar compreensivamente como a própria noção de “modernização” das estruturas econômicas, sociais, políticas e administrativas tornara-se verdadeira necessidade a ser perseguida visando à superação do diagnóstico de “atraso” do país. Ademais, não se tratava de debater tal processo de modernização por qualquer espécie de abandono de uma tradição sócio-identitária brasileira. Tratava-se, mais precisamente, de promover e simultaneamente ajustar as necessidades de inserção do Brasil no contexto das nações desenvolvidas civilizadas, obedecendo às idiosincrasias e singularidades que compunham a identidade do povo-nação brasileiro, o que evidenciou um contexto febril de discussão sobre o que afinal constituiria a nação, sugerindo uma espécie de *modernização à brasileira*. Estas preocupações ao modo de diagnóstico voltado à intervenção política visando transformação do Estado e da sociedade brasileira, marcadas pelo ensejo de modernização, pontuado pelo respeito à singularidade brasileira, marcaram características de uma tradição intelectual, passando por sucessivas gerações de comentadores, se condensaram no chamado *pensamento social brasileiro* (TAVOLARO, 2005).

Os parâmetros que orientaram o debate acerca das condições de modernização estrutura societária brasileira correspondem aos critérios que pautaram o debate de superação do “atraso”. Nesse sentido, podemos dizer que eram perseguidos os valores atribuídos ao processo da modernidade ocidental, que em sentido um tanto universalista corresponderiam à: *civilização, racionalidade* e o *controle da natureza*, articulados no caso específico do projeto urbanístico pelo recurso à *racionalidade sócio-técnica* como

intervenção eficiente na modulação de práticas, sentimentos e afetos pela normatização dos espaços.

Por modernidade entendemos o movimento ocidental de redefinição das instituições – Estado, Mercado, Ciência - às quais foi atribuído papel de predominância na coordenação das relações sociais cujo rearranjo alterava drasticamente as figurações sócio-humanas no contexto de florescimento do capitalismo urbano industrial. A modernidade, assim, foi trabalhada sob diferentes matrizes pelos clássicos da sociologia, no contexto histórico do florescimento das sociedades industriais europeias, quando da virada do século XIX. Mais especificamente, atravessava as diferentes matrizes teórico-analíticas o deslocamento da tônica quanto à coordenação das relações sociais na direção, principalmente, nos movimentos de difusão do estado-racional-legal e da burocracia, bem como na industrialização e formação de novos vínculos sociais próprios à vida nas cidades. As relações sociais passariam, nesse processo, por redefinição quanto à configuração dos agentes e tipos de condutas, marcados por valores universalistas como *ascese, precisão, eficiência e impessoalidade*.

Mais especificamente, é o pensamento social brasileiro marcado pela busca de compreensão das condições de modernização da sociedade nacional, dos meios que permitam coordenar estruturas sociais, políticas e tipos de organização econômica, ou seja, sondar as potencialidades do “Brasil moderno”. (VIDAL, 2009, p. 18). Destaca-se, precisamente, a busca *racional* pela superação da condição de “atraso”, de modo que esta noção habita o centro das motivações em torno do debate da transferência da capital, movendo grande esforço político de analistas e homens de ação envolvidos nos campos político e intelectual. Evidencia-se, sobretudo, a influência exercida pelo pensamento social europeu sobre os comentaristas brasileiros, cujas interpretações voltaram-se ao estudo da *singularidade brasileira* (TAVOLARO, 2005). Destarte a preocupação em tornar o país uma sociedade moderna, em linhas gerais tratava-se de compatibilizar a sociedade periférica à universalização dos valores e instituições da civilização moderna, notavelmente: *Estado racional-legal, economia capitalista, família nuclear, individualismo, racionalização de meios e fins, diferenciação das esferas de valor*.

Ao interesse da pesquisa cabe evidenciar como o projeto urbanístico da nova capital deve ser compreendido enquanto espécie de depósito geológico de ideias de Brasil. Ou melhor, de concepções do Estado, da sociedade e da nação, tornando-se incontornável o resgate desses elementos históricos visando compreender o processo

sócio-histórico que conduziu à adoção ao modernismo arquitetônico. Amiúde, podemos perguntar acerca do projeto político que pautou a escolha do projeto urbano-arquitetônico-modernista na década de 1950.

São justamente as relações entre o projeto de Brasília e a ideia de Brasil moderno que sugerem, com efeito, ultrapassar o projeto modernista da capital a simples dimensão geopolítica de uma transferência: corresponde à solução arquitetônica em face de ensejo de modernização do estado e da sociedade civil no contexto da configuração sócio-histórica do Estado nacional da década de 1950. Tratava-se, em grande medida de conceber uma arquitetura para o poder, fundada na racionalidade instrumental técnico-científica cuja arquitetura promoveria na cidade condições de superação do atraso. É importante notar que a escolha da capital foi pautada pelo esforço “racional” de construção da cidade, em acordo com as novas exigências econômicas e sociais em vigor. Brasília não poderia ser uma cidade qualquer: era preciso encenar, racionalmente, a nova organização social imaginada para a sociedade brasileira, tanto quanto a nova dimensão e a nova prática do Estado. Tais exigências traziam consigo, portanto, a aspiração ao *homem novo brasileiro*. A nova cidade capital deveria notabilizar a afirmação do Brasil moderno e desenvolvido. Logo, Brasília pode ser pensada como um ideal estético e político brasileiro racionalmente planejado viabilizado pela adoção à solução arquitetônica fundada na certeza da racionalidade técnica e controle da natureza, de modo que a produção do espaço promoveria as qualidades perseguidas à ordenação dos vínculos sociais. Os projetos do urbanista e do arquiteto da nova capital são fortemente determinados pelas funções que deve cumprir a cidade, pela racionalidade necessária de sua fisionomia e pela obrigação da afirmação de sua modernidade. (VIDAL, 2009, p. 198). Podemos perceber, os ensejos racionalmente encenados tornam-se missão e assumem caráter político comprometido com a viabilização do Brasil moderno.

A este respeito, apontamos o argumento de Santos (2010) para a qual a capital nascia com a missão histórica de promover o reordenamento do Brasil moderno, de modo que Brasília figurava enquanto espécie de “modelo em miniatura” a ser seguido pelo restante do país:

O projeto de Lucio Costa venceu o concurso público para a construção da nova capital. Afinal, tratava-se de construir, sobretudo, um Brasil moderno. A

modernidade como utopia, ou seja, transformar a sociedade arcaica, rural, oligárquica, violenta, desigual, pré-moderna, em uma sociedade moderna e igualitária, que permitisse a emancipação dos homens e mulheres perante seus desígnios naturais e sociais. Utopia da modernidade? Ou atualidade da utopia? É preciso observar com atenção por que o traçado urbano de Brasília nasce de um “gesto primário”. Que gesto primário é esse para além do sinal da cruz? É o gesto da intersecção, do cruzamento de eixos que em avenidas paralelas possibilitariam o surgimento do múltiplo. De eixos entrecruzados nasce uma nova cidade. A utopia da ocupação do interior do País, de assenhorar-se do Brasil profundo – desconhecido, marginalizado e ignorado – revela-se próxima de sua realização. E a grande utopia de Brasília foi não só a de ocupar o “sertão” brasileiro, romper com a pré-modernidade, mas também a de criar um novo modelo de sociedade para o Brasil. A nova capital, não por acaso Brasília, deveria representar uma sociedade e uma cidade que pudesse ser como um modelo em miniatura, no qual a vivência coletiva tivesse preponderância e o espaço público fosse de fato marcado pela experiência dos habitantes da cidade (SANTOS, 2010, p.86-87).

Dessa forma, Brasília torna-se compreensível simultaneamente enquanto símbolo e materialidade de um projeto modernizador brasileiro, marcado pela redefinição estrutural da vida social, cujo esforço evidencia predominância do Estado e mercado, aliados à instituição da ciência, na coordenação das relações sociais⁸.

Os princípios do modernismo e de sua arquitetura seguiram a proposta de renovação arquitetônica ancorada em Le Corbusier, a qual sugeria a quebra com a tradição, no sentido de articulação da mudança visando liberação da sociedade e da consciência humana, no caso arquitetônico, pela normatização de espaços. Contudo, notou-se que no debate acerca dos processos de modernização das estruturas societárias ocorreu mediante compromisso com uma tradição brasileira, marcando o caráter conciliador desses esforços de modernização.⁹ Para tanto, ancorou-se na razão instrumental e confiabilidade técnica de intervenção da arquitetura no entalhamento do espaço e até mesmo do caráter. É isso o que propõe a arquitetura moderna e que corresponde às expectativas do Estado brasileiro. Desse modo, estabelece-se uma homologia tão forte entre o modernismo e modernização, que põe em plano de fundo as

⁸ Ora, com isso buscamos atentar para a inscrição do modernismo arquitetônico no bojo do processo de modernização, em se tratando de elaboração ideativo-conceitual e normativa pela qual se deu constituiu a narrativa modernista enquanto amálgama acerca da discussão de nação e moderno como núcleos de uma moralidade que pautou a transição de uma estrutura rural-colonial-escravocrata para o ideal de modernização sintetizado na apropriação de moderno no contexto de uma estrutura urbana e industrial. Cf. FARIAS, 2011(b).

⁹ Em contrapartida, também, não é por buscar resgatar tal tradição que não a idealiza, mitifica, substancializa, em diferentes momentos, como no sertanejo do interior (vide movimento modernista da década de 1920); ora no ente político-mítico-transcendental do povo-nação - que inspirou Juscelino a glorificar uma cidade cuja fundação espalhasse a nacionalidade do país que se quer, rumo ao futuro, sem, no entanto, deixar para trás sua tradição ibérica, colonial, barroca. (FARIAS, 2011, p. 32)

ambições sociais do arquiteto e o método autoritário do Estado. Na base dessa relação, entre a arquitetura brasileira moderna e a modernização da sociedade brasileira, todos os níveis de governo (federal, regional, municipal) utilizam a arquitetura moderna como um dos símbolos mais importantes de seu engajamento na criação de um novo Brasil. (VIDAL, 2009, p.190)

Tal movimento é patente na parceria entre Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer quando da construção do bairro da Pampulha (1947), em Belo Horizonte, sendo repetida dez anos mais tarde com a construção de Brasília em 1957.

Se o modernismo, enquanto movimento urbanístico propunha a ruptura com o passado de atraso e, desse modo, despontaria para o enaltecimento do presente como tônica da vida urbana nunca podemos perder de vista a apropriação e ressemantização deste movimento quanto à preocupação com o resgate de uma tradição brasileira colonial, católica e barroca. A este respeito, pode-se apontar a construção de uma catedral católica na esplanada dos ministérios e o sinal da cruz como “gesto primário” do cruzamento dos eixos monumental e rodoviário. Ora, podemos perfeitamente vislumbrar que no caso do modernismo arquitetônico de Brasília, ao invés de rupturas com a tradição, a semiótica da cidade reiterasse e reafirmasse os valores de uma sociedade imbuída dos valores de uma tradição ibérica, perguntando em que medida Brasília, produto de ensejos de modernização, não se apresenta, todavia, como eterno retorno de uma mesma tradição (KHOTE, 2011). De fato, para além de explorar tensões inerentes à apropriação da arquitetura modernista, interessa-nos ressaltar a tradição sócio-identitária brasileira, bem como o projeto político e de sociedade refletidos na solução arquitetônica modernista que triunfou como resposta adequada à necessidade de construção da capital política. Se de um lado, abordamos em que medida o traçado arquitetônico refletiu o mencionado projeto de sociedade, de outro, interessa-nos tentar mensurar as condições urbanísticas implantadas que qualificam o vínculo social, mais especificamente, em que medida o traçado urbanístico modernista moldou as relações sociais e que configurações narrativas produziu. Justamente neste conjunto de elementos que devemos buscar os critérios de classificação e orientação “naturalizados” em função dos quais se evidencia a apreensão hegemônica do espaço urbano brasileiro. Pensamos o traçado urbanístico e o espaço em que está materializado enquanto síntese de processualidades históricas, tanto do projeto de modernização do estado-nação, quanto aglutinação de relações simbólicas (valores, crenças, ideais, sentimentos, etc...) forjados em torno de eixo-normativo-cognitivo-unicista, no qual o Plano Piloto ocupa

“lugar” enquanto espécie de reservatório modernista marcado pelo acúmulo de saberes. (COUTO, 2012)

Ao reconhecermos a irredutibilidade histórica do processo de transferência da capital, sublinhamos como Brasília, sobretudo a componente planejada do Plano Piloto, enquanto figura depositária de conjuntos de ideias ao modo de um verdadeiro reservatório de saberes. Sublinhamos a proeminência do dueto Estado-mercado, bem como o recurso à racionalidade sócio-técnica da arquitetura como solução eficiente para moldar a sociedade que se quer, na coordenação das relações sociais. Localizamos Brasília no caudal de um esforço histórico de superação do atraso e busca da soberania brasileiros. Imbuída de parâmetros voltados ao contexto da civilização desenvolvida europeia, de modo que localizar a Brasília no panorama sócio-histórico de caráter modernizador faz-se incontornável para elucidar o conjunto de significados encerrados em sua construção.

Seguindo adiante o interesse da pesquisa, torna-se fundamental problematizar como a cidade efetivamente ganha vida, explorando a redefinição sócio-espacial da cidade-estado em metrópole, na qual interessa-nos mais especificamente explorar como Brasília apresenta com destaque uma *narrativa comum*. Com isso, chamamos atenção para a existência de um *ethos* modernista fundado em determinadas maneiras de praticar a cidade (usos), simultaneamente vinculadas à lógica sócio-espacial brasiliense. Sobretudo, chama atenção o efeito de hegemonia no contexto de percepção e práticas do espaço metropolitano desta unidade da federação, figuração a qual ocupa a região do Plano Piloto centralidade no ordenamento espacial da capital. Esta região, historicamente marcada por este conjunto de traços que remetem a: uma síntese de saberes com concentração de recursos materiais e simbólicos, muito embora, demograficamente minoritária. De fato tal região mobiliza enorme carga simbólica, destacando-se no contexto metropolitano ao modo de um marco cognitivo. Justamente às maneiras de perceber e praticar a cidade implicadas nos usos de determinadas tramas do Plano Piloto e como tais usos se fazem naturalizados que buscaremos dar conta do objeto desta pesquisa.

CAPÍTULO II: A Brasília, as Brasília: Localizando o Plano Piloto e a Narrativa Modernista

*O que é Brasília?
Brasília é o avião do Plano Piloto, ou a
Borboleta de Lúcio Costa,
É a Esplanada dos Ministérios (espaço fora do
cotidiano da maioria dos brasilienses), é o
Congresso Nacional, são os Palácios do
Governo, é a Catedral, é o Lago Paranoá.
Brasília é a Superquadra, é o Comércio Local,
É o espaço livre dos blocos sob pilotis,
É o horizonte e muito céu,
Haja espaço!
Brasília é o eixão, os eixinhos, as tesourinhas e
os balões,
Haja carro!
Brasília são os setores, as Entrequadras,
Os Núcleos Rurais (cada vez menos) e os
Condomínios (cada vez mais),
Mas também as Chácaras, os cerrados,
Haja verde!
Brasília é a Vila Planalto, a Vila Varjão, o Vale
do Amanhecer, a Agrovila, agora Cidade, São
Sebastião, é o Paranoá.
É o acampamento da Telebrasil, é a
Estrutural, é o Itapoã,
É a Candangolândia, o Cruzeiro, Planaltina e
Brazlândia.
É Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Riachos
Fundos e Recanto das Emas.
É Sobradinho, Gama, Guará, Santa Maria,
Haja gente!
Brasília é também o Entorno,
goiano, mineiro, fora do DF (cada vez menos),
que fazem e refazem (cada vez mais),
essa Brasília Metropolitana.¹⁰*

O Capítulo II pretende reunir condições e saberes que permitam localizar o Plano Piloto na lógica sócio-espacial metropolitana brasiliense. Dessa forma, visa possibilitar a apresentação e análise dos critérios de orientação e localização naturalizados em torno dos quais se dá o ordenamento espacial do Distrito Federal, critérios estes que serão apresentados no capítulo seguinte. Nesse intuito, o capítulo apresenta uma estrutura na qual, primeiramente, lança um panorama da trama metropolitana de Brasília. Em seguida, busca localizar a narrativa comum da cidade e,

¹⁰ Verso de Benny Schvasberg (2010).

se tratando de introduzir as principais soluções metodológicas, expõe em que sentido se dá a centralidade ocupada pelo concurso público como prática de uso da cidade. Em seguida, expõe a estratégia de analisar relatos cotidianos de jovens moradores do Plano Piloto implicados na trama dos concursos públicos, de tal modo que, ao expor os significados sociais em torno desta trama, acessamos os próprios critérios naturalizados acerca de maneiras precisas de praticar o espaço urbano brasiliense.

Vale apontar alguns esclarecimentos. Não se trata de resgatar as condições sócio-históricas pelas quais a narrativa modernista se constituiu enquanto centralidade e hegemonia no contexto metropolitano desta unidade da federação¹¹. Em outro plano de análise, interessa-nos inserir a problemática de como tal hegemonia se evidencia através de um panorama preciso de maneiras de praticar a cidade, também expresso enquanto uma *narrativa comum*. Buscamos, dessa forma, conduzir o esforço de pesquisa para a identificação dos critérios de localização e classificação naturalizados no que tange ao ordenamento sócio-normativo-modernista do espaço urbano de Brasília.

Entendemos a noção de “*espaço*” nos termos de Kant (2011), a saber, enquanto um elemento intrínseco à faculdade do juízo – espaço é uma categoria de orientação e localização - tratando-se de um *a priori*.¹² Nesse sentido, nos propomos a apreender o espaço como uma “*categoria de entendimento*” que serve como meio de orientação das condutas na medida em que fornece parte dos elementos simbólicos subsidiários para a apreensão, reconhecimento e criação do mundo pelos agentes. Dessa feita, concebemos o espaço urbano brasiliense no sentido que “espaço” nunca é apenas físico, mas uma espécie de representação cognitivo-afetiva da vasta rede de relações sócio-simbólicas, produzindo definições de sentido que afetam a sensibilidade corporal, percepção e memória dos sujeitos (COUTO, 2012).

Interessa-nos sondar a centralidade do Plano Piloto na lógica sócio-espacial brasiliense, visando identificar e qualificar que “conteúdos” compõem a síntese de saberes e afetividades incorporadas por meio das quais a realidade sócio-urbana torna-se “familiar” e “natural”, uma certeza para todo um grupo interdependente de pessoas.

Desse modo recorreremos a tramas nas quais determinadas maneiras de praticar e perceber Brasília, que por usos do Plano Piloto, se vinculam a grande parte dos

¹¹ A este respeito, Cf. COUTO, 2011; MENEZES, 2012.

¹² Contudo, em se tratando de uma apropriação sociológica caberia complementar tal descrição do espaço urbano ressaltando o aspecto socialmente estruturado e dotado de historicidade, cujo resgate se mostra incontornável à compreensão práticas sociais, tratando-se mais propriamente de um “*a priori* social”, simultaneamente saberes incorporados percebidos como verdadeiros e naturais.

significados hegemônicos acerca das possibilidades prático-normativas de perceber a rede metropolitana do Distrito Federal. Dessa feita, recorreremos a relatos cotidianos como modo de acessar os parâmetros de normalidade na base da hegemonia modernista brasileira.

A Trama Metropolitana

Ao nos deslocarmos por Brasília percebemos que a extensão da malha urbana em muito extrapola o traçado urbanístico do Plano Piloto e constatamos o vigoroso processo de espalhamento e crescimento do tecido metropolitano. Os dados mais recentes mostraram a população do Distrito Federal constando de 2.562.963 pessoas (CENSO, 2010), figurando como a quinta metrópole brasileira em população, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte. Como constitucionalmente o Distrito Federal não pode ser municipalizado, o território é dividido em Regiões Administrativas (RAs) ¹³, sendo que atualmente consta de 31, denotando complexificação e heterogeneidade em múltiplas ocupações do solo urbano. Essa condição atenta para a componente metropolitana do Distrito Federal e atenta para o fato de ter Brasília em muito transbordado a trama estatal-administrativa modernista, muito embora justamente esta trama da capital sintetize de modo hegemônico os traços que denotam os quadros de possibilidades de usos da metrópole, ao que apontamos para uma unicidade-simbólico-normativa modernista no contexto dispersivo e heterogêneo metropolitano.

A gestão institucional do Distrito Federal transcende as fronteiras desta unidade federativa para a chamada região de influência direta de Brasília, RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. A RIDE envolve 22 municípios ¹⁴, contando com mais de três milhões de habitantes, dos quais 70% vivem no Distrito Federal. Estima-se que mais de 30% da população ocupada do chamado “Entorno” trabalha em Brasília ¹⁵, o que é notável especialmente nos sentidos dos deslocamentos diários em direção principalmente ao Plano Piloto e a organização da

¹³ Nos usos cotidianos, as regiões administrativas são chamadas de “cidades- satélites”. Enquanto o termo “cidade-satélite” é de uso corrente e cotidiano, região administrativa recebe uso técnico quanto à divisão político-administrativa do DF. Contudo, nota-se o esforço político crescente quanto ao emprego apenas deste último, uma vez que “cidade-satélite” remete a conotações negativas, como veremos ao longo desta pesquisa.

¹⁴ Compõem a RIDE o Distrito Federal as cidades de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa (em Goiás), mais Unai, Buritis e Cabeceira Grande (em Minas Gerais).

¹⁵ Dados da Pesquisa Domiciliar de Transporte (CODEPLAN, 2002) confirmaram a elevada dependência das populações do Entorno quanto às oportunidades de trabalho, negócios e serviços essenciais oferecidos por Brasília. No período registrado entre 1990 e 2000, aumentou 174,30% (passaram de 56.650 para 152.649 viagens de pessoas/dia) o montante de viagens diárias do Entorno para o DF.

malha rodoviária, também nesse sentido. Ainda neste aspecto, é o Distrito Federal caracterizado por um padrão extensivo de ocupação do solo urbano com pequena concentração de pessoas próximas aos locais de trabalho o que significa um cotidiano marcado por grandes deslocamentos para a maior parcela da população. Se a RIDE dimensiona escala dos traços metropolitanos de Brasília quanto a municípios limítrofes mineiros e goianos, já existem elementos suficientes que apontam para a expansão desta influência direta para outros estados como Bahia e Tocantins e, indiretamente, atuar o Distrito Federal como zona de influência na região Norte e demais estados do Centro-Oeste, participando na prestação de serviços especializados, atuando, também, na logística de escoamento e distribuição de produção como ocorre, por exemplo, no agronegócio desenvolvido em toda a região Centro-oeste do país.¹⁶

Mapa I - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)¹⁷



Cidades do DF, de Goiás e de Minas Gerais se unem na Ride com vistas ao desenvolvimento conjunto da região

¹⁶ A respeito da importância do agronegócio nas fronteiras do DF, ver matérias: “Cristalina: movida pela agropecuária, mercado local cresce em ritmo chinês” Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/01/13/interna_cidadesdf,343790/cristalina-movida-pela-agropecuaria-mercado-local-cresce-em-ritmo-chines.shtml Publicada e resgatada em: 13/01/2013, às 08:00. “Influência de Brasília ultrapassa limites de cidades próximas”. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/11/18/interna_cidadesdf,334277/influencia-de-brasilia-ultrapassa-limites-de-cidades-proximas.shtml Publicada e resgatada em: 18/11/2012 às 07:30.

¹⁷ Em <http://www.anuariododf.com.br/brasil-e-regiao/localizacao/>, resgatado 04 de novembro de 2012, às 16:00.

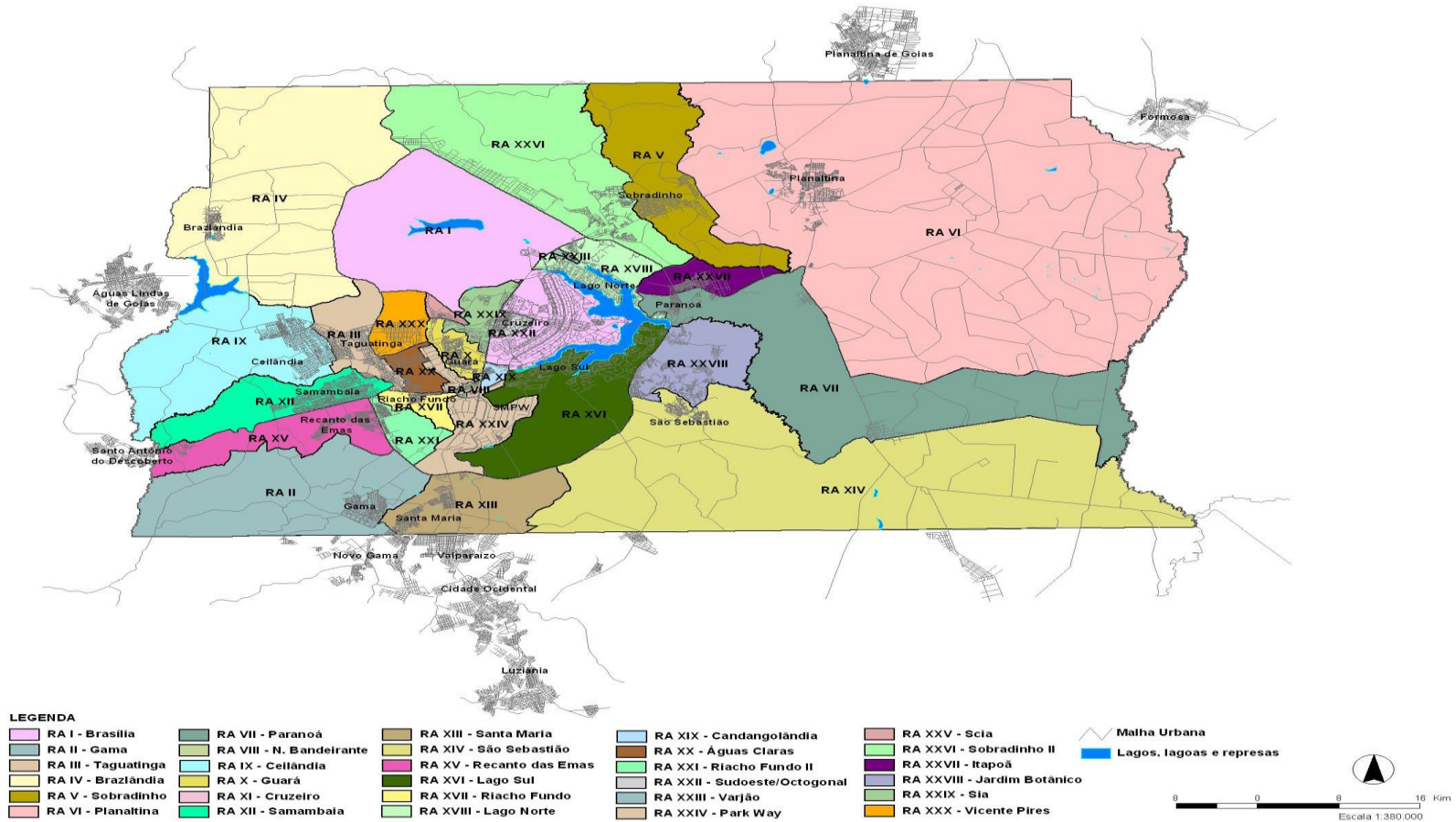
No escopo da redefinição sócio-espacial em que a Cidade-Estado se redesenha metrópole (PAVANI, BARRETO, FERREIRA, CIDADE e JATOBÁ, 2010), para além dos prédios alocando órgãos do Estado nacional e da administração regional e, também, daqueles inicialmente construídos para acolher a vida doméstica do funcionalismo público com suas respectivas famílias, o contexto urbano brasileiro abarca condomínios luxuosos e moradias populares, também incluindo à maneira como se deu invasões de terrenos onde foram erguidas habitações precárias. Inserem-se, igualmente, centros de abastecimentos como grandes redes de supermercados e shopping-centers, mas também uma diversa de modalidades de comércios, como as barrancas e bancas de pequenos vendedores populares e mesmo de ambulantes. Isto, não apenas nas extensas periferias urbanas já implantadas ou em áreas tradicionais fora do Plano Piloto, à maneira de Taguatinga e da Ceilândia; mas no coração mesmo da parte tombada¹⁸, por exemplo, no Eixo W-3 Norte, onde as oficinas mecânicas subverteram o norteamento que a princípio delimitava os usos comerciais e de serviços. Do mesmo modo, as interquadras – situadas nos interstícios das superquadras habitacionais – deixaram de lado a função de suprir as demandas locais e, cada vez mais, atendem clientela proveniente de áreas várias do Distrito Federal e mesmo provenientes de outras unidades da federação, como de Goiás e Minas Gerais. Os serviços de bares, restaurantes e de diversão em geral são bem ilustrativos a respeito. Situados ao longo dos lados sul e norte de ambas as Asas, seus frequentadores podem ou não terem por endereço a superquadra mais próxima; em grande medida valendo-se da locomoção permitida pelo automóvel particular, eles transitam por setores os mais diferentes da capital, muitos provenientes de outras regiões administrativas ou mesmo das cidades goianas localizadas no entorno do Distrito Federal, a exemplo de Luziânia. Tal ocupação móvel gera fenômenos de disputa que escapam totalmente das coordenadas iniciais do uso do espaço urbano: nas noites de movimento intenso em equipamentos privados de lazer e diversão, os carros dos visitantes invadem as vagas nos

¹⁸De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural do Distrito Federal compreende, desde 2007, aos seguintes conjuntos arquitetônico-urbanísticos: **1)** Setor Palácio Presidencial: Palácios da Alvorada e Jaburu; **2)** Espaço Oscar Niemeyer; **3)** Praça dos Três Poderes: Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Museu da Cidade, Espaço Lúcio Costa, Casa de Chá, Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, Pombal; **4)** Esplanada dos Ministérios: Blocos Ministeriais e Anexos, Palácio da Justiça, Palácio do Itamaraty e Anexos, Catedral Metropolitana de Brasília, Teatro Nacional Cláudio Santoro, Conjunto Cultural Sul, Touring Club do Brasil; **5)** Eixo Monumental Oeste: Memorial JK, Memorial dos Povos Indígenas, Complexo Cultural Funarte, **6)** Quartel General do Exército, **7)** Capela Nossa Senhora de Fátima, **8)** Catetinho, **9)** Placa comemorativa oferecida a Rui Barbosa (IPHAN, 2009)

estacionamentos das superquadras vizinhas, a princípio, dedicadas aos moradores dos edifícios próximos. (FARIAS, 2011, p.9)

A análise a seguir é baseada em dados da PDAD/DF-2011. Analisando a distribuição dos postos de trabalho, faz-se notar que das 477.125 vagas, 44,25% estão localizados em Brasília, 8,31% em Taguatinga e 6,99% em outros locais. Nas localidades de menor poder aquisitivo pode-se observar empregos voltados essencialmente para ocupações de menor qualificação, destacando o fato de que 6,99% dos ocupados que trabalham em vários locais, principalmente os moradores do Itapoã (16,56%) e Estrutural (11,77%) podem perfeitamente também trabalhar em Brasília, o que aumentaria a concentração de postos de trabalho nesta RA. Ao evidenciarmos a complexidade de usos que compõem o tecido urbano brasiliense, temos em contrapartida características de concentração patente na região do Plano Piloto, de modo centralmente relevante à tessitura simbólica do espaço urbano de Brasília.

Mapa II¹⁹ - Regiões Administrativas do Distrito Federal em 2008



¹⁹ Fonte: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Habitação e meio ambiente. Brasília: SEDUMA – novembro, 2008. In: COSTA, Graciete Guerra da. As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 2011. Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor na Universidade de Brasília pelo Programa de pesquisa e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof. Dr. Andrey Schlee. Brasília, 2011, p. 65.

No DF, a população ocupada na indústria corresponde a apenas 6,61% e 3,8% da atividade produtiva caracterizando esta unidade da federação enquanto uma *metrópole terciária* (PAVIANI, 2010).

Primeiramente, notamos 22,14% da população ocupada trabalha na Administração Pública (administração direta, empresas públicas e fundações), em torno da qual nota-se uma economia caracterizada pela prestação de serviços diversos (29,6%), além de comércio (24,93%) e varejo. Ainda nessa direção, verifica-se que os trabalhadores da Administração Pública residem em maior proporção nas áreas do Plano Piloto, Lago Norte e Jardim Botânico, somando cerca de 50% desta modalidade de ocupação. Quanto ao comércio, se apresenta extremamente heterogêneo face à grande variação de renda inter e intra RAs, cabendo pequena parcela à agropecuária (0,54%) e outros 16,0%, em atividades não definidas, muitos no chamado setor informal. Enquanto o Plano Piloto é predominantemente caracterizado por uma economia de serviços atrelada à economia do serviço público, e a disposição de comércio e serviços organizada em torno da satisfação das necessidades da administração pública e desses funcionários, cada Região Administrativa tem especificidades diferenciadas a depender do perfil dos respectivos residentes, como por exemplo, o tradicional setor de comércio no eixo Taguatinga-Ceilândia.

Vale lembrar que a economia do Distrito Federal se desenvolveu originariamente em torno do setor de serviços para atender às demandas de uma cidade formada basicamente em torno de funcionários públicos. Quanto à especialização de serviços na metrópole, o Plano Piloto se caracteriza pela concentração de recursos materiais e simbólicos nas áreas de serviços especializados em segmentos em grande parte em torno da economia do setor público, como: consultorias, bancos, turismo, etc. Nota-se que a proporção de ocupados no DF nos ramos agrícolas e da indústria é menor que a média nacional, ao mesmo tempo em que a proporção de ocupados na prestação de serviços é maior. O setor terciário, em seguida, estratifica-se ao atender famílias com renda média e alta, que abrange para além do Plano Piloto, áreas como Taguatinga, Guará, Núcleo Bandeirante, Vicente Pires, etc. Segmenta-se com rendas variáveis, até chegar às baixas rendas, nos quais se concentram o setor informal e de baixa sofisticação, mas que mesmo assim, supõe nível de renda mínima, espalhando-se por toda a aglomeração urbana do Distrito Federal, incluindo pontos precisos do Plano Piloto e quase imperceptíveis nos Lagos Norte e Sul. (NUNES, 2004, pp.121- 123)

Quanto à população ocupada por setor de atividade, Ceilândia aparece em primeira posição em números absolutos de trabalhadores em quase todos os setores de atividade remunerada, à exceção das áreas da Administração Pública Federal, serviços creditícios e financeiros, serviços de informática e outras atividades. Esse fato não surpreende pelo fato de Ceilândia ser a cidade mais populosa do Distrito. Brasília lidera os setores quanto à prestação de serviços, que por sua vez, exigem mais qualificação e formação (Administração Pública Federal e outras atividades), seguida de Águas Claras²⁰ (serviços creditícios e financeiros). A distribuição de endereços na cidade segue a mesma lógica sócio-espacial, sendo notória a renda familiar enquanto diretamente vinculada ao local de moradia. A título de apontamento, fato notável consiste nos preços mais elevados serem praticados na chamada área “central” da cidade e “adjacências”, abrangendo além do Plano Piloto, Lagos (Norte e Sul) e Park Way, principalmente Águas Claras, Vicente Pires, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Sobradinho II, Taguatinga, Candangolândia, Gama. Evidentemente, não se trata de naturalizar a distribuição de endereços face apenas ao capital econômico, considerando as notórias práticas de ocupação irregular do solo, responsáveis pela maior parte do espalhamento da malha urbana²¹. Os mecanismos de ocupação irregular do solo perpassam diferentes estratos sociais e muitos em formato de condomínios de luxo, classe média, sendo a maioria de baixa renda. De fato, o espalhamento irregular da cidade não se dá de modo uniforme, embora, encontre-se em pleno processo, sendo dotada de múltiplos vetores de expansão (HOLANDA, 2002; BARRETO, 2010; PAVIANI, 2010).

A renda domiciliar média da população do Distrito Federal em 2011 (VER Gráfico I) era da ordem de R\$ 4.640,86 (8,52 Salários Mínimos – SM) e a renda *per capita* de 1.318,85 (2,42 SM). A renda média domiciliar mais alta foi verificada no Lago Sul, seguida do Lago Norte, Park Way e Sudoeste/Octogonal, sendo as últimas

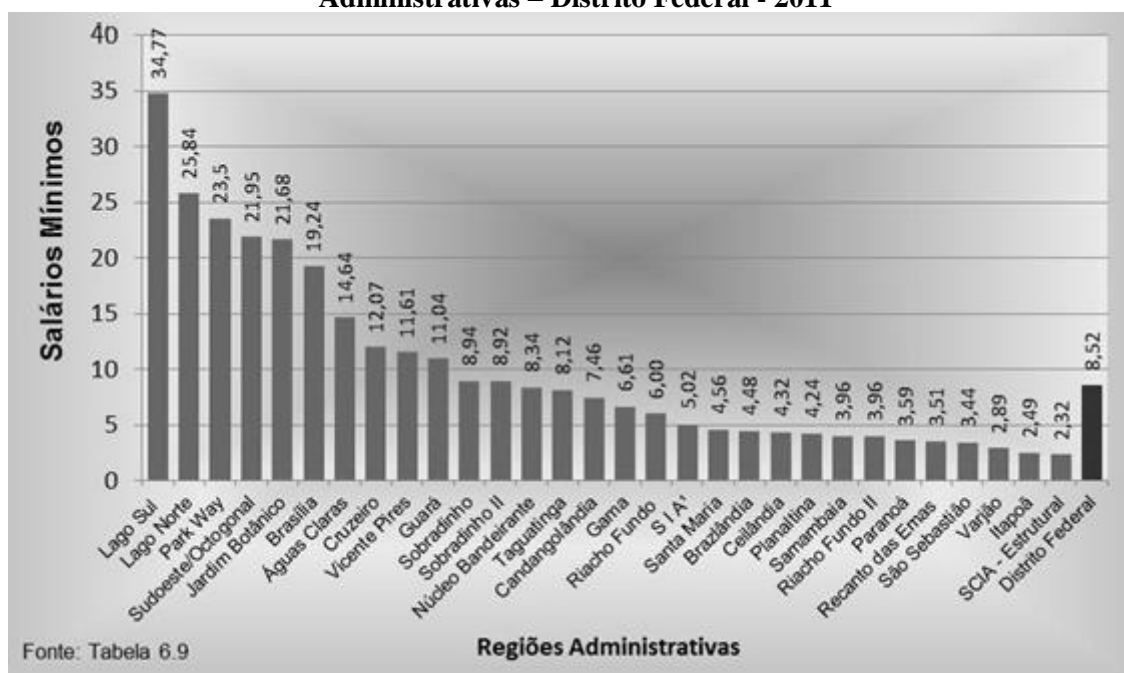
²⁰ Lançando dados da PDAD 2011, o Distrito Federal é dividido em quatro estratos pelo critério de Renda Domiciliar *per capita* por Região Administrativa: Assim, o Grupo I é o de Alta Renda, com renda *per capita* acima de R\$2.501,00. O Grupo II- Média-Alta, entre R\$1.001,00 e R\$ 2.500,00; Grupo III- Média-Baixa renda, entre R\$501,00 e R\$1.000,00; e o Grupo IV - Baixa renda, até R\$500,00. Águas Claras é considerada uma região de renda domiciliar média-alta, encabeçando o grupo II, cuja renda domiciliar é da ordem de R\$7.979,76 e Renda per capita de R\$2.375,70. Assim, fica atrás, sequencialmente, apenas das regiões do Grupo I: Lagos Sul, Norte, Sudoeste/Octogonal, Park Way, Brasília e Jardim Botânico. Pela estratificação do Grupo II seguem após Águas Claras: Cruzeiro, Guará, Vicente Pires, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Sobradinho II, Taguatinga, Candangolândia, Gama.

²¹ Matéria do Jornal Correio Braziliense coloca que um terço das residências do Distrito Federal encontra-se em situação irregular. Os condomínios são interclasses. . “Das 31 regiões que compõem o DF, 17 têm parte do território irregular” Disponível em: http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/12/12/interna_cidadesdf,338748/das-31-regioes-que-compoem-o-df-17-tem-parte-do-territorio-irregular.shtml Publicado em: 12/12/2012 – Resgatado em: 14/12/2012, às 16:00.

colocações com valores próximos entre si. A renda mais alta representa quatro vezes a renda média do DF. Contudo, ao desagregar os dados em nível de Região Administrativa, um novo contexto aparece, evidenciando o elevado nível de desigualdade interna nesta unidade federativa. Feito dessa forma verifica-se que a diferença entre a maior renda domiciliar média (Lago Sul) é 15 vezes maior que a menor renda (Estrutural) e em termos de renda *per capita*, essa diferença é de 19 vezes. Notabiliza-se, dessa forma, realidade de profunda desigualdade sócio-espacial o que, nesse sentido, aproxima Brasília das características de desigualdade encontradas nas grandes cidades brasileiras.

Assim, o eixo analítico pelo qual compreendemos a lógica sócio-espacial de Brasília se dá à luz do movimento dos processos de complexificação e diferenciação sócio-funcional no contexto da patente concentração material e simbólica na região do Plano Piloto, Lagos e adjacências.

Gráfico I – Renda Domiciliar Média Mensal em Salários Mínimos, segundo as Regiões Administrativas – Distrito Federal - 2011



¹ Fonte: CODEPLAN, 2012, p. 29 (Dados da PDAD 2011)

Em dados de 2004²², as áreas abrangendo o Plano Piloto contavam com 198.906 habitantes (9,5%), mais a do Lago Sul, com 102.271 habitantes (4,9%), do Lago Norte, com 26.093 (1,2%), e do Cruzeiro, contendo 112.989 (5,4%), embora concentrassem mais da metade dos postos de emprego principais e secundários do Distrito Federal, domiciliavam somente 21% da população total dessa unidade da federação. Do contingente ocupado na RA Brasília, notamos que apenas 18,4% (87.736 mil) residiam na própria RA, sendo que 81,6% (389.433 mil) eram residentes das outras 30 RAs. Já nas áreas mais populosas, Ceilândia e Taguatinga são as cidades que possuem mais habitantes no DF. Juntamente com Samambaia e Águas Claras configuram a região com maior número de moradores, congregando 36,66% da população do DF em 2006, que já chegou a representar 44,97%, em 1991. O padrão mais intensivo de ocupação do solo urbano, com os lotes de menor dimensão e com maior potencial construtivo (lotes entre 125m² e 250m²), permite que nesta região se concentre uma população três vezes maior do que a da área central de Brasília, em uma mancha urbana de dimensões equivalentes.

Igual tendência de concentração e estratificação sócio-espacial se manifesta no âmbito do lazer, da diversão e do consumo cultural, basta ver que se situam nas áreas correspondendo ao Plano Piloto e aos Lagos a maioria dos cinemas, teatros, praças e parques públicos, bibliotecas, livrarias, mesmo shopping-centers e restaurantes, entre outros equipamentos, acompanhando os níveis de renda dos moradores dessas áreas. Também o modelo da cidade-jardim não se instalou para além dessas mesmas áreas. Tampouco o acesso de moradores das demais regiões do Distrito Federal a esses nichos de lazer arborizado é significativo, na medida em que o Plano Piloto permanece para os segmentos da população que habitam as regiões periféricas como um lugar de passagem. (FARIAS, 2011, p. 10)

Dentro deste mesmo contexto percebemos que moradores do Plano Piloto e Lagos tende a praticar Brasília predominantemente dentro da região planejada, devido à concentração dos setores da vida nesta região. Na prática significa considerar que dificilmente o habitante dessas regiões precisa se deslocar para alguma das outras 28 regiões administrativas que compõem a malha urbana da capital. Dessa forma, o Distrito Federal apresenta lógica de ocupação marcada por afastamento geográfico do Plano Piloto com relação às demais regiões administrativas. Essas características de concentração com afastamento geográfico no contexto dos usos do morador do Plano

²²Fonte: CODEPLAN.

Piloto se mostram sociologicamente relevantes uma vez que delas derivam efeitos de compreensão singulares. O mais importante reside no contexto de usos na região do Plano Piloto ser marcado por um alto grau de homogeneidade quanto à percepção e prática de protocolos cotidianos de usos, o que cria dificuldades de percepção da heterogeneidade social. Considerando ainda abrigar o Plano Piloto uma classe média ampliada em sua maioria composta por funcionários públicos nota-se um contexto que tende mesmo a reunião de elementos aglutinadores no que se refere a rotinas um tanto semelhantes e que permitem uma noção um tanto homogênea da cidade. Isso, por conseguinte, se evidencia em percepções cotidianas “*comuns*” quanto às possibilidades de usos brasilienses. Nesse sentido que são justamente apontadas uma espécie de *previsibilidade* das relações, circuitos e trajetos nos quais *é comum encontrar sempre as mesmas pessoas*, noções como as de vida *planejada* (controle e segurança), o contato com pessoas influentes (influência), significadas e qualificadas, narrada, sobretudo, pela centralidade do serviço público. Desse modo, notamos um feixe localizado de narrativas que compõem a percepção do cotidiano e qualificam normativamente usos bastante naturalizados, de modo que ao abordarmos a elaboração discursiva de Brasília notamos a prevalência hegemônica da trama modernista plano pilotense.

Com o modelo narrativas-usos buscamos categorias que atuam como instrumentos de uma compreensão prática e compõem significados do que é percebido como “natural” e “verdadeiro”, em suma, como *certezas* implicadas em uma ontologia, ou seja, modos pelos quais a cristalização de certezas são percebidos enquanto realidade “dada” sobre horizontes possíveis de praticar Brasília.

Dessa feita, explicitamos que esta compreensão hegemônica e cotidiana da cidade não se dá como mero artifício representacional desvinculado das práticas, e embora se apresente com naturalidade, jamais poderia supor *neutralidade*. Pelo contrário, torna-se sociologicamente relevante explorar que categorias compõem a compreensão natural e comum de Brasília, justamente devido ao mecanismo narrativo pelo qual a trama plano pilotense modernista fornece categorias de entendimento que expressam *a priori* sociais. Em se tratando de ser Brasília uma cidade recente, como os diferentes grupos sociais (diferentes tradições e valores culturais) se relacionam com a proposta modernista de organização da cidade e com as redes de poder ali instaladas? No tocante ao problema narrativas-usos interessa-nos buscar os “conteúdos” naturalizados implicados nesta espécie de modo singular de viver Brasília (*ethos*)

considerando como se dá tal elaboração discursiva no contexto da classe média ampliada moradora do Plano Piloto.

Farias (2011) aponta esta espécie de tensão estrutural que caracteriza a dinâmica urbana contemporânea da capital do país, a saber: o cruzamento das prerrogativas fundadas em uma concepção tanto de unicidade simbólico-normativa quanto de integração social interna ao projeto de implantação da capital com as decorrências mesmas desta implantação. Ao mesmo passo em que se faz notar a unicidade simbólico-normativa, evidencia-se a formidável diferenciação funcional das atividades da cidade, as quais se conformam em um sistema urbano-societário complexo cujos tantos fatores de mediação se tornaram distantes da finalidade imediata de servir às exigências da máquina administrativa do Estado central nacional. Complexificação e diferenciação sócio-funcional que, por sua vez, atraem para o Distrito Federal e nele fermentam uma gama formidável de agências humanas dotadas de hábitos, modos, meios e estilos ressignificados e, nesse instante, geradores de multiplicidade de vozes, faces e possibilidades de reciprocidades e repulsas. O que, entende-se, deixa em suspenso o postulado unitarista que motivou o projeto da nova capital brasileira, na contrapartida do desenrolar continuado de desafios e confrontos entre as diversas ordens urbanas, a luz da assimetria entre os recursos que informam as propensões para os usos diferenciados da cidade.

Vale lembrar que esta unicidade narrativa fundada em hegemonia modernista se dá a custa do afinamento de outras tantas narrativas assimétricas, emblemático, sobretudo, no esforço de tombamento e patrimonialização²³ de Brasília. Considerando que a discussão sobre patrimônio não constitui objeto desta pesquisa e nos serve tão somente de base analítica, à medida que notabiliza contradições que se dão dentro da própria narrativa modernista, nosso interesse aqui busca qualificar o objeto prático-

²³ A este respeito, Menezes (2012) argumentou que o esforço que toda patrimonialização opera segue, justamente, no sentido de cristalizar algo com o intento de protegê-lo. Dessa forma, o modernismo arquitetônico tomou como partida uma trajetória sócio-histórica cujo desenrolar apontava para o esforço de mudança e rearticulação originariamente em se tratando de movimento de vanguarda de cunho contextualmente revolucionário e mudancista, redentor e libertário. Menezes abordou como historicamente passou o modernismo por ressemantizações estruturais que se encaminharam para o tombamento e desse modo para a contradição que culminou no esforço de perenização do objeto que se pretendia dinâmico e mudancista. Em seu contexto originário, o urbanismo e arquitetura seriam formas de liberação social pela normatização dos espaços e, por conseguinte, condicionantes das práticas. Com a patrimonialização o que se evidencia é que o artefato tombado passa ao largo das intempéries históricas que conduziriam a novos usos para elementos que, segundo prescreve um tombamento, devem conservar suas funções primeiras. Ali, justamente na relação entre mudança e tradição, no esforço do tombamento, carregado de unidade e coerência, forjada pelo entrecruzamento de afinidades semânticas em princípio díspares, reside a contradição explorada por Menezes, ao modo de uma processualidade que passa a se auto-referenciar, se rotiniza, pereniza e se faz ontologia.

cognoscitivo modernista tendo em vista o fornecimento de critérios naturalizados de orientação e classificação no contexto dos usos do espaço urbano brasiliense. Poderia se interrogar sobre como se faria possível abordar tais critérios? Justamente por um panorama preciso de maneiras de praticar a cidade. Tais considerações permitem uma correta localização do Plano Piloto quanto ao ordenamento hegemônico no contexto metropolitano brasiliense, no qual se destaca enquanto marco cognitivo, sobretudo alguns usos se notabilizam e se destacam como naturalizados, podemos dizer, grande peso sobre significações e certezas interpartilhadas acerca dos usos de Brasília correspondem a práticas de usos de uma classe média plano pilotense empregada no setor público. Se inicialmente esta afirmação parece vaga e genérica, devemos buscar em relatos cotidianos naturalizados desta trama de usos como se configura narrativamente o ordenamento brasiliense.

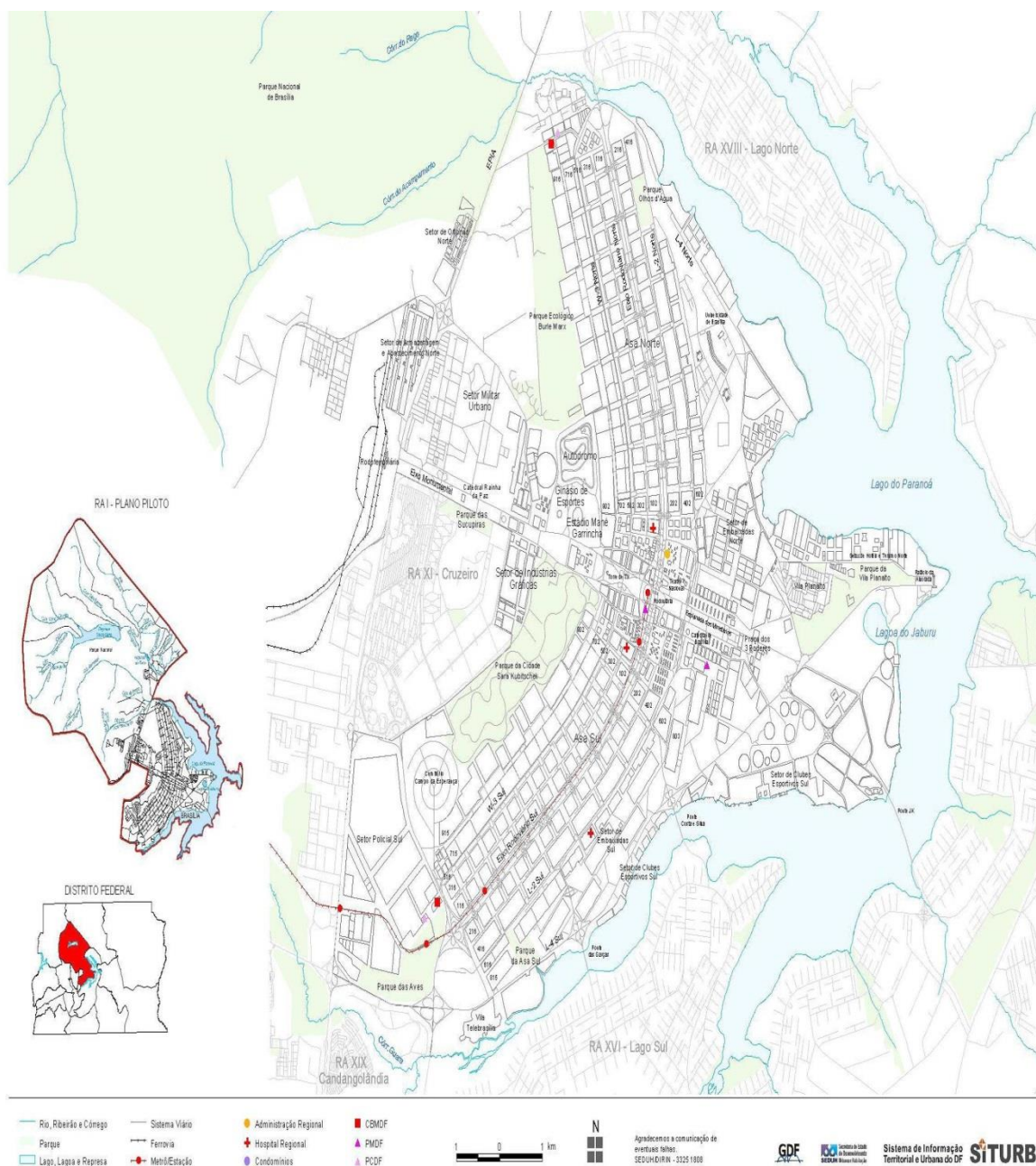
Localizando a Narrativa Comum Brasiliense

Partindo das mais diversas trajetórias, os caminhos de quem chega ao Plano Piloto de Brasília se cruzam no que diz respeito a um *estranhamento* quanto a uma cidade organizada em torno do funcionalismo público. Notam-se observações recorrentes quanto aos traços que logo se fazem marcantes na cidade, bem como às possibilidades de vida que se apresentam quase de modo *natural*. Existe a compreensão corrente segundo a qual Brasília é uma cidade com protocolos amplamente compartilhados, no sentido de rotinas marcadas, horários de movimento correspondem entrada no serviço público, bem como os sentidos dos deslocamentos são os do trabalho e aponta-se para uma vida compartimentada, no sentido de uma separação entre atividades cotidianas conforme protocolos bastante compartilhados, o que se dá na contrapartida narrativa do planejamento setorizado modernista. Diz-se tratar de uma cidade *limpa, organizada*, de rotina marcada pelo *estudo e trabalho*, nos quais recaem a tônica da vida urbana. Os contingentes que passam a morar no Plano Piloto relatam uma vida que se desenrola com facilidade, sem maiores dificuldades e comparação a outros centros urbanos. Como efeitos de compreensão a cidade é qualificada quanto à qualidade de vida, facilidade para se contornar problemas, percepção de previsibilidade, como por exemplo, acredita-se, em algumas posições, picos de trânsito e violência controlados. Por outro lado, é comum reclamar das dificuldades de entrosamento em

novos grupos, da solidão e afastamentos humanos, da necessidade de carro, do trânsito, dizendo tratar-se de uma cidade de muitas oportunidades de trabalho e estudo, simultaneamente “cidade fria”, com dificuldades de aproximação de novos círculos sociais. A centralidade quanto aos protocolos e modos de vida é percebida em torno das dinâmicas do Estado, razão de existência da cidade, embora transbordada pela complexidade de toda uma miríade de outras tramas que tornam o espaço urbano polissêmico, todavia, atravessado pelo destaque cognitivo da trama modernista, de onde derivam, inclusive, traços normativos.

De fato, os deslocamentos são marcados principalmente por transporte rodoviário e transporte individual, seguidos de um metrô pouco integrado, considerando as grandes extensões dos deslocamentos para o trabalho ou lazer. O Plano Piloto, é certo, possui uma infra-estrutura diferenciada em comparação ao padrão da média das capitais brasileiras (Nunes, 2006, 2007a, 2007b) e abriga a maior concentração de recursos e equipamentos urbanos, bem como empregos formais, infra-estrutura urbana comparativamente excelentes em relação às demais RAs, sobretudo quanto à segurança pública e limpeza urbana.

Mapa III²⁴ – Região Administrativa de Brasília



²⁴ Fonte: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Habitação e Meio Ambiente. Brasília: SEDUMA – 2009. In: COSTA, Graciete Guerra da. As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011. Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor na Universidade de Brasília pelo Programa de pesquisa e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof.^o Dr. Andrey Schlee. Brasília, 2011, p. 74.

O traçado urbanístico do Plano Piloto, marcado pela concentração de todos os setores da vida apresenta a região como um “não problema”, como se a cidade liberasse os moradores para o trabalho sem oferecer maiores dificuldades aos protocolos da vida cotidiana. Evidencia-se, nesse contexto de classe média ampliada, a centralidade da trama do funcionalismo, bem como a percepção de tratar-se a administração pública torque principal de Brasília, capaz de ditar regras de sociabilidade de forma hegemônica no tocante à ordenação espacial da metrópole. A este respeito, Nunes (2004) já sugeria a possibilidade do comportamento do trabalho estender-se para o “mundo do não-trabalho”, cujas normas de sociabilidade sobretudo dentro do Plano Piloto, destacariam o traço de hegemonia como se dá a centralidade do funcionalismo no ordenamento cognoscitivo-prático-normativo dentro do contexto metropolitano brasiliense:

Mesmo na época em que o Rio de Janeiro era capital seria difícil ocorrer tal fenômeno, *pelo menos com a força hegemônica como ocorre em Brasília*, pois se tratava ali de uma cidade com um diversificado ambiente social, onde o funcionalismo público dividia a hegemonia do mercado de trabalho com outras categorias sociais, não chegando a ditar as regras de sociabilidade de forma hegemônica. (Idem. Ibidem, p.123)

No contexto atual de Brasília, desde período recente, tudo se passa de tal maneira que os concursos públicos assumiram caráter de *vocação* brasiliense, tornando-se a principal opção de empregabilidade significando de modo naturalizado como condição de acesso à cidade, em conotação precisa. Nota-se, sobretudo, na emulação voltada aos concursos alinhamento a um leque bem definido de critérios e elementos em função dos quais se dá nomeação, orientação e classificação da vida social de Brasília, sempre notabilizando o valor do *estudo direcionado* como prática de uso da cidade com compartilhamento interclasses.

Ora, a melhor experiência que tivemos em se tratando de objetivar categorias recorrentes na linguagem ordinária dos usos plano pilotenses foi entre recém chegados moradores de Brasília, oriundos de outros estados e implicados na trama dos concursos. Pela condição de *forasteiros* se apresentava claramente uma cidade com reunião de práticas ao modo de uma *proposta de vida brasiliense*, em se tratando da percepção evidente de elementos que se colocavam como imperativos ao protocolo cotidiano da

vida na cidade.²⁵ De maneira geral, esses jovens se mudaram para assumir vagas no serviço público e, não raro, os que assumiram cargos bem remunerados buscaram moradia no Plano Piloto.

Mudar-se para outra cidade implica um esforço de comparação com a cidade anterior, em interpretar uma nova realidade cidadina à luz de parâmetros do lugar, sem mencionar a condição mesma que envolve todos os custos em abandonar vínculos estabelecidos e reconstruir a vida no lugar de chegada.

Tomando como inspiração o texto de Simmel (2005) podemos compreender a condição de “forasteiro” enquanto aquele que não pertence imediatamente às relações em cuja condição de trânsito foi levado a participar. A organização do espaço se dá muito em função de coordenadas “objetivas”, que, no entanto, são fundadas em vínculos compartilhados quanto a “proximidades” e “distanciamentos” na vida social. Assim, considerando que a distância nas relações significa que o próximo está remoto, no que tange à disposição de atributos do “familiar” e do “estranho”, o forasteiro é aquele que se encontra mais perto do distante. Não se trata, contudo, de atribuir ao forasteiro características de indiferença ou não participação, mas de enfatizar uma espécie de atitude particular “objetiva” marcada pela relação ambígua entre envolvimento e insensibilidade. Trata-se de um tipo especial de participação nas relações marcada por espécie de observação abstrata ainda não significada, que permite, através de processo de “estranhamento” acentuar traços distintivos, pela elaboração de quadros novos de compreensão que, por um lado, apagam deslocamentos e acentuações coincidentes, enquanto de outra forma, ressaltam contrastes e colocam acentos quanto aos traços que conferem traços distintivos às relações que habitam nesta nova condição. Evidentemente, os relatos de forasteiros variam em função da trajetória, todavia, expõem esforço de comparação com a cidade ou as cidades de origem. Ao que nos interessa, a condição de forasteiro fornece relatos abrangentes sobre o que se coloca como uma espécie de *pauta de vida brasiliense*, arrolando elementos que constam no panorama de maneiras de praticar Brasília que de modo normativo apontam justamente

²⁵ Como o são as percepções sobre: a necessidade do transporte individual, devido às grandes distâncias e precariedade do transporte público; a hierarquia de moradias, evidenciando o Plano Piloto e Lagos na centralidade das preferências, a noção de meritocracia pautada na aprovação em concursos, sempre visando galgar concursos com melhores condições (formato “escada”), dentre outros. É evidente que tais elementos se destacam cotidianamente em função das dinâmicas de usos de Brasília. Se bem entendemos o destaque de um determinado conjunto cognitivo-prático no complexo metropolitano, este destaque evidencia dinâmicas destacam a região do Plano Piloto de Brasília.

um modo singular brasiliense com traços de hegemonia e fundado em características bastante comuns.

Faz-se necessário pontuar, contudo, que apesar de nossos cuidados em compor entrevistados com distintas trajetórias sócio-individuais, fez-se notar a proximidade dos relatos no que tange a apontarem elementos comuns quanto à percepção das maneiras de praticar o contexto brasiliense. Isso supõe, justamente, a existência de elementos aglutinadores e significados amplamente compartilhados quanto à prática urbana brasiliense. Nesse sentido, são apontados: a necessidade do carro de uso individual, a percepção de isolamento e fechamento das relações, cidade de rotina bem marcada, mas também onde se ganha bem, tem-se qualidade de vida, com vida organizada, planejada e em completamente diferente em comparação a outras grandes cidades – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre. Em se tratando de terem sido escolhidas pessoas moradoras do Plano Piloto, nota-se a descrição desta região como sinônimo de Brasília, de maneira geral. Morar no Plano Piloto é apontado como levar uma vida tranquila, relativamente marcada por facilidades, segurança, tranquilidade e organização, onde se tem tudo por perto, com excelentes condições de acesso a produtos e serviços, ressalva feita ao elevado custo de vida, ressaltando o caráter exclusivista e territorialmente bem demarcado em relação às demais RAs. De modo contraditório, são ressaltadas a quantidade de oportunidades e o tamanho da cidade ora problematizando o espalhamento metropolitano e a diversidade que habita a cidade, ora descrevendo uma *cidade restrita, de corte, provinciana*. Em função da posição social, aponta-se para escassez ou diversidade de opções de lazer, embora a marca de “Ilha da Fantasia” no tocante ao isolamento geográfico dessa área seja reiteradamente afirmada. De modo geral foi ressaltado pelos entrevistados o Plano Piloto - identificado como Brasília de maneira geral – em se tratando de região singular, distinta de qualquer experiência urbana brasileira. No capítulo seguinte, abordaremos mais centralmente os critérios em função dos quais se atribui qualidades aos traços hegemônicos da vida urbana brasiliense.

Em se tratando de ser Brasília uma metrópole, esta pode ser definida a partir de parâmetros espaciais e econômicos, todavia, a definição de metrópole a que nos referimos extrapola tais critérios, perpassando essencialmente por questões em torno das sociabilidades, significações e usos da cidade. Nesse sentido, nos amparamos em breve discussão sobre o fenômeno do urbanismo moderno, em se tratando da grande cidade

enquanto modo de vida com formato de vida próprio aos vínculos citadinos. (WIRTH, 1979)

Simmel (1979) buscou descrever traços específicos à regulação da vida social nas grandes cidades. Para tanto, partiu de unidade de análise segundo a qual a vida urbana se caracterizaria por relações sociais *à dominante monetarizadas*. Dessa forma, Simmel apontou relações regidas predominantemente pela economia do dinheiro, na qual ocorre uma tendência a quantificar, em termos de valor, não apenas objetos, mas atitudes e sentimentos presentes nas relações. Tal característica favoreceria uma tendência à espécie de objetivação das relações sociais, o que se traduziria na característica dos vínculos sociais na grande cidade favorecerem a sobreposição da *esfera objetiva* sobre a *esfera subjetiva* da vida. Justamente nesse sentido, o contexto de predominância da economia do dinheiro caracterizaria relações um tanto *impessoais* no contexto da metrópole. Outros traços seriam a *diversidade* e *densidade* patentes, de modo que a cidade grande foi apontada enquanto *locus* da divisão do trabalho, especialização e, sobretudo, heterogeneidade. Deriva deste contexto a compreensão de que a cidade liberta, bem como tratar-se o contexto urbano de caleidoscópio sócio-humano. Em decorrência da heterogeneidade na escala da metrópole, Simmel chamou atenção para o excesso de estímulos externos bem como de interações, o que provocaram mudanças nos comportamento e sensibilidade dos indivíduos, passando estes a adotar uma postura de defesa, no sentido de alheamento e atitude de um prosaísmo quanto aos sentimentos produzidos pela torrencial quantidade de estímulos. Ora, essa espécie de blindagem dos sentidos, no sentido de postura de defesa e prosaísmo nas relações sociais (*atitude blasé*) no contexto citadino figura traço necessário na contrapartida do acossamento pelo excesso de estímulos, sem tal blindagem, o indivíduo seria levado a uma crise de nervos e sentimento de atomização. Simultaneamente, percebiam-se o *anonimato* característico do trânsito urbano imprevisível de pessoas em situação de inter cruzamentos, bem como o elevado grau de diferenciação social, sem precedência em configurações sociais não-urbanas. Dessa forma, a cidade torna-se também o *locus* onde predominam atitudes racionais, muito em função do enorme leque de possibilidades de ações, o que obrigaria o indivíduo urbano a racionalmente elaborar estratégias de ação.

Ao que nos interessa mais diretamente, há alguns aspectos sociológicos patentes em se tratando de relações sociais na metrópole (SIMMEL, 1979; WIRTH, 1979; WEBER, 1979), dentre os quais aparecem invariavelmente: *relações*

predominantemente monetarizadas, impessoalidade, densidade, diversidade, divisão do trabalho, anonimato, especialização, o acaso, imprevisto, racionalidade. Nesse sentido, torna-se intrigante a possibilidade de uma aglomeração sócio-humana ser sentida por parte significativa de seus contingentes como provinciana, controlada e previsível. Dessa forma, privilegiarmos a descrição de Simmel acerca dos traços distintivos da metrópole, por tratar-se de cânone e espécie de filosofia sobre a qual descrições se tornaram um tanto naturalizadas no tocante à tradição de estudos sobre cidades e aos traços distintivos da metrópole.

Trazendo tal discussão para o caso brasileiro, nota-se relevante, do ponto de vista teórico e científico, explorar as limitações do conceito de *metrópole* face à economia de serviços, investigar as formas de sociabilidade, tendo em vista a configuração urbana modernista. Em especial, no contexto de uma metrópole percebida como provinciana por todo um grupo interdependente de pessoas, seria relevante discutir a importância da representação espacial e visual, o modo de organização do equipamento urbano e suas influências sobre a construção do imaginário, formulado a partir dos significados modernistas elaborados culturalmente. (SANTOS, 1997, p. 278). Contudo, tal empreitada nos interessa apenas de modo residual e exploratório, uma vez que pretendemos pela discussão sobre traços distintivos sobre vínculos sociais próprios à grande cidade, ressaltar o traço de destaque que ocupa a área do Plano Piloto por uma lógica sócio-espacial que apresenta forma urbana fundada em critérios que reúnem em uma mesma área condições semelhantes de existência territorialmente destacada do contexto metropolitano no qual ocupa centralidade, sobretudo, denotando compreensão um tanto homogênea de contexto marcado por patente expressão de diversidade.

Tomamos como objetivos da pesquisa localizar e problematizar os critérios de orientação e classificação naturalizados nos quais repousa a narrativa hegemônica brasileira. Segue uma breve contextualização acerca da reformulação do serviço público no Brasil obedecendo à solução metodológica que enxerga caráter aglutinador e abrangente que assumiram os concursos no tocante à indissociabilidade e pertinência quanto aos usos do contexto urbano brasileiro.

Brasília e a Reformulação na Ocupação do Serviço Público no Brasil

De maneira notável, em curto período de tempo, Brasília encarnou o principal polo de preparação para concurso público no país. Ao menos não há concorrência face à hegemonia como se instalou a cultura dos concursos na cidade, tornando-se de longe principal referência de empregabilidade. É claro que ter estabilidade significa blindar-se contra acossamentos e pressões econômicas decorrentes das instabilidades do mundo do trabalho contemporâneo. Mas, se bem entendemos o fenômeno dos concursos em Brasília, valores do “mundo do trabalho”, inclusive a estabilidade, extrapolam significados para o “mundo do não trabalho”, no terreno das sociabilidades, valores, significações, afetividades. Por trás do valor da estabilidade está a *segurança* de poder planejar-se e organizar-se, pelo controle e afastamento das instabilidades características do mundo do trabalho. A estabilidade apresenta a promessa de uma vida na qual há possibilidade de maior controle das situações – no sentido de controle de acesso a si mesmo pelo mundo - abrindo espaço à organização, tranquilidade, planejamento, garantias e qualidade de vida.²⁶ Ora, se tratamos da narrativa hegemônica que habita a cidade, há algo a ser esperado por quem conseguir o sonhado emprego estável, cujas implicações esbarram em significações indissociavelmente vinculadas ao espaço urbano brasileiro.

Inicialmente, faz-se incontornável alinhavar as recentes mudanças no tocante ao perfil, entrada e formação exigidos na retomada de concursos públicos, bem como à incontornabilidade atribuída enquanto fenômeno *naturalmente* brasileiro, decorrendo disso, implicações de interesse sociológico. Não se trata, aqui, de reconstruir a trajetória sócio-histórica do serviço público brasileiro, tarefa já realizada anteriormente por diversas pesquisas (NOGUEIRA, 2005, COUTINHO E MARCONI, 2003).

Vale ressaltar, trata-se de movimento absolutamente recente, com tomada de força na década de 2000 (IPEA, 2011) cuja ênfase recai na reposição dos quadros do serviço público brasileiro. Tal movimento é marcado basicamente por dois pilares: política de valorização salarial e aumento no nível de escolaridade dos servidores. Dessa forma, nota-se no âmbito dos concursos deslocamento na tônica quanto ao perfil do

²⁶ Todas estas são categorias nativas que serão devidamente abordadas no capítulo seguinte.

servidor, que passa a ter modo geral aumento do nível de educação formal em áreas consideradas de interesse estratégico para o Estado.

No contexto de reformulação dos concursos públicos, devido ao grande número de vagas e recomposição salarial bastante acima dos valores de mercado em outras modalidades de ocupação, rapidamente foi alimentado o interesse de amplos contingentes da população brasileira que paulatinamente passaram a investir tempo e recursos visando a aprovação. Na contrapartida desse movimento de reformulação do setor público levado a cabo pelo Estado, nota-se a montagem de uma rede formidável de serviços em escala nacional, cuja ênfase no ensino, educação formal e diplomas, é voltada à preparação e aprovação em concursos públicos.

No caso de Brasília, nota-se alquimia e simbiose perfeitas quanto às levas de concursos públicos e propostas de vida que a cidade propicia tornando-se não apenas principal referência de empregabilidade como grande influência quanto a “ser servidor” na compreensão e práticas de usos da cidade. De modo intrigante, circula na percepção brasiliense uma espécie de hipérbole acerca da importância do serviço público na sociedade brasileira, como se a cidade fosse compreendida não apenas enquanto motor do funcionalismo no país, como se até mesmo produzisse riqueza, muito embora, é sabido, o Brasil contar com quantidade de servidores públicos abaixo da média de outras democracias ocidentais²⁷. A este respeito, as levas de concursos não chegaram a expandir os quadros administrativos, tendo apenas realocado os níveis de servidores, uma vez que a década de 1990 foi marcada pela defasagem dos quadros administrativos estatais (leva de aposentadorias, além de política de incentivos de enxugamento desses quadros administrativos pelo governo).

De modo notável, apesar do caráter recente, sobretudo histórico e contextual como se deu o movimento de reformulação dos concursos no contexto brasileiro, o fenômeno do serviço público rapidamente alcança condição de tipicamente brasiliense, de modo que se naturalizou como *vocação* brasiliense, assumindo significado de *condição de acesso* à cidade. Mais precisamente, a centralidade assumida pelo setor público enquanto parâmetro naturalizado de condição normativa de acesso à Brasília coloca em relevo uma série de categorias de entendimento naturalizadas na base mesmo da hegemonia sócio-urbana modernista.

²⁷“Brasil tem baixa proporção de empregos públicos, mas a custo alto, diz OCDE.” www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/05/100520_relatorio_ocde_servidores_rw.shtml Atualizado em 20 de maio, 2010 - 12:28 (Brasília) 15:28 GMT).

Nota-se a tônica na coordenação das relações sociais pelo dueto estado-mercado, no sentido do estado promover a abertura de vagas através de pautas específicas em função das quais se dá a concorrência pelos postos. Em contrapartida, motivados pelos salários e condições de trabalho nesta modalidade de ocupação, monta-se rapidamente toda uma rede de serviços especializados em ensino e aprovação, de modo a redescrever a hegemonia dos significados naturalizados de usos da cidade em torno da centralidade do funcionalismo público. O direcionamento do estudo para concursos se dá mediante áreas consideradas estratégicas na reformulação da capacidade administrativa burocrática. Especificamente, isso se dá nas áreas de: advocacia pública, arrecadação e finanças, controle administrativo, planejamento e regulação. (IPEA, 2010, p. 4) O destaque dessa modalidade de ocupação notabiliza-se como preferência pelas perspectivas salariais, a segurança e estabilidade e ainda as boas condições de trabalho.

Os cursos de terceiro grau mais procurados já seguem a tendência de preparação para as provas, de modo que Direito, Administração, Contabilidade se destacam como áreas de investimento no sentido de estratégia eficiente, visa garantir o diploma ao mesmo tempo em que se dá aproveitamento de conteúdos para concursos. Cresce a quantidade de adeptos pelos cursos à distância ou semi-presencias, como maneira de adquirir o diploma de terceiro grau em menor tempo e concorrer às vagas de nível superior.

O critério de escolha dos concursos é balizado pela noção de carreira em formato de “escada”: ingresso em cargos que exijam o nível médio e gradual inserção naqueles de nível superior. Notam-se ainda outras características: A noção de “mérito” assume significado fundado no estudo técnico direcionado ao serviço público, noções como “estabilidade” passam a reverberar no plano simbólico, no sentido de uma pauta de vida na qual torna-se imperativo garantir a empregabilidade no setor público. Por sua vez, nota-se contrapartida prática na emulação generalizada pelo estudo de cunho pragmático, direcionado à aprovação no serviço público, enquanto grande ralo no qual, *naturalmente* se encontram os esforços dos brasilienses, em se tratando de adaptação à *vocação* da cidade. Nota-se o surgimento de elemento aglutinador capaz de notabilizar uma compreensão comum da cidade, por sua vez denotando caráter normativo e messiânico como se apresenta a *vocação* brasiliense para o serviço público. Percebe-se nos comentários naturalizados a maneira como se constrói uma pauta normativa: “Brasília respira concurso público”; “Primeiramente é preciso estudar e passar em um

bom concurso público, depois você poderá fazer o que gosta, tranquilamente”; “se não estiver satisfeito com o emprego, estude para concurso, e mude de emprego”.

* * *

Até agora, vimos a importância de localizar o modernismo arquitetônico no âmbito dos processos de modernização do país e sociedade brasileiros. Pontuamos ter se tratado de escolha em função de fins racionalmente ensejados, bem como, marcado por valores extra-urbanos, de modo que a opção pela solução arquitetônica modernista não poderia ser compreendida em descolado da discussão política da época. Nesse sentido, lançamos mão da noção de *narrativa* para propor como o planejamento modernista torna-se compreensível à luz da missão histórica que originou. Trouxemos também a concepção de *espaço* enquanto *a priori social*, com isso sugerimos que a noção extrapola a componente meramente física e econômica: entendemos *espaço* enquanto *categoria de entendimento* a qual fornece parte dos elementos de apreensão, significação, reconhecimento e criação do mundo social. Em se tratando de pensar o espaço urbano de Brasília enquanto *a priori social*, buscamos fundamentalmente qualificar como se forma uma síntese de saberes e afetividades incorporadas por meio da qual a realidade sócio-urbana torna-se “familiar” e “natural”. Nossa análise recai sobre as *certezas* compartilhadas acerca dos quadros de possibilidades naturalizados, transmutados em determinadas maneiras de compreensão e usos da cidade, compartilhados de modo hegemônico para todo um grupo interdependente de pessoas.

Ao analisarmos o processo do redesenho da cidade-estado para a metrópole, destacamos a lógica sócio-espacial na qual se evidencia o Plano Piloto como “marco cognitivo” dentro do conjunto heterogêneo que conforma o Distrito Federal, de modo que a percepção comum acerca das possibilidades normativas como se realiza a cidade partem, basicamente, de rotinas e protocolos condensados nesta região. Mais especificamente, considerando o Plano Piloto no centro do ordenamento espacial brasiliense, e ainda, em se tratando da incontornável característica de irrupção histórica modernista, partimos da constatação de se tratar tal área enquanto “lugar” reservatório modernista, marcado pelo acúmulo de saberes condensa critérios de orientação e localização da vida social de Brasília. Nesse sentido, sugerimos que o Plano Piloto condensa e fornece parâmetros de normalidade pelos quais se dá a hegemonia no

contexto metropolitano do Distrito Federal, ao modo de uma pauta de vida normativa e naturalizada, enquanto “*a priori* social”. Isso corresponde ao que denotamos por *narrativa comum* da cidade: tal síntese se expressa em categorias de entendimento naturalizadas. De fato, se bem entendemos a condição de centralidade dos concursos na vida social de Brasília, tudo se passa como se atualmente analisar os significados sociais compartilhados sobre os concursos públicos por moradores de Brasília, acessamos em grande medida critérios naturalizados quanto à percepção e usos da vida social brasiliense. Assim, percebemos aí um filão empírico pelo qual o concurso também figura como elemento aglutinador de certezas amplamente compartilhadas quanto ao panorama hegemônico que evidencia em determinados usos de Brasília. Isso se dá devido os concursos públicos assumirem significado amplamente compartilhado de condição de acesso à cidade, figurando o estudo direcionado a concursos como prática de uso brasiliense.

Capítulo III - A Brasília: Localizando a narrativa “comum” da cidade

Critérios de orientação e classificação na vida social em Brasília: Lógica dos procedimentos

A pesquisa seguiu trilhas que levassem ao mapeamento descritivo e localização sociológica da *narrativa comum* da cidade, contando para isso com descontinuidades e diversos referenciais empíricos. Assim, através de um caminho errático, buscou-se no *estudo para concursos públicos* elementos elucidativos quanto a organização sócio-urbana que atualmente assume a vida social brasiliense, no sentido de evidenciar critérios de orientação e classificação na base da hegemonia modernista constatada na metrópole. Evidentemente, tal esforço se deu modo não exaustivo e supõe a narrativa comum da cidade fundada em “princípios de diferenciação” vinculados a grupos e pessoas. Assim como a cartografia da cidade não é aleatória, os critérios de classificação não são neutros, de modo que ao se realizarem práticas de usos, são evidenciadas tensões em função de distintos critérios relacionais.

Interessa-nos neste capítulo, oportunamente, compreender como se atualizam critérios de orientação e classificação na base da hegemonia modernista à luz da reorganização figuracional efetivada na vida social da cidade através da trama do concurso público, uma vez que tal narrativa se atualiza simultaneamente ao processo de espalhamento e complexificação da malha metropolitana da capital.

A pesquisa teve início em 2010 e contou com uma densa etapa exploratória²⁸ desde a realização de entrevistas junto a jovens adultos moradores do Plano Piloto e Lagos, passando por diversos formatos até chegar ao desenho atual. Paulatinamente, se destacava a presença de jovens forasteiros entrevistados, apontando em seus relatos a tônica em direção à centralidade do serviço público e a importância da estabilidade, como espécie de condição de acesso à cidade. Aos poucos a pesquisa sofreu pressões que conduziram nosso interesse no sentido de pensar Brasília em função dos movimentos de reformulação dos concursos públicos. Percebemos tratar-se o *estudo direcionado* para concursos prática de uso da cidade, de tal forma que a apreensão da

²⁸ Buscava-se mapear os trajetos de diversão envolvendo grupos de jovens de diferentes áreas do Plano Piloto e dos Lagos (Norte e Sul) do Distrito Federal, observando, dessa forma, a convergência estabelecida entre dinheiro, estilo de vida, estratificação sócio-espacial e modos de articulação entre estima/afetividade e possibilidades de distinção e reconhecimento intra e intergrupos.

maneira como figura tal estudo e o que dele se espera, seria elucidativo abordarmos as componentes que qualificam a noção de espaço urbano. Desse modo, foram buscados candidatos moradores do Plano Piloto de Brasília, em fase de preparação, já aprovados ou não em concursos públicos e, através dos sentidos atribuídos ao serviço público, buscamos relatos cotidianos que permitissem qualificar ambições, certezas, valores, emoções, que indissociavelmente figuravam como compreensões e usos correntes sobre o quadro de possibilidades de usos de Brasília.

A etapa exploratória enfatizou abordagem qualitativa, vinculando a realização de *clipping* de notícias²⁹ com matérias de jornais, bem como entrevistas exploratórias em cursos preparatórios, *baladas*, bares e opções culturais e de lazer na cidade, de modo que, paulatinamente, formulou-se o desenho dos instrumentos da pesquisa, com ênfase descritiva centrada em relatos cotidianos paulatinamente reunidos.

Partindo da definição do *corpus* e desenho da pesquisa, foram realizadas doze entrevistas semiestruturadas e, seguindo tendências evidenciadas nessa etapa, optou-se pela aplicação de questionários em caráter complementar. Os questionários visaram esclarecer motivações, certezas, expectativas, observadas na fase de preparação para concursos, bem como reunir informações que melhor permitissem qualificar o *estudo direcionado para concursos*, enquanto uso da cidade.

Em primeiro lugar, as entrevistas revelaram uma forte tendência no sentido da dupla *remuneração- estabilidade* figurar como tradutora de atrativos para o concurso público. Fez-se necessário qualificar tais fatores na figuração sócio-funcional brasiliense, o que se mostrou produtivo uma vez que que extrapolam a esfera do trabalho, e condensam uma série de significados que revelam significado, não apenas ao emprego público, mas também usos da cidade. Ainda nesse sentido, a observação e entrevistas apontaram o *estudo direcionado a concursos* enquanto prática direcionada a resultados, figurando enquanto canal de ascensão e diferenciação social.

Foram aplicados 165 questionários através da plataforma virtual *Google Docs*, bem como *sites* e comunidades de relacionamentos de concursos, além de 12 questionários aplicados aos candidatos entrevistados, totalizando 177.

A este respeito, a utilização de questionários possui histórico bastante consolidado nas ciências sociais e, trata-se de boa opção quando já se dispõe de um

²⁹ Foi priorizado o jornal *Correio Braziliense*, por tratar-se do principal meio de comunicação impressa da cidade. A coleta de informações teve início em 2010 e priorizou notícias e reportagens que abordassem Brasília, buscando critérios e parâmetros contidos nas noções que conformam a cidade.

certo nível de conhecimento quanto ao fenômeno e a ser pesquisado, uma vez que no questionário fechado já consta das informações que serão produzidas. Desse modo, este instrumento é subordinado à tônica qualitativa do desenho desta pesquisa.

Torna-se extremamente importante esclarecer que embora o emprego dos questionários seja sugestivo em cruzamento com observações e questões apontadas nas entrevistas, o instrumento *não seguiu abordagem estatística*. Isso significa que a aplicação deste instrumento seguiu caráter exploratório e não se pautou por técnicas de amostragem que garantam representatividade decorrente de abordagem estatística. Evidente que o emprego não estatístico do instrumento não elimina a realização de análises de caráter ilustrativo e demonstrativo quanto à triangulação voltada às questões apontadas pelas entrevistas, observação, *clipping* e pesquisa bibliográfica. Contudo, faz-se necessário pontuar que, isoladamente, o tratamento do instrumento não habilita inferências, conclusões e generalizações das informações produzidas. Assim, o instrumento ajuda a ilustrar o caráter geral de sentidos atribuídos aos concursos públicos e à cidade, desde que respeitadas as limitações intrínsecas à maneira como foi empregado, mediante recurso complementar aos demais instrumentos utilizados.

A aplicação dos questionários foi realizada entre 28 de agosto e 6 de setembro de 2012, e contou como respondentes pessoas em fase de preparação para concursos, residentes em Brasília, já concursadas ou não. Os critérios e objetivos da pesquisa foram devidamente explicados na divulgação da aplicação e reapresentados anteriormente ao preenchimento³⁰.

Para levar a pesquisa a termo, fez-se necessário contemplar duplo interesse, a saber: de um lado, identificar e descrever qualitativamente, através de relatos, que elementos compõem a compreensão naturalizada na base da unicidade narrativa modernista da cidade; de outro, problematizar o arranjo sócio-funcional que permite a prevalência desta elaboração unicista do espaço urbano brasiliense. A pesquisa é atravessada pela tensão *homogeneidade/heterogeneidade – A Brasília, As Brasília* - buscando qualificar elementos e conteúdos na base desta narrativa. Para tanto, tomamos como referencial empírico a centralidade assumida pelos concursos públicos na

³⁰ A experiência quanto à utilização dos questionários em plataformas virtuais, é certo, apresentou maior facilidade de aplicação e divulgação da pesquisa, contando com as correntes sociais que ajudam na divulgação, o que se traduziu em economia de tempo e recursos bem como possibilidade de análises, em alguns itens, extraídas diretamente das plataformas. Por outro lado, as dificuldades quanto ao controle de preenchimento e correta formulação e interpretação das questões pelos respondentes, exigem maior cautela no planejamento e ênfase redobrada na realização do pré-teste.

configuração sócio-urbana brasiliense atual, enquanto significado de condição de acesso à cidade.

O Estudo Direcionado a Concursos enquanto Uso da cidade

Os concursos são conversa comum em bares, academias, shoppings, especialmente os planos sobre o que fazer depois de garantir a estabilidade. Os principais jornais da cidade e as companhias de teatro retratam a figura do concurseiro, fazem paródia da rotina de estudos e privações envolvidos na fase de preparação. Tamanha a relevância assumida pelos concursos em Brasília, é praticamente impossível passar um dia sem ouvir ou fazer referência aos concursos³¹. Em se tratando dos concursos públicos, faz-se necessário reconhecer a heterogeneidade de cargos e qualificações que remetem a estratificações pela distribuição de capital econômico e cultural. A nosso interesse basta reconhecer o compartilhamento de códigos e protocolos implicados no pertencimento ao trabalho público, de modo que faz sentido a relevante entre concursados e não concursados, no sentido de qualificar posições e apreensão do espaço urbano.

Lançamos mão dos questionários no intuito de testar o quão abrangente seria um uso instrumental-pragmático do estudo visando aprovação em concurso público. Para 80,8% dos respondentes a função principal do estudo é atingir objetivos, sendo que 68,4% afirmaram não estudar outras matérias além das que caem nos concursos³². Tais perguntas visaram aferir práticas de estudo de cunho instrumental e voltado a resultados, nesse sentido, *pragmático*. Se bem entendemos a centralidade e abrangência dos concursos em Brasília, pensamos no estudo direcionado enquanto elemento aglutinador posto que atravessa uso compartilhado interclasses que embora corresponda

³¹ Ao andar pelas ruas nota-se a formidável rede de serviços em torno dos concursos: cursos, pós-graduações, bibliotecas (sempre cheias), livrarias especializadas, aulas particulares, jornais, revistas, bancas de jornal especializadas em apostilas para concursos, *sites*. O passar no concurso público está associado aos exemplos de pessoas bem sucedidas, comentários de professores da educação básica, e cada vez mais, as escolas incentivam a preparação. “Escolas do Distrito Federal ensinam matérias voltadas para concurso público. Crianças em Brasília começam a aprender conteúdos destinados ao serviço público a partir do início do ensino fundamental” Correio Braziliense: Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2012/11/11/internas_economia,333090/escol-as-do-distrito-federal-ensinam-materias-voltadas-para-concurso-publico.shtml Resgatado em 11/11/2012, às 11:00.

³² Os respondentes que afirmam estudar outras matérias além das que caem nos concursos apontam “interesses pessoais”, como principais assuntos.

a trama demograficamente minoritária³³, se destaca com traços de hegemonia na heterogeneidade de maneiras de praticar Brasília. Dessa forma, por este uso da cidade podemos acessar conteúdos que expressam certezas, volições, sentimentos e afetividades que compõem não apenas o tornar-se concursado, mas também critérios naturalizados quanto à apreensão do quadro de determinadas possibilidades que constituem a vida brasiliense, nos interessando centralmente a análise da trama modernista.

Notamos que pouco mais da metade dos respondentes já trabalhou ou trabalha no serviço público (50,8%). Os dados sugerem uma preparação para cursos com duração³⁴ entre um ano e meio a três anos, médio e longo prazo para ser aprovado paulatinamente nos concursos de interesse. No que tange à fase de preparação, 66,7% apontam estudar de forma intermitente contra 33,3% em período ininterrupto. Necessário fazer lembrar a variação significativa de condições de preparação³⁵, formação e investimento entre os candidatos que possuem condições de dedicação exclusiva e realização de cursos, que vão desde casos em que há apoio familiar e possibilidade de manter-se em dedicação exclusiva para aprovação, e os que dividem os estudos com trabalho e obrigações das mais diversas ordens, aproveitando deslocamentos e oportunidades de tempo para se dedicarem aos estudos, supondo tais usos do tipo *tático*³⁶(CERTEAU, 2011).

Em se tratando de fenômeno recente a relevância assumida pelos concursos, notamos estratégias que aos poucos se consolidam enquanto maneiras comuns de praticar a cidade. De fato, o estudo para concurso público denota caráter cumulativo, a dose de estudo varia entre os concursos, remete ao estudo técnico, assertivo e instrumental, visando à aprovação no menor período de tempo possível. Por ora,

³³ Vide Capítulo II.

³⁴ Quanto ao tempo de preparação, foram criadas as seguintes categorias no intervalo entre “até 6 meses” e “mais de 31 meses”. De modo aproximado, as frequências seguiram: 21,5% dos respondentes declararam estar em preparação há até 6 meses (20,3%) entre 7 e 12 meses (18,1%) e há mais de 31 meses (14,1%).

³⁵ Os dados distribuem frequências nos extremos, desde pessoas que se encontram em início de preparação até pessoas com acúmulo de alguma experiência em concursos. Sobre concursos que já prestaram: 31,1% apontaram de 4 a 6; 27,7% de 1 a 3; 22% mais de 10 e 17,5% de 7 a 10; apenas 1,7% afirmaram não terem prestado nenhum concurso. Percebemos disponibilidade dos respondentes para iniciar os estudos para concursos. As respostas sobre o estudo intermitente apontam o custo de manter uma rotina excessivamente centrada nos estudos, bem como um processo de acomodação aos cargos à medida que seja garantida a aprovação. No tocante à continuidade dos estudos no caso das diversas pessoas que se acomodam com aprovação em cargos abaixo dos inicialmente almejados, isso decorre muito em função dos custos envolvidos na fase de preparação.

³⁶ O termo será devidamente apresentado quando da discussão do modelo narrativas-usos.

podemos apontar algumas práticas que exemplificam direcionamento com traços um tanto normativos no sentido dos concursos públicos.

Mercúrio³⁷ tem 21 anos, formou-se em gestão pública à distância, foi aprovado em alguns concursos para nível superior, e mora em Águas Claras³⁸, RA que se destaca pela verticalização e concentração, contrasta com o padrão dispersivo de ocupação da cidade. De modo emblemático, **Mercúrio** direcionou o ensino médio para o estudo de concursos. Iniciou o curso de engenharia elétrica na Universidade de Brasília, o qual levaria cinco anos para terminar, mas optou por abandonar e cursar gestão pública à distância: conseguiria um diploma em dois anos e mais rapidamente poderia concorrer às vagas de nível superior. **Mercúrio** avalia ter economizado três anos em sua escolha, pois já foi aprovado e continua estudando para concursos melhores. **Saturno**³⁹, 25 anos, morador de superquadra na Asa Sul, formou-se em administração e conta que não tinha um plano quanto ao que fazer, mas seguiu o caminho dos concursos quase que *naturalmente*. Decidir o que fazer não foi difícil, uma vez que “em todo lugar que eu ia, todo mundo estava estudando para concursos.” Mais precisamente, nos interessa explorar tais traços um tanto normativos na trilha de usos plano pilotenses do concurso público, visando explicitar os elementos pelos quais figura como condição de acesso à cidade.

Como as entrevistas espelham e é possível notar no contexto dos usos da cidade, a valorização dos concursos públicos a dimensão e grande relevância com que passaram a figurar desemboca no estudo direcionado como prática de uso da cidade. Desse modo, o recurso ao concurso público torna bastante favorável o esforço desta pesquisa em qualificar significados na base da centralidade e hegemonia modernista inscrita no ordenamento do espaço urbano metropolitano do Distrito Federal. Partindo da trama dos concursos públicos no contexto sócio urbano brasiliense buscamos identificar os significados culturais atribuídos a elementos que expressam o tornar-se concursado, enquanto pauta normativa e condição de acesso a Brasília. Dessa forma, consideramos

³⁷Todos os nomes dos entrevistados são fictícios. Entrevista realizada em 20/07/2012, anotação do caderno de campo.

³⁸ Pelos dados do Anuário 2011, Águas Claras se diferencia dentro do Distrito Federal por se tratar de região verticalizada, na qual o setor imobiliário está livre dos critérios rígidos impostos para construir no Plano Piloto. Ficou famosa por ser considerada o maior canteiro de obras da América Latina, durante a última década. Atualmente, a RA possui cerca de 600 edifícios prontos e vasto canteiro de obras em andamento, contando com uma população de 135.000 pessoas (PDAD, 2011). É preferência de jovens famílias de classe média, devido à vasta oferta de imóveis e localização relativamente próxima do Plano Piloto, uma vez que mais da metade (54%) dos moradores trabalham em Brasília. Cf.: Anuário do DF 2011. Disponível em: www.anuariodf.com.br.com.br. Resgatado em 05/09/2012, às 16:00h.

³⁹ Entrevista realizada em 20/08/2011, anotação do caderno de campo.

que a trama dos concursos públicos transcende valores e regras voltados apenas ao “mundo do trabalho”, expressando simultaneamente lógica vinculada à compreensão e usos das possibilidades quanto ao que a cidade possibilita, ainda que não se trate, neste momento, de enquadrar as manipulações práticas que descortinam diversas ordens de desdobramentos a partir e para além das categorias naturalizadas que permitem a atualização do destaque modernista ao modo de hegemonia, dentro do contexto metropolitano. Assim, esta narrativa comum da cidade será fundamentalmente analisada a partir de relatos produzidos junto a jovens moradores do Plano Piloto implicados na trama dos concursos públicos pelos quais evidenciaremos elementos no contexto de categorias de entendimento e descrição naturalizadas, na apreensão das possibilidades de usos da cidade. Portanto, pela ordenação de soluções metodológicas no contexto do problema narrativas-usos, tratamos de paulatinamente explicitar e qualificar alguns destes significados naturalizados, o que equivale a abordar o espaço urbano brasileiro tomado aprioristicamente.

Neste ponto, faz-se extremamente importante apresentar a costura analítica pela qual buscamos sondar as potencialidades do modelo narrativas-usos: Interessa-nos buscar os critérios naturalizados de classificação e orientação no espaço urbano brasileiro, pontuando o aspecto de *compreensão prática* implicado neste modelo. Pela noção de *narrativas* chamamos a atenção para a possibilidade de, ao nível de relatos cotidianos, abordar quadros de compreensão naturalizados. Ao passo que pela noção de usos, devemos abordar como no contexto de materialidades práticas dentro de um repertório de possibilidades, destacam-se determinadas maneiras de fazer, justamente vinculadas aos traços da percepção de hegemonia modernista no contexto da organização sócio-espacial brasileira, muito embora a pesquisa só se ocupe do primeiro movimento.

O Modelo Narrativas-Usos enquanto Linguagem da Prática

Michel De Certeau (2011) oferece um modelo de análise das práticas centrado nos *usos*, também pensados enquanto maneiras de fazer. Por usos entendemos um conjunto de operações práticas dentro de um sistema de representações, que não aparecem apenas como quadros normativos, uma vez que abarcam a possibilidade de manipulação dos instrumentos pelos usuários. (CERTEAU, 2011, p.82). Faz-se necessário esclarecer que tal manipulação não tem possibilidades ilimitadas, supondo ainda o conhecimento do código a partir do qual atua o usuário. O modelo de Certeau permite uma abordagem sobre as práticas cotidianas, sobre as maneiras de fazer dos operadores, centrando-se nos repertórios de ação adaptados a situações concretas, seja o código uma partitura musical ou uma ordem urbanística. A análise dos usos torna-se rica à medida que permite trabalhar com a complexidade ao reconhecer através das práticas sociais códigos que atuam como padrões, bem como ao reconhecer que embora hegemônica, nenhuma ordem é absoluta, contemplando em seu interior manipulações, lances, golpes ou truques singulares fundados na ocasião. Com o modelo, não basta simplesmente descrever esses lances. Para pensá-los corretamente, deve-se supor que a essas maneiras de fazer correspondem procedimentos em número finito, ou seja, a invenção não é ilimitada e como as improvisações no piano ou na guitarra, supõem o conhecimento e a aplicação de códigos que implicam uma “lógica dos jogos de ações relativos a tipos de circunstâncias.” (Idem. Ibidem p. 83). Dessa forma, mapear os usos nos leva a considerar repertórios de esquemas de ação ajustados a situações concretas. O recurso ao modelo dos usos se adapta perfeitamente ao problema da pesquisa, já que permite identificar aquilo que há de *comum e estranho* no tocante aos parâmetros de normalidade que buscamos, sem perder de vista, todavia, a relação da disciplina e da ordenação social estabelecidas de modo hegemônico. Trata-se, de um lado, de contemplarmos *A Brasília*, no sentido da organização de maneiras de fazer representativas da ordenação espacial hegemônica -urbanística-modernista; ao passo que, simultaneamente, deixamos entrever *As Brasília*s, enquanto *anti-disciplina*, manipulações e bricolagens realizadas pelos usuários, que embora não sejam narradas, evidenciam uma série de disposições polissêmicas relacionadas a usos de categorias de entendimento compartilhadas por todo um grupo interdependente de pessoas. Tais

assertivas merecem um comentário quanto à figuração da noção de espaço no modelo dos usos.

Grosso modo, inferimos em Certeau, o espaço é o produto de operações que o *orientam, temporalizam, situam* e o *fazem funcionar*. Em cada uma das operações atua uma força hegemônica e disciplinar, bem como uma outra que se contrapõe. Assim, percebemos o espaço social como resultado de um conflito dialético entre poder e resistência ao poder, de modo incessante e assimétrico, um código e um universo finito de manipulações e bricolagens (SALCEDO, 2008, p. 2).

Como Foucault, Certeau não situa este conflito nas grandes forças políticas, mas nas pequenas operações cotidianas que dão origem à prática social. Ao contrário de uma *microfísica do poder*, no entanto, Certeau não considera o espaço como a mera expressão da disciplina, o que abre a possibilidade de que o poder possa ser subvertido e alterado em seu significado pelas práticas sociais que o habitam, levando a uma diferenciação relevante entre *produtores* e *consumidores*, por conseguinte à *díade estratégias e táticas*.

Embora a pesquisa não opere diretamente as noções de estratégia e tática, faz-se necessário apresentá-las. Para diferenciá-las, Certeau utiliza a noção de “próprio”, entendido como a vitória do espaço sobre o tempo. Desse modo, Certeau chama estratégia “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (CERTEAU, 2010, p.92-94)

As estratégias são as práticas que postulam “um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio”, sendo, portanto, organizada por um “postulado de poder”. As táticas, por sua vez, são sistemas de astúcias que se infiltram na heterogeneidade social, elas se esquivam, se insinuem, se contrapõem. Determinada pela “ausência de poder”, a tática é a “arte do fraco”, por isso as opera “golpe por golpe”: “a tática tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (Idem. Ibidem. p. 94).

A possibilidade de analisar o cotidiano enquanto práticas, em Certeau, portanto, abarca formas distintas de apropriação do espaço, a formação de lugares e o rompimento de fronteiras que demarcam o contexto da vida urbana. Mais ainda: Em direção paralela à microfísica foucaultiana, está centrada nas práticas que desafiam o espaço disciplinar. (LEITE, 2010, p.747) Nesse sentido, são considerados produtores

aqueles grupos sociais ou indivíduos que desenham o espaço (arquitetos, urbanistas), os que o constroem, o possuem, o nomeiam (estabelecem os nomes sob os quais o espaço será conhecido). Nele estabelecem certas regras a respeito das práticas sociais e usos que serão aceitáveis (espécies de propostas de uso) neste espaço delimitado (desde urbanistas até autoridades políticas). Noutro sentido, na concepção de mudança social que sustenta Certeau, os consumidores se identificam com os cidadãos. Aqueles que não podendo transformar diretamente o espaço o adaptam a suas necessidades cotidianas, alterando suas normas e significados por um processo de bricolagem e apropriação, ressaltando o caráter assimétrico e hegemônico nesta relação:

Faz-se necessário ressaltar que a relação dialética entre estes dois grupos não é simétrica. Os consumidores não podem insurgir diretamente contra a ordem espacial estabelecida; em boa medida devido a esta, utilizando um termo *gramsciano*, é hegemônica, que aparece muitas vezes como algo 'natural' aos olhos do consumidor. (SALCEDO, 2008. p. 2. Tradução livre, grifos meus)

Nessa dinâmica transmutada em “*naturalidade*”, a relação dialética entre produtores e consumidores se vai alterando de um ponto a outro, constituindo estruturas que possuem certas regras, não somente no que diz respeito a como o espaço é produzido, mas contrabalançadas por formas que adotam as distintas práticas *anti-disciplinares*, o que significa que tal hegemonia naturalizada, de modo algum resulta livre de tensões e contradições.

Decorrência destes traços, a presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, educadores ou vulgarizadores) não indica de modo algum o que ela é para seus usuários. Pela perspectiva analítica dos usos, torna-se necessário analisar as manipulações dessa representação pelos praticantes que não a fabricaram. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização (CERTEAU, 2010, p. 40). Com a problemática dos usos, portanto, buscamos analisar a unicidade simbólico-normativa, enquanto

maneira hegemônica pela qual se destaca uma narrativa comum modernista em tanto naturalizada.⁴⁰

Em outra direção, Bourdieu (2008) também trabalhou a temática dos usos ao analisar a relação entre práticas de consumo, gosto e posição de classe. Ao problematizar as condições sociais de produção do gosto, visando uma economia social das trocas, Bourdieu ser o consumo de bens se dar mediante trabalho de apropriação. Esse, por sua vez, prescinde de um duplo trabalho de identificação e decifração. Em outro nível de análise, a apropriação de um determinado produto ocorre em função de disposições de percepção incorporadas⁴¹, variando segundo as posições dos agentes na estrutura social. Dessa forma, os consumidores da cidade percebem diferentemente os atributos decisivos em função de existirem diferentes esquemas de apropriação de classe. Supor um único modo de apropriação comum a todos os consumidores, segundo Bourdieu, equivaleria a afirmar que os produtos possuem características objetivas, o que por si só, suporia a capacidade dos produtores desses bens, apenas com o auxílio de técnicas como a propaganda visual, ou planejamento urbanístico, em impor um sentido único, universal de apropriação para o conjunto dos consumidores, situação na qual os usos poderiam deduzir-se de seus modos de utilização. (BOURDIEU, 2008, p. 96).

A partir da análise de Bourdieu, percebemos a relação do agente com um produto⁴², definido nas possibilidades e impossibilidades que ele oferece, depende dos esquemas de percepção, apreciação e ação dos agentes, tal análise torna-se possível tomando-se por objeto os usos práticos a que se vincula. A noção de usos é heurística, sobretudo, no tocante a evidenciar diferencialidades nos movimentos de apropriação de determinados produtos ou mesmo lugares de uma cidade, evidenciando diferenciações

⁴⁰ Outra perspectiva desta mesma análise deriva a noção de que surjam Brasília, evidenciando pluralidade de apropriações cotidianas de uma Brasília cujos parâmetros naturalizados traduzem contexto de usos e compreensão modernista do espaço urbano.

⁴¹ A noção de disposições incorporadas refere-se à noção de *habitus*, em Bourdieu. O *habitus* depende da posição ocupada pelo agente no espaço social e condiciona de maneira inconsciente sua visão de mundo e seu comportamento. É importante ressaltar, no entanto, que Bourdieu considera como relevantes as trajetórias individuais dos agentes, desde que sejam consideradas as condições de existência objetivas na estrutura social.

⁴² Vale um esclarecimento e marcar a divergência na concepção do “agente” entre Certeau e Bourdieu: Apesar de ser simultaneamente produto e produtor, o agente de Bourdieu é eminentemente não reflexivo, encontra-se objetivamente implicado na produção de sentido objetivo, e, sem saber, encontra-se comprometido com a reprodução social, sem que isso signifique uma cega obediência às normas (Durkheim), nem uma manipulação consciente de metas no interior dessa ordem (Weber). Já Certeau, ressalta no agente, a mobilidade no aspecto de realizar bricolagens no interior de uma ordem dominante, embora não necessariamente imputa reflexividade aos agentes. Certeau reconhece a manipulação prática de códigos por indivíduos, em cujas dinâmicas reconhecem oportunidades e nota-se uma certa liberdade de ação em sentido prático, marcada por astúcia nos movimentos de apropriação de códigos no contexto do espaço urbano dominante.

relevantes quanto a trajetórias no espaço social. Assim, sem pretender lançar mão do esquema de análise bourdieusiano⁴³, por demais abrangente aos interesses desta pesquisa, a abordagem sugere maneiras de apropriação em função de posições ocupadas no espaço social, o que se dá mediante esquemas de apropriação por sua vez produtos de socialização e internalização de disposições que se apresentam como domínios *naturais*. Interessa-nos analisar o espaço urbano enquanto *a priori* social supondo determinadas posições sociais cujas maneiras de apropriação correspondem justamente à hegemonia modernista constatada no ordenamento espacial de Brasília. Vale lembrar que no esquema bourdieusiano, o agente é o produto da incorporação dos esquemas disposicionais internalizados em função da posição ocupada no espaço social, de modo que o conhecimento possível ao agente é de natureza prática, no sentido de um saber fazer, de tipo não teórico, *representado com aspecto de naturalidade* (*habitus* enquanto cultura feita natureza). Tanto em Certeau como em Bourdieu, notamos como se torna possível a apreensão analítica do espaço urbano de cunho hegemônico modernista

⁴³ Segundo Ortiz (1983), a concepção sociológica de Bourdieu partiu em alguma medida da crítica ao objetivismo, bem como das tradições vinculadas à fenomenologia social, ou seja, não era satisfatório abordar o social nem pela suposição de estruturas independentes, externas aos agentes, como se engendrassem os comportamentos humanos por alguma espécie de automatismo, tendo no indivíduo um mero veículo, nem pelo apelo fenomenológico de compreensão do social a partir de situações às quais os agentes correspondessem objetivamente a um ajustamento de expectativas socialmente estruturadas, e na qual a realidade social seria concebida como tais ajustamentos constituindo intersubjetividades. Nesse aspecto, todo o problema em busca da teoria das práticas consiste, portanto, em encontrar a mediação entre agente social e sociedade, homem e história. (Ortiz, 1983, p. 8) A noção de *habitus* aparece como termo de mediação entre os elementos acima mencionados e enfatiza a dimensão de um aprendizado passado. Nesses termos, o agente sociológico é concebido ao mesmo tempo como produto e produtor da história, objetivamente posicionado na estrutura das relações, mas de modo *inconsciente*, uma vez que é o produto de um *modus operandi* que não produziu e do qual tende a reproduzir inconscientemente, devido à internalização de intenções objetivas de sua condição. Não é possível ao agente manter uma relação de tipo teórico com a prática, preso que está à *ilusio* e à *volúpia* do jogo. Ao agente bourdieusiano resta o querer jogar um jogo a ele pré-existente, mas sem perceber-se jogador, por não ser capaz de objetivar as condições sociais de produção do jogo, de teorizar sobre o jogo, no sentido de elaborar um discurso realista sobre o mundo social que habita e nele perceber-se. Em última instância, em escala macrosociológica, a organização das relações sociais, na coexistência dos *habitus* de classe, dar-se-á em função das condições materiais de existência - análise de veio marxista - na escala da conformação do agente, o mesmo é socializado segundo esquemas de percepção compartilhados por proximidades no espaço social (condições de existência semelhantes), havendo mais que correspondência, uma verdadeira coerência entre o agente e o contexto social de origem, (Por exemplo, na ideia de corpos de classe, ou na associação entre Gosto e Classe Social) supondo, portanto, a filiação inconsciente e pulsional do agente a determinado contexto social de origem. Restará à noção de trajetória abordar como se darão os deslocamentos no espaço social pelo agente, quando acarretarem choques e conflitos entre o *habitus* de origem e as situações que o forçarão a perceber-se como deslocado dos contextos de origem, considerando assimilações inconscientes de outro tipo de hábitos, na forma de trama sobreposta, mas sempre impossibilitada à apropriação reflexiva do agente. Neste ponto, antecipamos a crítica de Lahire (2002) sobre a predominância dos esquemas de percepção frente à situação, propondo uma revisão da relação entre esquemas de percepção versus situação como universal e indistintamente verdadeira. Nessa outra direção, seria perfeitamente possível pensar que os esquemas de percepção são mobilizados em função de determinado contexto ou situação, mesmo assim, ainda é possível questionar se tal mobilização seria total ou apenas parcial.

enquanto quadros de possibilidades naturalizados, sem com isso deixar de reconhecer a tensão estrutural e contraditória, a qual a constitui a complexidade e evidencia heterogeneidade de apropriações partindo de códigos naturalizados que compõem o espaço urbano: Em uma palavra, faz-se entrever a diversidade de usos da cidade.

Com a noção de narrativas, pretendemos evidenciar mecanismo prático pelo qual se viabiliza uma unicidade simbólico-normativa de cunho hegemônico pelo afinamento de diversas outras narrativas. A costura da noção de narrativas com a de usos, ao tomar relatos cotidianos por objeto, nos permite analisar o espaço urbano aprioristicamente centrado no que chamamos *compreensão prática* ou *linguagem da prática*: o mecanismo narrativo cognitivo é compreendido enquanto integração da dimensão corporal da prática e a dimensão cultural e socialmente objetivada, num único e mesmo movimento.

Desde um primeiro contato com a literatura nos chamou a atenção a escassa produção sobre as narrativas nas ciências sociais, remetendo-nos a trabalhos em história, lingüística e comunicação social. Em ciências sociais, encontramos mais trabalhos em antropologia que em sociologia. Nessa pesquisa, a questão das narrativas assume perspectiva sociológica, uma vez que são indissociavelmente pensadas enquanto possibilidade cognitiva e prática, produto de práticas sociais posicionadas. Faz-se necessário esboçar alguns elementos constitutivos das narrativas, bem como implicações em pensá-las por essa abordagem.

Como o concebemos, o ato de narrar não pode ser reduzido a um mero artifício representacional dissociado da prática cotidiana.

Pensar em narrativas cotidianas supõe refletir sobre a relação entre práticas sociais temporalmente articuladas e construídas sobre sequências configuradas que integram fatos e projetos da ação do agente – ou grupos deles - a outras experiências comuns. Assim, recai especificamente naquilo que há de comum, corrente e cotidiano, em suma, naturalizado, através de relatos concebidos simultaneamente enquanto *compreensão e prática*.

Em sentido fenomenológico, ela tem ao menos um duplo caráter: de um lado, corresponde a uma forma de conhecimento racional, da parte de um agente consciente que descreve, relata e organiza com objetividade os acontecimentos vividos por ele ou dos quais ele tenha conhecimento. De outro, a narrativa corresponde a uma forma de conhecimento não consciente, que se estrutura ao sabor dos mais variados elementos da trajetória sócio-individual e posição ocupada pelo agente na estrutura social. Nesse

sentido, através do mecanismo de memória, cada elemento destacado obscurece (mas não elimina) uma região da compreensão que lhe é aparentada, constituindo uma opacidade própria da operação narrativa. Trata-se, fundamentalmente, de um tipo de relato cuja natureza é simultaneamente *cognitiva e prática*, ao modo de uma *linguagem da prática*, cujo *modus operandi* consiste em compreensão que se dá a partir de quadros de possibilidades naturalizados, tomados como referências “objetivas” do mundo social, em uma palavra, percebidos como certezas. As práticas de usos correspondem a apropriações e movimentações em função mesmo desses parâmetros naturalizados, de modo que condensam simultaneamente norteamento quanto às possibilidades “objetivas” e critérios socialmente fundamentados, posto que compartilhados, quanto à afirmação das possibilidades de ação. Supõe, portanto, o compartilhamento de repertórios práticos por um grupo interdependente de agentes, de modo indissociável à compreensão de quadros de possibilidades, de modo que são tomados como “ontologia”⁴⁴ e materialidade “óbvias”. Deste modo, é possível apontar características às operações narrativas, enquanto *compreensão prática*, marcadamente atravessadas por: *ambivalência, vagueza, opacidade e parcialidade*, entre outros aspectos. (DÍAZ DE RADA & CRUCES, apud BARBOSA, 2003, p.78)

É incorreto considerar narrativas e práticas sociais de maneira desvinculada, as concebemos aqui, fundamentalmente, enquanto expressão lingüística do mundo, simultaneamente compreensão e possibilidade do ato de compreender. À maneira de uma linguagem da prática, apresentam mecanismo de auto-referencialidade: a operação narrativa, enquanto processo de constante redescrição e síntese tende a promover uma unicidade e coerência de seu objeto, e ao fazê-lo, promove uma espécie de cristalização de determinadas maneiras de compreensão e prática, estas por sua vez, são tomadas não como processualidades, mas como certezas “objetivas”. Em outras palavras, a operação narrativa de redescrição por categorias de entendimento à dominante modernistas, neste movimento de síntese prático-discursiva, tende a promover quadros de compreensão naturalizados quanto às possibilidades de viver Brasília e tais quadros não se passam como processualidades, mas como “dado” e “materialidade”, acompanhados de um

⁴⁴ Tomando inspiração em Kant (2011), lançamos mão na noção de ontologia enquanto entendimento dos *a priori* vinculados à experiência. Em se tratando de trabalharmos com a noção de *a priori* social, ontologias correspondem à apreensão, compreensão e reconhecimento da vida social. Bem ao modo de uma síntese cognoscitiva-normativa, é percebida como natural e apresenta traços normativos quanto a usos no espaço social.

panorama de maneiras de praticar a cidade, cristalizados enquanto visão de mundo, assim produzem traços de hegemonia da trama modernista no espaço urbano brasileiro.

Basicamente, o recurso à noção de narrativa permite questionar a *neutralidade* dos termos de nomeação que constituem a trama modernista do espaço urbano brasileiro, explicitando sua *opacidade, bem como* sua realização em termos de unicidade simbólico-normativa pelo afinamento de outras narrativas, através dos mecanismos supracitados. Neste aspecto, interessa-nos ressaltar, sobretudo, nos relatos cotidianos compartilhados em uma cidade, as narrativas possuem a característica de serem vivenciadas como *verdadeiras* (Ibidem, p. 41).

A articulação narrativa se dá de modo dinâmico, flutuante, relacional, mediante ordenação de temporalidades. Nesse sentido, trata-se de prática que, articula momentos distintos em função do *presente, através de mecanismos temporais*. (RICOUER, 1994, p.96). Assim, qualquer forma de elaboração reflexiva sobre o cotidiano, na forma de relatos, necessariamente se *apoiava e prolonga* essa articulação da temporalidade, operando à maneira de um mecanismo de *descrição*.

De maneira mais geral, a temporalidade e qualquer compreensão causal sobre o passado assumem a forma de um *enunciado* que se caracteriza por descrever, a partir do presente, um acontecimento passado em função de outro acontecimento passado posterior (envolvendo, portanto, três tempos distintos). Por isso essa *descrição* é na verdade uma *redescrição*, na medida em que só em um segundo momento o evento passado recebe o estatuto de causa. (BARBOSA, 2003, p.36).

Assim, a narrativa é um tipo de relato, simultaneamente compreensão, tomada como verdadeira e natural, de modo a expressar certezas e carregar parâmetros naturalizados de orientação e classificação na vida social. Pelo modelo narrativas-usos podemos abarcar relatos cotidianos que expressam quadros naturalizados de compreensão, acompanhados de parâmetros de normalidade na base do destaque da trama modernista, ao ponto de ocorrer a atualização deste destaque apesar do espalhamento e complexificação que produzem diferenciação sócio-funcional na metrópole. Precisamente, isso se torna possível pela análise dos relatos cotidianos que evidenciam “estranhamento” e “familiaridade”, de modo que, partindo de determinadas maneiras de usos da cidade, podemos atuar na identificação e análise de categorias de entendimento que compõem aprioristicamente o *familiar* interpartilhado e naturalizado no tocante às possibilidades de usos que destacam a unicidade simbólico-narrativa modernista no contexto heterogêneo do Distrito Federal.

Se mostramos não ser possível desvincular as narrativas das práticas cotidianas de usos, tampouco é possível resumi-las a um mero reflexo da trama das práticas. O ato de narrar, é certo, encontra sua possibilidade na familiaridade que mantem com uma trama gerada pela redescrição de diferentes eventos temporalmente ordenados. Mas não sintetiza em seu interior toda uma profusão de significados e referências no jogo social de uma cidade. Com efeito, a narrativa impõe sobre uma realidade uma coerência formal que esta não possui, uma coerência que só é experienciada imaginariamente. Nessa direção, tomamos como referencial empírico relatos de jovens moradores do Plano Piloto implicados na trama dos concursos públicos enquanto condição de acesso a Brasília. Assim se constitui nossa estratégia metodológica para apresentar como se articulam categorias de entendimento na operação narrativa modernista que condensa uma síntese de parâmetros sobre um “isto” é Brasília. Ao tratarmos esta síntese narrativa, simultaneamente unicidade e coerência dotadas de sentido hegemônico no contexto do espaço urbano brasiliense, chamamos atenção para uma característica de desfecho peculiar das narrativas. De fato, o ato narrativizante expressa uma necessidade de coerência e completude, uma demanda pelo fechamento ou desfecho de uma história, e essa necessidade e demanda possuem significado moral:

uma demanda de que as sequencias de eventos reais sejam avaliadas quanto à sua significância como elementos de um drama moral.” (WHITE, 1981, p. 2). É porque os eventos descrevem os passos para o estabelecimento da ordem social, ou falham em fazê-lo, que eles encontram um lugar na demonstração narrativa da realidade dessa ordem. (BARBOSA, 2003, p. 20)

Daí que, mais uma vez, a operação narrativa implica em uma operação de seletividade: certos valores, certas vivências, são apropriados como integrantes legítimos e até certo ponto naturais da experiência que é narrada. Na terminologia de Ricouer, à “semântica” do mundo da ação a narrativa impõe uma sintaxe, onde a trama da ação consolida-se definitivamente numa perspectiva temporal, tomados como verdadeiros. Uma *redescrição* e *ressemantização* caracterizam o ato de narrar. Como esclarece Barbosa, a razão de ser primeira dos relatos no dia-a-dia é serem eles verdadeiros (venha isso a se confirmar objetivamente ou não), e disso resulta seu poder de construir o que é “real” na experiência de um indivíduo ou uma comunidade.

Nesse caso, é preciso compreender como a prática cotidiana atua como um *indutor* (RICOUER, 1995) do comportamento de narrar. Pensar as narrativas em sentido sociológico impede que concebamos as matrizes culturais como ontologicamente separadas das práticas. A linguagem da prática, por sua vez, é aqui compreendida enquanto integração da dimensão corporal da prática e a dimensão cultural e socialmente objetivada, num único e mesmo movimento. A compreensão da narrativa enquanto *praxis* remonta, portanto a uma ligação entre discurso e prática, já que a própria estrutura da narrativa é pré-dada nas estruturas da vida cotidiana. (JACKSON, 1996. apud BARBOSA, 2003, p. 81)

Feita a devida apresentação das potencialidades do modelo narrativas-usos, destacamos a possibilidade de partindo de relatos cotidianos acessarmos parâmetros de normalidade constatados na componente de hegemonia modernista cujo destaque se faz notar no espaço urbano brasiliense. Isso se dá devido a tais relatos expressarem critérios pelos quais se dá o reconhecimento e criação do mundo social. Tal ordenamento é percebido enquanto verdadeiro, natural, familiar, de onde derivam os traços de hegemonia. Tomar o espaço urbano como “*a priori* social”, nesse sentido, equivale a abordar as categorias de entendimento interpartilhadas que expressam o quadro de possibilidades e panorama de maneiras de praticar a cidade. Como vimos, tais categorias de entendimento exprimem certezas, o que, por sua vez, explica como justificado nosso recurso aos concursos públicos, tomados enquanto traço de destaque e condição de acesso a determinados modos de vida brasilienses.

Dessa feita, ao modo de uma *linguagem da prática*, buscamos nos relatos cotidianos de jovens moradores do Plano Piloto implicados na trama dos concursos públicos identificar e analisar atributos de certezas vinculados visando os parâmetros de normalidade vinculados ao destaque e, assim, explicitar alguns conteúdos na base da unicidade narrativa modernista. É preciso apontar em que sentido figura passar em concurso público nos relatos cotidianos e usos comuns da cidade, explorando o contexto de condição de acesso à cidade. Para isso, faz-se necessário expor brevemente uma apresentação e alguns comentários sobre os entrevistados.

Apresentando os entrevistados⁴⁵

Todos os entrevistados são jovens adultos moradores do Plano Piloto com distintas trajetórias sócio-individuais e, por conseguinte, distintas posições no espaço social. Foram buscados candidatos já concursados ou não e de diferentes áreas de formação, de ambos os sexos, do Distrito Federal e demais unidades federativas. Quanto ao Distrito Federal, alguns nasceram e/ou viveram a maior parte do tempo no Plano Piloto. Dos originários de outros contextos geográficos, nota-se atração dos concursos e postos na administração pública. Precisamos retomar o que no capítulo anterior balizamos como em se tratando de uma condição particular na qual se encontra o forasteiro no espaço social, acerca da relação quanto ao “familiar” e o “estranho” no espaço urbano. Mais especificamente, lembramos uma certa postura de *estranhamento* quanto a traços naturalizados que se fazem perceber no contexto da nova cidade.

As entrevistas foram realizadas em cursos preparatórios (**Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Setembro, Outubro**), bibliotecas (**Junho**), casas dos entrevistados (**Julho, Agosto, Outubro, Novembro, Dezembro**) e trabalho (**Maio**). Na **Tabela I** temos uma síntese com apresentação dos entrevistados. No caso dos cursos, buscamos realizar as entrevistas nos arredores, em lanchonetes e bancos, contornando as dificuldades de acesso às instalações. Vale lembrar que em se tratando dos cursos preparatórios, é notável a variação quanto ao padrão de serviços⁴⁶, sendo Brasília apontada por todos os entrevistados como a melhor estrutura de preparação para concursos do país, o que atua como fator de atração. Nota-se que um padrão nas entrevistas consiste na prática comum de fazer qualquer concurso, visando independência financeira e alguma realização pessoal, assim, é possível *planejar-se* a médio e longo prazo até atingir o concurso pretendido. Na lógica dos concursos, a

⁴⁵ Neste tópico, preferimos sistematizar um quadro geral com características de nossa abordagem e das trajetórias sócio-individuais dos participantes das entrevistas. Contudo, trata-se de uma introdução meramente esquemática, uma vez que optamos por detalhar maiores informações sobre os relatos, à medida que se exija a correta localização e tratamento destes para a compreensão das análises. Aqui, buscamos retomar informações mais indispensáveis que permitam a localização dos participantes da pesquisa, de modo que lançamos mão de alguns dados produzidos pelos questionários.

⁴⁶ Os mais caros e completos oferecem biblioteca 24 horas, lanches e café servidos durante os intervalos das aulas, computadores com acervos direcionados aos concursos, internet *wi-fi*, assinatura de jornais e revistas. A maioria dos cursos possui alguma infraestrutura, como bibliotecas e salas de estudos 24 horas, mas há também modalidades de cursos que para atingirem o maior número possível de alunos a preços menores, oferecem apenas as aulas em seu espaço físico. Ainda há livrarias especializadas e cursos para todos os concursos e faixas de renda, o que coloca Brasília como excelente local de preparação para concursos.

organização em torno dos diplomas se dá tanto como condição de acesso, posto que escolaridade é requisito e vale pontos, quanto por maneiras de negociação um tanto sofisticadas que alinham editais para concursos, redes de ensino e direcionamento dos candidatos por cursos que ofertam mais postos. Nota-se articulação entre editais para concursos, redes de ensino e direcionamento de candidatos por cursos que ofereçam mais postos. Nesse sentido, Brasília passou a presenciar a valorização da escolaridade como principal canal de acesso a empregabilidade e melhores condições de vida segundo parâmetros um tanto precisos.

Tabela I: Informações sobre os Entrevistados

| Nome Fictício | Sexo | Idade | Estado | Curso Superior | Conclusão da Graduação | Tempo em Brasília | Exerce Atividade Remunerada? | Trabalha/Já trabalhou no Serviço público? |
|----------------------|-------------|--------------|---------------|-------------------------|-------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|--|
| Janeiro | M | 26 | DF | Relações Internacionais | 2008 | Entre 3 e 5 | Não | Não |
| Fevereiro | F | 24 | GO | Biologia | 2009 | Entre 3 e 5 | Sim | Sim |
| Março | F | 22 | GO | Farmácia | 2011 | Até 2 | Não | Não |
| Abril | F | 23 | GO | Ciência da computação | 2010 | Entre 6 e 10 | Não | Não |
| Mai | M | 28 | GO | Direito | 2005 | Mais que 10 | Não | Sim |
| Junho | M | 29 | MG | Ciências Militares | 2006 | Entre 6 e 10 | Sim | Sim |
| Julho | M | 29 | DF | Física | 2009 | Mais que 10 | Sim | Sim |
| Agosto | F | 22 | DF | Relações Internacionais | 2011 | Mais que 10 | Não | Não |
| Setembro | M | 31 | RS | Administração | 2009 | Até 2 | Não | Não |
| Outubro | F | 27 | PR | Direito | 2009 | Entre 3 e 5 | Sim | Não |
| Novembro | F | 26 | DF | Publicidade | 2007 | Mais que 10 | Não | Não |
| Dezembro | M | 27 | DF | Sociologia | 2009 | Mais que 10 | Não | Sim |

As entrevistas buscaram através dos concursos identificar parâmetros de normalidade, à luz de critérios de “familiaridade” e “estranhamento”, as seguintes linhas de interpretação: tensão homogeneidade/heterogeneidade; critérios naturalizados de estima/distinção; noções de controle e influência; efeitos de compreensão socialmente fundamentados e naturalizados decorrentes de apreensão hegemônica do espaço urbano; elementos que ficam “dentro” e “fora” da narrativa comum da cidade. Os roteiros das entrevistas e questionários encontram-se anexos à pesquisa.

Trazendo alguns dados sobre o conjunto dos entrevistados, antecipando diversidade de trajetórias, lançamos mão dos questionários. Conforme mostra a **Tabela II**, a maioria dos respondentes habita a área de Brasília, 62% são do sexo masculino, contra 38% do sexo feminino. As idades variam entre 18 (2 respostas) e 57 anos (1 resposta) , apresentando 75,7% dos entrevistados na faixa entre 23 e 29. Quanto ao estado civil, a maioria, 46,3%, é formada de solteiros, 38,4%, seguidos de casados 14,1% e, separados com apenas 1,1%. A maioria dos respondentes mora na cidade há mais de 10 anos, 67,8%, seguidos de 22% que moram a até 5 anos. Sobre os moradores desse interstício, estes correspondem ao fator de atração direta ou indiretamente vinculado aos concursos públicos.

Tabela II: Local de Moradia

| Região Administrativa | Frequências | Percentuais |
|------------------------------|--------------------|--------------------|
| Brasília ⁴⁷ | 119 | 67,2 |
| Taguatinga | 18 | 10,2 |
| Sobradinho | 8 | 4,5 |
| Guará | 6 | 3,4 |
| Águas Claras | 6 | 3,4 |
| Cruzeiro | 5 | 2,8 |
| Park Way | 3 | 1,7 |
| Samambaia | 3 | 1,7 |
| Ceilândia | 2 | 1,1 |
| Recanto das Emas | 1 | 0,6 |
| Planaltina | 1 | 0,6 |
| Ns/nr ⁴⁸ | 5 | 2,8 |
| Total | 177 | 100 |

⁴⁷ A categoria Brasília condensou um rol com as seguintes frequências: Brasília (42 respostas), Octogonal (1), Plano Piloto (70 respostas), Setor Militar Urbano (1), Lago Sul (1), Sudoeste (4).

⁴⁸ Ns/nr: Não souberam ou não responderam

Consideramos crucial localizar nosso discurso enquanto posicionado no mundo social que analisamos. Nesse sentido, é válido o esforço metodológico que Bourdieu (1990, p. 114) chama de “objetivação do sujeito objetivante”. Com isso, aponta a necessidade da inserção do pesquisador na trama que propõe explorar, admitindo que a sua posição nesta trama pode influenciar diretamente a produção das informações e a análise e interpretação de tais dados⁴⁹.

Os dados de Renda Familiar durante a preparação para os concursos apontam 25,4% dos respondentes com renda familiar acima de R\$10.000,00, seguidos de 22,4% entre R\$ 4.000,01 a R\$ 6.000,00, e 16,9% com rendimentos entre R\$ 6.000,01 a R\$ 8.000,00, seguidos de 11,3% com rendimentos familiares de R\$ 8.000,01 a R\$ 10.000,00. Os dados produzidos pela descrição que apontamos no Capítulo II, considerando os dados supracitados que mostram mais da metade dos entrevistados já terem trabalhado ou trabalharem no setor público aliados aos dados de renda familiar, sugerem entrevistados predominantemente oriundos de classe média predominantemente do Plano Piloto e Taguatinga.

Feita esta breve contextualização, buscaremos qualificar os critérios de orientação e localização naturalizados na percepção pela qual se apresenta o concurso público, sobretudo, pelo significado naturalizado de *condição de acesso a Brasília*. Dessa forma, interessa explicitar os parâmetros de normalidade acompanhados pelos que estão implicadas no tornar-se servidor público.

⁴⁹ Assim, admitimos de grande relevância que este trabalho tenha sido confeccionado por um pesquisador que ocupa uma posição específica no espaço social — definida pelo acúmulo de capital cultural e capital econômico —, que representa em si mesma uma trajetória, imbuída de memórias. Com isso, estou admitindo que (i) o fato de ter nascido em Brasília e morado no Plano Piloto faz parte de minhas memórias e influencia a observação e análise desta pesquisa; (ii) atualmente sou servidor público, sendo que meus locais de trabalho, estudo e outras atividades se concentram no Plano Piloto; (iii) em função do trabalho faço deslocamentos eventuais para diversas regiões administrativas do Distrito Federal, o que produz percepções que influenciam esta pesquisa e (iv) presenciei, ao término do ensino médio, em 2004, o crescimento notável dos concursos até em meados de 2007 ocuparem centralidade em toda a constelação de relações que habitava, tomado quase que "naturalmente" como vocação brasiliense, especialmente pela recomposição salarial, o que de modo notável passou a nortear diversos usos da cidade. Paralelamente à reformulação dos concursos, se fez notável a chegada de migrantes cuja finalidade consiste na preparação ou mesmo tomada de posse no serviço público, processo que atualmente atravessa a cidade nos mais diversos segmentos sociais. Com essas observações, pretendo ressaltar a minha condição de pesquisador e parte do mundo social que vivencio, no sentido de explicitar que do mesmo modo que não há intenção teórica cindida da prática, meu olhar de pesquisador não é neutro, devendo esta análise explicitar tanto quanto possível os critérios naturalizados implicados em meu esforço de objetivação.

Concurso Público enquanto condição de acesso à cidade na Narrativa Modernista de Brasília

Dezembro, que nasceu e morou praticamente toda a vida no Plano Piloto, marcou sua fala pelo espanto quanto à intensidade do crescimento de Brasília e as condições de vida privilegiadas que leva no Plano Piloto, manifestando desejo de continuar a morar na superquadra arborizada e silenciosa bastante próxima ao Lago Paranoá. Claramente, **Dezembro** aponta desconforto quanto ao movimento de abertura de postos no serviço público, caminhando sobre a ambiguidade devido a, de um lado, ver nas carreiras de estado condições tão vantajosas que é preciso garantir sua vaga, mas de outro, com a contrariedade de quem trilhou trajetória sócio-profissional que fica muito aquém das condições oferecidas pelo trabalho público, de modo a sentir-se pressionado na direção dos concursos. Vale destacar, em se tratando do apego emocional que **Dezembro** manifesta por morar em Brasília e especificamente no Plano Piloto, considerando o elevado custo de vida nesta região, passar no concurso público figura como a principal possibilidade visualizada por **Dezembro**. Nesse sentido que garantir a estabilidade e remuneração no serviço público consiste justamente em garantir *condição de acesso à cidade*. Contudo, **Dezembro** diz não ser fácil “*ter que se enquadrar na única forma de viver em Brasília*”. Se, de um lado, é apontado como necessário garantir a segurança e estabilidade através da aprovação no concurso, isso não se dá de modo livre de tensões, uma vez que **Dezembro** chama atenção para uma série de custos envolvidos em levar uma vida que considera burocrática, tediosa, marcada pela falta de desafios e a única certeza consiste no processo de acomodação, sendo o único resultado possível a frustração de um trabalho entediante e sem sentido. **Dezembro** aponta, nesse sentido, para o medo de justamente ser aprovado, uma vez que se veria preso às garantias e remuneração diferenciadas do setor público, de modo que uma vez conquistada esta estabilidade, dificilmente conseguiria abandonar o conforto de tantas garantias para se aventurar nas *instabilidades* do mundo do trabalho contemporâneo. De fato, na resultante deste dilema, que extrapola a mera componente do trabalho, **Dezembro** aponta para a falta de opções e principalmente os *medos de ficar sem dinheiro* e passar “*necessidade*”, sendo estes os principais estímulos que o levam a estudar para concursos. Se **Dezembro** ressalta como características do emprego público a ineficiência, o ato de carimbar e prestar contas a pessoas despreparadas, a

rotina sem sentido e a acomodação, por outro lado, é na *estabilidade* que residem as boas condições dessa modalidade de ocupação, uma vez que confere garantias ao trabalhador em um mundo no qual o trabalho é marcado por inseguranças, de modo que “ter um trabalho estável é única parte boa dos concursos” considerando o mundo do trabalho atual. **Dezembro** afirma que na escolha da ocupação, a estabilidade pesa mesmo que isso signifique ganhar um pouco menos. A este respeito, recorreremos aos questionários⁵⁰ visando acessar e qualificar as principais motivações atribuídas ao serviço público. Inicialmente, percebemos o traço imbricado como aparecem as duas respostas, já que *Remuneração* e *Estabilidade* apareceram juntas em 115 marcações, do total de 177. Nos questionários percebemos, sequencialmente, 78,5% dos respondentes apontando como principal atrativo para os concursos públicos a *Estabilidade*, seguidos de 73,4% que apontaram *Remuneração*.⁵¹ Dessa forma, destacaram-se em todas as respostas das entrevistas a dupla estabilidade-remuneração, o que interpretamos abarcar uma profusão de significados e protocolos de praticar a cidade em torno de dinheiro, moradia, estilo de vida, produtos, práticas de lazer e consumo na cidade.

O relato de **Dezembro** revela como características de Brasília um verdadeiro afã em garantir *segurança* e *estabilidade*. Percebemos tais categorias como critérios naturalizados de compreensão da vida social, de modo que servindo de parâmetro de normalidade e evidenciadas em maneiras objetivas de praticar Brasília, modalidades de ocupação que fujam a estes critérios são desqualificadas e remetendo aos riscos que oferecem, deixam de ser uma opção. Com esta categoria nativa, **Dezembro** afirma discordar do que percebe como modo de vida tipicamente brasiliense, em se tratando das pessoas pautarem suas vidas em função de *se garantir*, evidenciando evitamento aos riscos e desafios, se preocupam excessivamente quanto a *planejar o futuro*, no sentido de apego à antecipação controlada de situações e imprevistos, leva-se uma vida de rotinas, na qual se evita a mistura e o acaso. Exceto pelo *medo de ficar sem dinheiro*, **Dezembro** afirma várias vezes, jamais passaria pelo emprego público. Contudo, seu relato é um tanto emblemático uma vez que não sem resistências se dedica a conquistar *estabilidade*, categoria naturalizada que sintetiza valores positivos como possibilidades

⁵⁰ Trata-se da pergunta: “Porque você decidiu fazer concursos públicos?” realizada pelos questionários e entrevistas.

⁵¹ A este respeito, o rol das frequências ficou em: Possibilidades de carreira (42,9%); Natureza das atividades desenvolvidas (32,8%); carências na iniciativa privada (29,4%); Carga de Trabalho (23,7%); flexibilidade de horário (19,8%); Qualidade do ambiente de Trabalho (18,1%); e dos 7,9% que apontaram outras motivações, apontaram estabilidade financeira ou realização pessoal, frequentemente vinculado a fazer o que se gosta despreocupadamente, tão logo garantida a estabilidade; ou então, pode tratar-se de vocação para carreiras na área pública.

de: *planejamento, qualidade de vida, segurança, independência*, sobretudo a *tranquilidade e certeza* de que dificilmente irá perder o emprego, o que aponta como característica bastante *libertadora*. Assim, navegando pelo terreno dos concursos visualizamos certezas sobre maneiras de praticar Brasília, nossa intenção consiste em explorar como se torna possível explorar critérios de orientação e localização naturalizados que atravessam modos de praticar Brasília pela posição que ocupa a classe média plano pilotense modernista na cartografia dos usos da capital metropolitana. Vai ganhando destaque, assim, a condição pela qual significados atribuídos aos concursos e serviço público transbordam para o mundo do “não trabalho”, de modo a expressar um quadro de possibilidades de praticar Brasília, no que diz respeito à prevalência de uma trama simbólico-normativa da capital. Retornemos à descrição dos relatos.

Janeiro diz existir preconceito para com quem não pertença aos quadros do funcionalismo e ser Brasília pautada por uma “cultura do serviço público”, evidenciando tratar-se de mentalidade e cotidiana: “Se você não for servidor público, não tem estabilidade, não tem um bom salário. Essa é a mentalidade da cidade, está no ar”. De fato, notamos uma série de vantagens “objetivas” no cotidiano de Brasília, através de um mercado que prioriza a clientela do servidor público, através de uma série linhas de crédito e facilidades.

Pensar o espaço urbano de Brasília à luz dos concursos se mostra heurístico devido à conotação que assume o emprego público enquanto vocação brasiliense, ao retomar, sobretudo, modos de praticar a cidade de uma classe média moradora do Plano Piloto:

É importantíssimo pensar a questão do concurso influenciando na vida social de Brasília... E eu tenho medo disso daí ser momentâneo. Momentâneo, entendeu... Agora tá todo mundo aí pensando eu quero passar no concurso público... Poxa, há dez anos atrás não era assim não, não era não... Quem disse que daqui a dez anos vai ser assim? (**Pesquisador:** Você acha isso bom?) Não, não acho bom... **Porque a gente tá preso no concurso... Se você não fizer o concurso, se não fizer, se você não passar no concurso, você tá perdido. (P:** Como assim?) Porque você não tem a estabilidade. Certo? **Você tá perdido, cara...Você tá perdido, cara... Então, a classe média de Brasília hoje só tem uma opção, porque... a iniciativa privada não é um caminho... não é uma opção. Esse é o pensamento de Brasília. (P:** Como assim?) Porque a iniciativa privada deixou o trabalho cada vez mais flexível. Deixou o trabalho flexível. E essa flexibilidade não é boa pro trabalhador, porque hoje ele tá aqui, amanhã ele pode ser demitido. E ele não tem nenhum direito. Então não é uma coisa boa para o trabalhador não, entendeu... E sem nenhuma garantia. Enfim... E montar uma empresa também, nada! Vai montar uma empresa, você vai ter uma concorrência que... vai acabar com você. Isso é ruim, eu acho isso ruim... **Eu não sou muito otimista com essa república dos**

concursos. Vivemos numa república dos concursos. Você tem que fazer concurso, meu filho, o objetivo da sua vida é o concurso (Risos). Poxa, o objetivo da sua vida é o concurso? Eu acho isso meio deprimente. E depois, o que vai virar da sua vida depois do concurso? Se você passar, pode ter dificuldades tremendas se passar também... Ir lá bater carimbo, passar oito horas do seu dia batendo carimbo? Você ir lá carimbar não é o que você tava pensando quando passou no concurso. (**Dezembro**, entrevista realizada em 7 de setembro, em sua casa. *Grifos meus*)

Nesse “pensamento de Brasília”, marcado pela condição de morador do Plano Piloto, **Dezembro** aponta para uma pauta de vida cuja *tônica* repousa no serviço público. Evidentemente, como mostramos no capítulo anterior, é a trama metropolitana atravessada por um forte e diversificado setor de serviços, muito embora não se dê tal prevalência na percepção dos quadros de possibilidades de usos da cidade. Dessa forma, devemos entender que o serviço público é compreendido enquanto síntese de percepções e condições pelas quais se tem acesso a alguns determinados modos de vida na base da percepção de destaque do quadro de possibilidades modernista no contexto do espaço urbano brasiliense, cabendo a esta pesquisa, justamente a qualificar a componente modernista que apresentamos ao longo desta pesquisa. Cabe a nosso esforço identificar como se apresentam tais categorias naturalizadas e a que maneiras de praticar a cidade dão acesso. Voltemos ao relato de **Dezembro**.

O relato de **Maio** é elucidativo no tocante à pressão e expectativas envolvidas no sentido de fazer concursos públicos em Brasília, sendo estratégica a escolha pelo curso superior em Direito, visando abrir portas nas seleções. Tal escolha evidencia pauta, uma vez que **Maio** afirma justamente ter se adaptado a um contexto visando obter garantias, considerando que inicialmente buscava cursar Geologia:

Aqui a cidade parece que te leva... a essa ... a esse negócio de ficar estudando pra concurso, de ser servidor público (...) e você precisa ser, estudar e ser servidor público... (**Pesquisador:** E você sente isso das pessoas?) Com certeza, com certeza. Aqui, assim, os meus amigos de faculdade e de escola, 95% são concursados ou tão estudando para concurso e almejam um cargo público, um bom cargo público, e muita gente já passou e continua estudando pra outros concursos, almeja outros cargos melhores... (Entrevista com Maio, realizada em 30/08/2012, realizada no local de trabalho, é servidor público)

Em se tratando da relevância como figuram os concursos, nota-se deslocamento na direção de priorizar o concurso em relação ao curso superior. É importante notar, na base dessas articulações e redescrições repousam certezas. Neste caso, a certeza de que após garantir a estabilidade, pode-se realizar curso superior a qualquer tempo. A este respeito, **Novembro** se admira em ter mudado de opinião tão drasticamente a respeito do serviço público. Publicitária, decidiu estudar para concursos visando garantir *qualidade de vida*, categoria nativa pela qual contrasta a trajetória profissional que tivera anteriormente, marcada por trabalhos sem horário definido e pela constante preocupação de ficar sem trabalho nos interstícios entre contratos. Quanto a esta inversão de prioridades, **Novembro** apresenta lógica pela qual vale a pena antecipar a conquista da estabilidade-remuneração:

Engraçado. Antigamente quando me formei (2007), fugia do concurso público, não queria de jeito nenhum aquilo pra minha vida (...) Hoje em dia, quando eu conheço uma pessoa que tá estudando pra vestibular, essas coisas, eu falo, cara, o que você quer fazer de curso? Cara, faz o seguinte, para de estudar para o vestibular, passa logo em algum concurso e depois que você passar, você faz a faculdade. Porque se você fizer a faculdade agora, você vai ficar achando que você tem mil coisas, você vai acabar a faculdade, vai ficar desempregado e vai ficar querendo depois estudar e não vai ter tempo. Então faz o concurso primeiro, porque a faculdade você faz a hora que quiser. Ganha um pouco de dinheiro, que além de sair na frente de todos os seus amigos, vai dar muito mais valor, vai ter muito mais experiência, sua independência, não vai depender dos seus pais e vai dar muito mais valor na sua faculdade. (**Novembro**, entrevista realizada em 6 de setembro, grifos meus)

Neste ponto, podemos perceber que o concurso público é mencionado por diferentes motivações - sempre remetem aos bons salários – mas há um elemento geral e integrativo, ao modo de uma síntese, reúne elementos e maneiras determinadas de lidar com estes: a noção bastante compartilhada de que independentemente da formação ou interesses particulares, o serviço público pode se encaixar nos planos de qualquer pessoa, uma vez que após conquistada a estabilidade, enquanto seguranças e garantias, pode-se dedicar outras coisas, tranquilamente. Os concursos também conferem *prestígio social*, uma vez que é tomado como suposto para a aprovação tratar-se de alguém capaz de se *organizar e planejar*.

Lembrando Elias (2000, p.58), a análise sociológica baseia-se no pressuposto de que todos os elementos de uma configuração, com suas respectivas propriedades, só são o que são em virtude da posição e função que nela ocupam.

Vale lembrar um conjunto de traços incontornáveis em torno dos quais se dá a tessitura simbólico-normativa constitutiva da hegemonia modernista do espaço urbano brasiliense. Percebemos, assim, a lógica sócio-espacial com traços singulares de isolamento e concentração material e simbólica, a qual destaca o Plano Piloto enquanto marco cognitivo dentro do contexto metropolitano. Ainda, considerando a existência de uma classe média ampliada precisamente implicada no contexto de marco cognitivo do Plano Piloto, bem como na trama dos concursos, notamos o compartilhamento de parâmetros e rotinas um tanto semelhantes quanto à leitura de possibilidades e usos oferecidos pela cidade, atribuímos aos modos de vida dessa classe média, um panorama de maneiras de praticar a cidade, que constam naturalizados e servem de parâmetros objetivos na base da hegemonia modernista observada no espaço urbano brasiliense.

No contexto do problema narrativas-usos, o movimento de reordenação dos quadros burocráticos e reformulação dos concursos públicos torna-se relevante, à medida que revela a coadunação entre estilos de vida, dinheiro, práticas de usos da cidade, lazer, consumo, moradia, expressos, em termos de certezas e ideais consolidados do *bem viver* que extrapola o mundo do trabalho no sentido de parâmetros naturalizados normativos quanto a viver Brasília. À luz do destaque de maneiras de praticar a cidade desta classe média ampliada, no passar em concurso público são ressaltados: o planejar-se, ganhar bem, ter tranquilidade, independência financeira, respeitabilidade, facilidades para organizar a vida, poder realizar atividades voltadas à realização pessoal, morar em boa localização, ter alto padrão de consumo, levar uma vida com centralidade ao lazer. Neste ponto, nos debruçamos sobre as expectativas implicadas na trama do serviço público, ressaltando em alguma medida o traço um tanto normativo como aparece tal expectativa, aspecto de possibilidade libertadora que garante acesso a maneiras de praticar a cidade. Ainda, passar em concursos confere atributos de distinção. Pode-se indagar sobre o porquê de concentrar esforços no mapeamento destas noções localizadas que se destacam como maneiras de praticar Brasília. Pode-se indagar, mais centralmente, o porquê de investir na explicitação destas categorias, ao invés de lançar nosso olhar diretamente sobre toda uma gama de manipulações práticas que se desenrolam a partir e a despeito destas noções. Lembramos que parte central desta pesquisa se dedica a interrogar as condições de possibilidade de ser o espaço de Brasília

centralmente marcado pelo destaque cognitivo-normativo da trama modernista, perguntando como se torna possível uma metrópole ser percebida e significada como provinciana, um tanto homogênea, de modo que buscamos os critérios de orientação e localização na base da hegemonia modernista e o movimento de atualização, que se dá simultaneamente ao espalhamento marcado por complexificação e diferenciação sócio-funcional com dinâmicas distintas da economia de serviços e do setor público.

A figuração e arranjo sócio-funcional no qual nos deparamos com esta espécie de síntese de saberes incorporados, cujos “conteúdos” remetem a equilíbrios de poder entre grupos sociais, de modo que, a hegemonia decorre fundamentalmente de um regime de certezas vigente, fundado em parâmetros de normalidade de algumas determinadas posições sociais.

De fato, a área do Plano Piloto e a vida cotidiana de determinados segmentos da população, em especial formada por servidores públicos, encarnam os critérios de organização do espaço que fornece significados naturalizados que extrapolam a esfera do trabalho, abrangendo maneiras de praticar a cidade de modo abrangente à narrativa e práticas de usos da metrópole. Simultaneamente ao vigoroso processo de crescimento e expansão da malha urbana do Distrito Federal, nota-se o contraste e tensão no qual a unicidade simbólico-normativa prevalece sobre as muitas contradições da cidade, complexificação e heterogeneidade em crescimento, através de parâmetros de *organização, segurança, planejamento*, dentre outros, atribuídos ao Plano Piloto. Vale notar, tais parâmetros modernistas atuam enquanto hierarquias naturalizadas e produzem implicações notáveis na compreensão quanto à dinâmica e gestão de prioridades, de modo a ser expressa em intervenções na gestão do espaço metropolitano, em diferentes tramas analíticas⁵². Faz-se necessário explorar mais amiúde critérios naturalizados quanto às maneiras de praticar o Plano Piloto, chamando atenção para a possível vinculação entre maneiras de narrar o serviço público enquanto modo de acesso à cidade e modos de compreensão e maneiras de praticar Brasília pelo contexto do Plano Piloto.

⁵² A respeito de compreensão naturalizada sobre a cidade, podemos apontar como tais certezas influenciam a condução das relações sociais também em nível macro sociológico. No caso da gestão de Brasília, basta-nos apontar intervenções que evidenciam a centralidade do Plano Piloto seja em nível político (vide organização da malha rodoviária com ênfase no sentido do Plano Piloto, concentração e priorização de equipamentos urbanos e serviços empreendidos pelo poder público), econômico (atravessamentos do setor imobiliário, distribuição de níveis de preços conforme estratificação inter RAs).

Hegemonia Modernista: Categorias Naturalizadas no Contexto Metropolitano do Distrito Federal

Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária [...] Dentro destas “super-quadras” os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres [...] As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só.

Fonte: Lúcio Costa, Plano Piloto de Brasília, 1957

No escopo do problema narrativas-usos até agora evidenciamos como, a partir dos concursos públicos, torna-se possível explicitar critérios de orientação e classificação naturalizados na base hegemonia modernista no tocante à tessitura simbólico-normativa que conforma o espaço urbano brasiliense.

Dezembro aponta tratar-se o Plano Piloto área com protocolos de vida bastante específicos e difere das demais RAs da capital. Esta colocação, que consiste em apontamento comum a todas as entrevistas, distingue o Plano Piloto por traços objetivos, tais como área: *planejada, organizada, com excelente localização, arborização, setorização*, onde a vida se desenrola com facilidade, sem maiores dificuldades, tem-se qualidade de vida, onde se tem tudo perto, atividades culturais, contato com a natureza, as rotinas da cidade correspondem à rotina do serviço público e este é central, prima-se pelo lazer e nota-se elevado padrão de consumo. Contudo, os traços mais reiterados remetem a tratar-se de área territorialmente afastada das demais

RAs, de modo a marcar a percepção de um *isolamento* ou “*bolha*”. Estas categorias nativas remetem a um cotidiano decisivamente marcado pela organização da malha urbana, que resulta por destacar e diferenciar a vida dentro da área planejada, de modo que não precisem deslocar-se para as demais regiões que compõem o contexto metropolitano da capital.

Percebe-se o cunho relacional dos atributos que caracterizam a área planejada da capital, sobretudo, em se tratando de critérios e atributos que caracterizam, de um lado, o isolamento e da região planejada, marcada pela ausência de misturas, enquanto as demais RAs, não raro, são apontadas por parâmetros como: *desorganização, barulho, longínquas, trânsito pesado, estresse, descontrole, imprevistos, pouca qualidade de vida, necessidade de grandes deslocamentos, inseguras, pouca presença do poder público, misturas, ausência de planejamento*. Em se tratando de apontarmos tais critérios, buscamos evidenciar serem tais critérios atravessados, sobretudo, por valores extra-urbanos.

Julho e **Agosto** contrapõem o *planejamento* e a *setorização* como características do Plano Piloto, enquanto *mistura*, problemas de transporte e deslocamento, falta de infra-estrutura são apontados como características das “*idades satélites*”⁵³. Os entrevistados (**Abril**, **Janeiro**, **Agosto**, **Setembro**) comentam sobre preconceito “*brasiliense*” em se tratando de privilegiar características positivas e homogêneas ao Plano Piloto e marginalizar com atributos de segregação, pobreza e problemas sociais as demais RAs.

Regiões administrativas geograficamente próximas ao Plano Piloto figuram como *longínquas* em função de parâmetros naturalizados quanto ao ordenamento sócio-urbano, o que ilustra **Dezembro** ao comentar os trajetos para o trabalho em São Sebastião:

Pesquisador: Você acha que não se sai da “Ilha da Fantasia”, que tem uma tentativa de **isolamento**, é isso?

D: Ah, Com certeza... A gente aqui é assim: Láááá em Planaltina, Láááááá em São Sebastião, Lááááá em Planaltina, Láááá no Paranoá, *lá longe*... Tem gente que nunca foi em São Sebastião, não sabe nem como é que é, e é aqui do lado, em 15 minutos a gente tá em São Sebastião. Parece distante. E tem gente que quer manter essa distância. O pessoal aqui do Lago Norte impediu a *construção de uma ponte*, que facilitaria o fluxo na cidade, porque? Porque eles não queriam que o pessoal do Paranoá passasse no Lago Norte, para chegar ao Plano. Porque querem manter o pessoal longe da casa deles, não quer o pessoal

⁵³ Vide nota de rodapé 13.

do Paranoá passando na frente da casa deles. Isso aí demonstra esse conservadorismo ferrenho. Ilha da Fantasia com um bolsão de pobreza em volta.

Neste contexto de classe média ampliada composta por condições de vida um tanto semelhantes, em razão do arranjo sócio-funcional no qual se inscreve o traçado urbanístico modernista, percebem-se elementos objetivos que ao modo de ícones, figuram como códigos de sucesso pessoal, sendo sempre presentes o *passar no concurso público, garantir boa renda e moradia*. Vale ressaltar as nuances, de modo que não se trata de simplesmente morar no Plano Piloto, mas de “Viver nas quadras residenciais (*superquadras*) ao invés das comerciais, morar mais *perto* (Plano Piloto) ao invés de mais *longe*, nas cidades satélites.” (Janeiro). Ora, tais parâmetros dizem respeito justamente a condições de vida de uma classe média moradora do Plano Piloto e implicada na trama dos concursos públicos.

De modo emblemático, nota-se no contexto dos relatos e observação, Brasília é significada como sinônimo do Plano Piloto. Mais precisamente, o Plano Piloto fornece parte significativa de traços que compõem a percepção do espaço urbano brasiliense, qualificado pela centralidade do serviço público e rotinas compartilhadas por segmentos de uma classe média ampliada em condições semelhantes de existência, em função do traçado urbanístico modernista. Dada a suposição da existência de uma ordem urbanística de cunho hegemônico, podemos perguntar em que parâmetros de normalidade são fundados a compreensão e prática comuns da cidade? Na configuração desse contexto e nesse *ethos* residem a maior parte dos critérios naturalizados de orientação e classificação da vida social, tais significados compõem uma apreensão *normal* da cidade e uma pauta de vida, uma vez que da percepção do quadro de possibilidades de praticar a cidade, decorrem traços normativos no tocante à apreensão, reconhecimento e criação do espaço urbano, cujo cunho modernista serve de parâmetro naturalizado acerca de categorias de entendimento como: *familiarxestranho; ordemxdesordem; organizaçãoxcaos; silêncioxbarulho; limpoxsujo; segurançaxrisco; pertoxlonge; proximidadesxdistâncias; legalxirregular, isolamentoxmistura; qualidade de vida; presençaxausência (poder público)*. Quais são os atributos do poder e da desigualdade na cidade e como estes se relacionam como os padrões espaciais de desenvolvimento urbano? Podemos sugerir o *isolamento* atribuído ao Plano Piloto condição importante para manter as características e critérios de marco cognitivo, ao

destacar traços como: *organização, segurança, tranquilidade, relativamente pouco trânsito, etc.*

* * *

Julho aponta a estrutura urbana *planejada* e a *setorização* como condições basilares para efeitos de uma socialização e modos de sociabilidade que diferenciam o Plano Piloto como contexto de cidade planejada. Como aspectos distintivos da região planejada de Brasília decorrem traços como: a *tranquilidade*, a *segurança*, o *silêncio*, a *qualidade de vida*, esta última remetendo à concentração de todos os setores da vida na mesma área geográfica - muito embora esta noção de proximidade suponha o uso de automóvel - o que praticamente libera o morador de dificuldades cotidianas para o trabalho, estudo, lazer, etc. Outro aspecto extremamente relevante decorrente do traçado planejado da trama modernista de Brasília a distingue das demais cidades brasileiras à medida que a organização planejada ofusca *misturas*, dificultando a percepção da heterogeneidade social.

Brasília é diferente de todas as outras cidades por ser planejada, assim, à forma de bairro né. As outras cidades elas são assim meio *mistureba*, Brasília é uma cidade setorizada, né eu tenho comércio, eu tenho indústria, separados das residências né. Outras cidades não, eu tenho tudo misturado, e acaba gerando transtornos tanto em transporte, quanto em violência também. Poluição visual, uma série de coisas. Enquanto uma cidade planejada conseguiu prever, né... Acho que a gente é privilegiado, né, porque mora em Brasília. (**Julho**, Entrevista realizada em 30/08/2012)

Em se tratando de categoria nativa, por *mistura* **Julho** menciona aspectos de transtorno e falta (transportes e organização econômica da cidade, como: faixas, poluição visual, barulho), além de imprevisibilidade o que se assemelha à percepção de caos e descontrole.

Visualizamos manifestações quanto à tensão estrutural homogeneidade/heterogeneidade nos relatos cotidianos. Enquanto **Outubro** e **Dezembro** ressaltam a pluralidade, em se tratando de cidade grande e heterogênea, **Novembro** destaca tratar-se de uma *cidade grande pequena*. Ora, no germe desta distinção e apontando para a *percepção de cidade pequena, previsível, repetitiva, com*

peessoas conhecidas e sempre as mesmas coisas para fazer, o que corresponde ao espelhamento da socialização do Plano Piloto, notavelmente por pessoas que nasceram ou habitam há tempo considerável tal região pouco costumam sair desta área, o que implica na percepção.

Aqui não, você tem uma certa tranquilidade, é uma cidade que é grande, mas ao mesmo tempo é pequena, entendeu... (P: Como assim?) Ah, tipo, é uma cidade que tá evoluindo, mas não tem, ela não passa ainda pelas coisas que as cidades passam, tipo a violência tão grande, sabe, uns problemas assim que aqui são menos visíveis... Tirando assim, né, as pessoas assim, de classe social, né... Quase todo mundo tem internet em casa, as pessoas assim, as pessoas ganham mais mesmo, até as empregadas ganham mais. Você não vê *lanhouse* aqui né... Você vê carro mesmo, todo mundo tem carro, é uma realidade diferente, né... você vai em outra cidade uma família tem um carro, dois no máximo, aqui é um carro por pessoa. Todo mundo tem celular com internet. É tipo normal assim. **Coisas que não seriam normais nas outras cidades, talvez por ter muito mais gente, por ser muito mais misturadas assim as classes você poder perceber mais assim aqui como todo mundo acaba tendo uma classe muito parecida, você começa achando tudo muito natural, assim, sabe.** (P: Você fala do Plano Piloto, né...) É... porque eu não tenho a vivência assim do *entorno*, sabe. (...) Eu converso com a minha irmã, por exemplo, ela tem uma noção da vida assim, ela acha que todo mundo tem faculdade, que é raro alguém não ser formado (...) Porque é a realidade que a gente vive, cara, a gente quase não conhece as pessoas assim, que passam necessidade mesmo... Ainda mais aqui que você vai estudar, estuda por aqui perto, todo mundo vai ter condição... Você sai e é o pessoal que mora por aqui. E geralmente quem mora na cidade mais do entorno – to falando mais humilde né, porque Taguatinga e Águas Claras num é humilde, o pessoal é classe média – **Mas mais pra lá, ninguém sai pra cá cara, você num tem contato, é muito raro você ter contato, e quando tem é num show, você não consegue ter contato fácil com essas pessoas.** (Novembro, grifos meus)

Pautamo-nos no jogo naturalizado do “mais pra lá” e “mais pra cá” no contexto da socialização plano pilotense, como nos mostra **Novembro**. Ao contrário de outras cidades, chama atenção como, para um amplo contingente de pessoas, a noção de convívio leva à compreensão um tanto “natural” de que não há diversidade de pessoas e usos na cidade, o que é em grande medida explicável pela percepção de “ausência de misturas” e dificuldades de contato com pessoas de classes diferentes nos usos modernistas de Brasília. Como efeitos de compreensão dessas condições de vida um tanto semelhantes figura percepção que destaca quadros um tanto homogêneos acerca das possibilidades da vida na cidade. Fica claro na fala de **Novembro** *que a organização da cidade não favorece a percepção da heterogeneidade*, bem como a

percepção naturalizada de alto grau de homogeneidade no compartilhamento de protocolos da cidade nos usos da trama modernista. É justamente no arranjo desta figuração sócio-humano que processualmente se dá naturalizada compreensão e vivência cujos efeitos recaem na produção e normatização do espaço urbano, entendido e praticado conforme categorias de entendimento naturalizadas, isto é, pensado enquanto *a priori social*.

Brasília, na trama plano pilotense implicada no serviço público figura como uma cidade na qual a vida se desenrola com facilidade, tranquilidade, por conta da organização, segurança, ser bem abastecida com produtos e serviços, tudo por perto, prima-se pela centralidade do lazer e consumo no cotidiano da cidade.

O relato de **Julho** descreve sua vivência na superquadra plano pilotense. **Julho** cresceu em superquadra na Asa Sul, formou-se em Física e inicialmente buscava carreira acadêmica, da qual abriu mão para cursar Direito, visando aprovação em concursos de alto escalão. Relata que de modo privilegiado usufrui da excelente infraestrutura no Plano Piloto, leva-se uma vida que se desenrola sem grandes dificuldades. Analisa uma *socialização das superquadras* (categoria nativa), com a qual descreve a proximidade de tudo que se precisa, bem como tranquilidade, segurança, proximidade de parques, facilidade de prática de esportes, inclusive do lago Paranoá, frequentar academias, restaurantes, bares e *shoppings*, onde há poucas opções de baladas. Em se tratando de cidade cara, porém na qual se leva uma forma de vida com centralidade ao lazer ressalta como condição de acesso à cidade, a necessidade do carro - em grande medida também é tomado como ícone da forma da vida urbana de Brasília - de boa remuneração e estabilidade no serviço público, ressaltando a tranquilidade e a liberdade que acompanham tais garantias. **Julho** destaca como uma vida social própria da superquadra descer para encontrar as pessoas nos blocos, sendo a *rua* um ambiente seguro.

Poderia se perguntar acerca de termos como proposta de vida ou mesmo pauta de vida brasiliense. A este respeito, é esclarecedor o apontamento de **Novembro**, quando perguntada sobre como seria viver bem em Brasília, ressaltando justamente a naturalidade como se dá o apontamento de uma pauta:

Viver bem em Brasília... Ah, cara, é ter o padrão que eu tenho hoje. (**P:** Como assim? Qual é o padrão de vida que você tem?) Ah, assim, poder continuar morando aqui no Plano (Piloto), poder ter o lazer que eu tenho, sabe, poder fazer as coisas que eu gosto de fazer, poder viajar, também, tipo, nada exagerado, entendeu,

mas conseguir manter isso. Poder ter um carro, uma casa legal, ter o direito de sair pros lugares que eu gosto tipo assim, um barzinho legal, um restaurante legal, tipo sem ter de se preocupar muito, sabe, tipo, assim ai gastei de mais hoje, tipo isso... Lógico, você tem que segurar um pouco o dinheiro, mas sem ter aquele negócio de passar necessidade.

A questão que buscamos consiste, fundamentalmente, em identificar que elementos compõem esse *natural, nada exagerado*, de viver bem. Se bem entendemos o arranjo que confere centralidade ao Plano Piloto no ordenamento metropolitano do DF, vemos no relato de **Novembro** a naturalização de ícones modernistas alinhados ao modo de viver a cidade. Se o concurso dá condição de acesso a determinadas maneiras de praticar Brasília, **Novembro** nos mostra serem pautadas pela busca de tranquilidade, eliminação da pressão econômica (afastamento da necessidade), em estilo de vida cuja ordenação de elementos como dinheiro, gosto, maneiras de praticar a cidade expõem a centralidade do lazer no cotidiano (bares, restaurantes, *shoppings*, cinema, teatro, academias, clubes, viagens, etc). Seria o caso de problematizar como se encenam os jogos de distinção visando romper com a homogeneidade urbanística no contexto da classe média plano pilotense. Assim, se este modo singular de praticar Brasília nos remete a um *ethos*, temos indícios que nos levam a considerar a centralidade do consumo e lazer no esforço de qualificar esta trama.

* * *

A pergunta “Porque você decidiu fazer concursos públicos?” foi abordada tanto pelo questionário quanto pelas entrevistas, visando acessar e qualificar as principais motivações atribuídas ao serviço público. Nos questionários percebemos, de um lado, 78,5% dos respondentes que apontaram a *Estabilidade* como principal atrativo para os concursos públicos, são seguidos de 73,4% que apontaram *Remuneração*,⁵⁴ o que supõe um conjunto de significados que remetem ao dinheiro, moradia, estilo de vida, produtos,

⁵⁴ A este respeito, o rol das frequências ficou em: Possibilidades de carreira (42,9%); Natureza das atividades desenvolvidas (32,8%); carências na iniciativa privada (29,4%); Carga de Trabalho (23,7%); flexibilidade de horário (19,8%); Qualidade do ambiente de Trabalho (18,1%); e dos 7,9% que apontaram outras motivações, apontaram estabilidade financeira ou realização pessoal, frequentemente vinculado a fazer o que se gosta despreocupadamente, tão logo garantida a estabilidade; ou então, pode tratar-se de vocação para carreiras na área pública.

práticas de lazer e consumo na cidade, muitos dos quais se expressam ao modo de uma pauta.

Quando comparada a outras regiões do país, Brasília tem apresentado um crescimento mais acelerado, chamando atenção o setor de comércio varejista. Podem-se apontar dúvidas quanto à capacidade desse patamar de consumo se sustentar, afinal, pode tratar-se de momento eufórico, no qual há grande circulação de dinheiro, mas não há produção, dependendo a maneira de consumir da política salarial do governo, bem como a capacidade de endividamento dos consumidores. A capacidade desse consumo se sustentar ou não para nós importa menos que o fato dessa esfera refletir manifestações patentes de usos da cidade, esclarecendo sobre o que se busca como maneiras de viver Brasília, tocando muito diretamente o esforço de qualificação de usos da cidade pela classe média ampliada. Em especial, poderia ser ressaltada a relevância de estabelecimentos que suprem as demandas para concursos públicos, ressaltando a procura por livros técnicos na área jurídica, bem como administração e regulação do setor público⁵⁵.

Mas porque seguimos a trilha do consumo e lazer como relevantes na cidade? De fato, percebemos alguns dados que colocam Brasília como cidade diferenciada do contexto brasileiro nesses aspectos. O padrão elevado de consumo, a maior produção de lixo⁵⁶ e o maior nível de renda *per capita* no país, atrelados à economia do setor público o emprego estável e a possibilidade de contrair gastos futuros. Notabiliza-se neste contexto a oferta de empréstimos consignados e financiamentos pré-aprovados.

Por consumo, Canclini (1995) define genericamente: “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 1995, p. 53). Assim como Canclini, supomos uma racionalidade por detrás do consumo, cujas características evidenciam, sobretudo, componentes macro-sociais.

Em se tratando de qualificar os usos, o consumo brasiliense, no atual estado de coisas se dá em grande medida por acesso a empréstimos consignações, financiamentos,

⁵⁵ “A cidade nos surpreende. Percebemos um público ávido por conhecimento e leitura. E os livros técnicos, voltados para concurso, administração e direito, se destacam.” Flávio Hertz, Diretor da Livraria Cultura, em entrevista para o *Correio Braziliense*. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/07/11/interna_cidadesdf,201844/index.shtml publicado em 11/07/2010, 9:09. Acessado em: 25/08/2012, às 16:00.

⁵⁶ Ver matéria “*Brasileiro produz tanto lixo quanto europeu*”, do jornal Estado de São Paulo. A matéria ressalta crescimento da produção de lixo, especialmente inorgânico, como embalagens, em patamares próximos a países europeus. Nas grandes capitais, Brasília é a campeã, com 1,698 kg de resíduos coletados por dia, seguida do Rio, com 1,617 kg/dia, e São Paulo, com 1,259 kg/dia. Matéria de 26 de maio de 2010, às 0h 00. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso>, Resgatada em 26 de maio de 2011, às 12:00h.

gastos correntes lançados na função de crédito. Percebemos como se dão as práticas de consumo brasileiros ao percebermos que ao passo que concentra a maior renda por habitante no país, os brasileiros são também os maiores devedores, tendo em vista que a unidade da federação ser a campeã em dívidas não quitadas.⁵⁷ Isso não significa um calote maior, já que a taxa de inadimplência na capital federal é menor que a maioria dos Estados.⁵⁸ Atribui-se, tal endividamento ao fato de boa parte dos brasileiros ser do setor público, e só serem demitidos em casos excepcionais, em função da estabilidade no emprego, o que se traduz em práticas de consumo com acesso a bens mais caros e facilidade na obtenção de empréstimos. Dessa facilidade resulta a dívida brasileira que já alcança quatro vezes a renda mensal.⁵⁹ O que nos interessa destacar é que, ao contrário ascense envolvida na concorrência pelos postos no setor público, o destino do dinheiro, após a aprovação, em grande parte dos casos não obedece finalidade ascética, o que inferimos pelas modalidades como se dão gastos via crédito e financiamento. Se bem tivermos compreendido uma componente fundamental da estabilidade e do aumento dos níveis de salário, percebemos um incremento e sofisticação no que diz respeito a manter hábitos de consumo com acesso às novidades, atualizada com relação a dinâmicas de inovação quanto à esfera de consumo, preocupação com formação de patrimônio (principalmente imóveis) sem abrir mão da *qualidade de vida* que remete ao cotidiano. Assim que interpretamos a valorização cotidiana de bens e serviços como: Academias, restaurantes, serviços de comunicação, serviços especializados em estética e bem estar corporal, moradia em excelente localização e abastecida de serviços, frota de carros novos continuamente atualizada, clube social, cinemas, filhos em escolas particulares, viagens nas férias dentro e fora do Brasil.

Como já apontamos e vale lembrar, no contexto da trama metropolitana de Brasília, há extratos de empresários e profissionais liberais endinheirados devido a uma diversificada economia de serviços, em grande medida para além do setor público. Vimos, também, que para a grande maioria da população da trama metropolitana, marcada pela complexificação e diferenciação, especialmente no setor de serviços e

⁵⁷Ver em

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/10/14/interna_cidadesdf,328001/divida-media-do-brasiliense-e-de-r-531-30-122-acima-da-media-nacional.shtml

⁵⁸ Ver Estadão, www.estadao.com.br/noticias/impreso,brasilienses-sao-os-maiores-devedores-,897784,0.htm acessado em 17/10/12, às 16 horas

⁵⁹ Vide *nr* 63. Podemos visualizar pistas no tocante à destinação da parcela do 13º salário (PDAD 2012), no qual 63,0% dos empregados que o recebem pagam suas dívidas, 17,6% o utilizam para lazer, 7,4% optam por comprar eletrodomésticos, fazer melhorias na residência e poupar, sendo que 35,7% não recebem este benefício.

comércio, prevalecem usos centrados na ocupação do comércio e em muito pouco se aproximam dos usos da região plano pilotense.

* * *

Percebemos o destaque cognitivo de Brasília se dar através de um corolário preciso de modos de percepção fundados em estima e valorações compreensíveis através de uma lógica de emulação e distinção em torno de parâmetros objetivos sobre o “bem viver” na cidade.

Recorremos à noção de consumo conspícuo, em Veblen (1965), para analisar a disponibilidade em não trabalhar na área de formação, o que pode ser permutado por um concurso que pague bem. A noção central de consumo conspícuo, em Veblen, diz respeito à posse da riqueza e a acumulação terem assumido a função de estima e reputação, análise realizada durante o período do florescimento da sociedade de massas americana, no início do século XX. Nesse sentido, o economista reconhece contexto no qual “a propriedade torna-se a base convencional da estima social (idem. p.42)”. A ideia de consumo conspícuo traz em si a vinculação entre poder econômico para dispor de determinados bens (Dinheiro), o cultivo do senso estético necessário para escolhê-los em quantidade e qualidade determinadas (Gosto), saber o que e como consumir, em quantidade e qualidade adequada, além de boas maneiras ou formas socialmente valoradas de usar de tais bens (Estilo de vida). Da triangulação entre dinheiro, gosto e estilo de vida, na lógica do consumo conspícuo, são produzidas diferenciações significativas interclasses, marcando posições e mais importante, a dinâmica da distribuição do prestígio na lógica simultaneamente econômica e, sobretudo, simbólica no jogo da distinção social.

Note-se que o decoro, a etiqueta, a cortesia, estão envolvidos na lógica da distribuição de status, cujo suposto consiste no ócio, entendido como tempo gasto em atividade não produtiva, mas que apesar disso produz valor simbólico. Assim, estima, consideração, reconhecimento e prestígio, na lógica do consumo conspícuo, remontam à alquimia entre poder econômico e capital simbólico no jogo pela distribuição de status na sociedade. Evidencia-se contexto no qual se faz notável deslocamento cuja tônica recai na predominância das maneiras de fazer sobre a função, retomando a problemática dos usos, em Certeau, ou estilização da vida, em Bourdieu.

Para Veblen, a gênese da classe ociosa remonta ao aparecimento da propriedade, uma vez que ambas resultam das mesmas forças econômicas, gerados dos mesmos fatos da estrutura social. Contudo, Veblen aponta um deslocamento cuja tônica recai obre a posse da riqueza, bem como a acumulação assumiram, no início do século XX, a função de conferir lastro à estima e reputação, sem com isso deixar de reconhecer que não existam outros sinais de proeza capazes de conferir prestígio. Em uma fenomenologia da emulação pecuniária, Veblen chama a atenção para o fato de o indivíduo não buscar apenas a riqueza, mas a consideração de outros indivíduos, o que faz com que não seja apenas a riqueza ou o poder, mas prova patente junto a todos, de que merece sua consideração. Assim, a luta pela satisfação junto a outros se torna imprescindível para que se alcance a satisfação própria (estima), do que depreendemos não ser aleatória a calibragem dos elementos em função dos quais são eficientemente reivindicados atributos de prestígio, mas precisamente aqueles compartilhados enquanto naturalmente necessários e naturalmente indispensáveis ao bem viver em determinado arranjo societário.

Bourdieu (2008) ajuda a pensar uma economia do prestígio social retomando o debate weberiano (2009) em torno da alquimia entre grupos de status, dinheiro, consumo e classe. Dessa forma, aponta na direção da importância crescente do consumo como esfera eficiente na busca por reconhecimento e prestígio social, refletindo um aumento da importância do poder econômico como forma geral de busca por prestígio, mas que, porém, não é condição única e satisfatória. Isso porque faltariam ao mero poder econômico os termos de nomeação necessários (capital simbólico) para legitimar as maneiras de fazer, o que se dá em detrimento da função ou substância.

Bourdieu chama a atenção para a alquimia entre grupos de status, classe e consumo na lógica social do prestígio. No mesmo sentido, Weber (2009), em célebre análise sobre a distribuição do poder dentro da comunidade, desconstrói a relação entre poder econômico e distribuição de prestígio como termos necessariamente vinculados. Ao analisar o Ocidente, a classe figura como domínio da ordem econômica (situação de classe) como forma de obtenção de prestígio não excludente. Para tanto, parte de consideração acerca da lógica dos “Estamentos”, grupos responsáveis por toda produção de prestígio (várias vezes monopolizando igualmente poder econômico). Os grupos de status, dessa maneira, correspondem a relação associativa do tipo estamental, de modo que são responsáveis por toda “estilização da vida”, enquanto predomínio das formas

sobre a função. Nesta relação, o prestígio resulta de determinadas maneiras de fazer, entendidas enquanto verdadeiros princípios da relação com os bens de consumo.

Esta discussão será retomada por Bourdieu em seu modelo analítico sobre a lógica da Distinção, na qual promove uma espécie de economia simbólica da distribuição do prestígio associada ao poder econômico e transmutada nas maneiras de relação com os bens de consumo, objetivada através de parâmetros de naturalidade nas relações interclasses, que interagem entre si pela ótica do consumo na aquisição e, sobretudo, maneiras socialmente diferenciadas de se relacionar com os bens (Arte da vida). Ao chamarem a atenção para o deslocamento patente no sentido do consumo enquanto esfera autônoma e eficiente de diferenciação social, no tocante à competição por prestígio na sociedade de classes, evidenciam-se lógicas de estratificação entre renda, o que na prática, evidencia a busca bem sucedida por prestígio social tendo em certos produtos e serviços - no caso brasileiro, determinados cargos públicos, apartamentos, carros, - atividades culturais e serviços (viagens, restaurantes, clubes) enquanto códigos eficientes de diferenciação social pelos quais se reivindica atributos de prestígio junto a determinadas maneiras naturalizadas, que atuam como parâmetros de conduta fundados na disposição estética naturalizada.

Se percebemos um corolário de modos de praticar Brasília, pela posição da trama modernista, isso se dá pelo apontamento compartilhado sobre o *Viver bem* lançar mão de categorias cujos significados são um tanto compartilhados entre forasteiros e plano paulistas. A este respeito, **Novembro** ressalta na preocupação em manter o padrão de vida, direcionando esforços na expectativa de passar em concurso do Banco Central, sob a tônica de que é preciso garantir a *qualidade de vida*. Esta, em se tratando de categoria nativa, remonta a ter horário de trabalho fixo, se planejar, ter tranquilidade, segurança, viajar, morar sozinha poder planejar o futuro, manter afastada a “necessidade”, levar uma vida com centralidade ao lazer e consumo.

* * *

Até agora, basicamente, conseguimos contornar os traços pelos quais se constrói a hegemonia modernista no tocante à produção e usos do espaço urbano brasileiro. Ainda que de modo não exaustivo, elencamos condições pelas quais existe um arranjo sócio-funcional *sui generis* na base desta hegemonia, o qual revela elementos

aglutinadores pelos quais se dá a tensão na elaboração discursiva um tanto homogênea do espaço urbano, a qual evidencia, de um lado, critérios naturalizados de orientação e classificação, de outro, um panorama preciso de maneiras de praticar a cidade. Basicamente, buscamos através de relatos mapear e elucidar como se costuram elementos comuns pelos quais se dá o destaque da trama modernista na centralidade do ordenamento brasiliense, supondo a incontornável condição histórica pela qual o modernismo cumpriu papel de modernização e processualmente engendrou materialidades encenando projetos racionalmente buscados de país e sociedade. Na cartografia dos usos, notamos como se constitui singularmente uma cidade cuja organização remonta a elementos comuns, prevalecendo componente um tanto hegemônica no contexto metropolitano. A liderança simbólica do Plano Piloto no centro do ordenamento espacial brasiliense revela reunião de elementos aglutinadores que destacam o Plano Piloto como *marco cognitivo* e, ao modo de pauta de vida, marcada pelo fornecimento de parâmetros de normalidade e compartilhamento de prioridades por todo um grupo interdependente de pessoas, no qual o Plano Piloto fornece critérios de orientação e localização do espaço em função dos quais se dá a apreensão, reconhecimento e criação do mundo social. No apontamento destes critérios e a partir deles se dá a tensão entre marco cognitivo unicista modernista e a diversidade de ordens que compõem a o contexto dos usos do espaço urbano do Distrito Federal: *A Brasília e As Brasília's*.

Considerações finais

À luz do problema narrativas-usos lançamos alternativa analítica visando dar conta de parâmetros naturalizados na base da apreensão de hegemonia do espaço urbano brasileiro. Nesse esforço, conseguimos elencar algumas das componentes fundamentais ao ordenamento sócio-urbanístico-normativo-modernista que se evidenciou na metrópole.

Contudo, a pesquisa, de fato, não chegou onde se propôs lançar. Se, por um lado, pelo modelo narrativas-usos, lança os alicerces para identificar como se dão as práticas de elaboração narrativa da trama modernista, de outro, resta completar o caminho, explorando as práticas de usos da cidade que se desenrolam em função e para além da hegemonia modernista e toda uma miríade de práticas, descortinando manipulações, apontando a heterogeneidade e maneiras de praticar, as bricolagens, a partir e a despeito dessas categorias de orientação e localização inscritas na centralidade do ordenamento espacial de Brasília. Se o objetivo da pesquisa consistiu em buscar os parâmetros naturalizados na base da hegemonia modernista constatada no espaço urbano de Brasília, cumprimos apenas parcialmente este objetivo, no sentido de mapear em usos plano piloto como se dá a elaboração narrativa da prática, acessando efeitos de compreensão que reproduzem uma percepção um tanto homogênea de Brasília, apesar do patente processo de crescimento e espalhamento da malha metropolitana.

Não sem muitas arestas e tateando em terrenos movediços, a pesquisa atinge seus objetivos à medida que consegue identificar e qualificar uma série de elementos naturalizados que compõem os parâmetros de normalidade que cotidianamente configuram usos comuns de Brasília, contemplando inclusive as contradições pelas quais se fazem notar tais traços estruturais em dinâmicas expressas por categorias naturalizadas na conformação do espaço urbano: *familiarxestranho*; *ordemxdesordem*; *organizaçãoxcaos*; *silêncioxbarulho*; *limpoxsujo*; *segurançaxrisco*; *pertoxlonge*; *proximidadesxdistâncias*; *legalxirregular*, *isolamentoxmistura*; *presençaxausência* (*poder público*).

Como a opção pelo referencial empírico dos concursos, percebemos o destaque de um panorama de maneiras de praticar Brasília, marcado pelo afã por garantias, bem como, o imperativo amplamente compartilhado segundo o qual passar em concurso

público confere atributos de distinção em se tratando de emulação quanto à condição de acesso a Brasília. Nesse sentido, são ressaltados como critérios naturalizados: *planejar-se, ganhar bem, ter tranquilidade, qualidade de vida, independência financeira, respeitabilidade, facilidades para organizar a vida, poder realizar atividades voltadas à realização pessoal, morar em boa localização, ter alto padrão de consumo, levar uma vida com centralidade ao lazer, para alguns, realizar projetos pessoais, dentre outras questões*. Evidenciamos, dessa forma, a componente extra-discursiva pela qual se dá, na verdade, esta compreensão prática em torno dos concursos, um tanto naturalizada, pela qual primeiramente se faz necessário assegurar as garantias, segurança e estabilidade, depois, pode-se fazer o que gosta, tranquilamente. No tocante aos marcadores naturalizados de classificação e organização da vida social na cidade, destacam-se atributos do Plano Piloto e no modo de vida de uma classe média ampliada implicada na trama no setor público, cujo modo de vida, como vimos, tende a evidenciar centralidade do lazer e consumo como prática de uso da cidade.

Notamos a indissociabilidade da dupla *remuneração-estabilidade* na base do deslocamento quanto ao *status* adquirido pelo “torna-se servidor público”. Sem dúvidas, o concurso público não é novidade alguma na cidade, mas a recomposição salarial destacou a centralidade da *estabilidade*, de um lado, evidentemente, porque confere garantias ao trabalhador em um mundo no qual o trabalho é marcado por instabilidades e insegurança, por outro, sugerindo contexto de vida no qual se torna imperativo priorizar garantias e segurança, bem como evitar riscos e instabilidades. Tomando estes referenciais como coordenadas das relações sociais condensadas em certezas práticas, assistimos à desqualificação de uma série de modalidades de ocupação que apresentem risco, em diferentes níveis, ou que remetam a riscos e instabilidades. Neste aspecto, evidenciamos um outro lado do que apontamos no início destas considerações finais, notabilizado a partir do destaque da trama dos concursos práticas de uso da cidade tomando como referências que remetam ao evitamento de riscos.

Em se tratando do problema narrativas-usos como maneira de analisar o espaço urbano aqui esboçado se fez incontornável contemplar a condição de irrupção histórica da capital da república. Pela noção de narrativas cotidianas, abarcamos o modo como se dá a elaboração discursiva da cidade, especificamente, naquilo que há de comum, corrente e cotidiano, em suma, “normal” se dá no contexto de apreensão do espaço urbano enquanto “*a priori* social”.

Assim, a noção de *narrativa modernista* permite compreender processualmente como se deu a construção de uma pauta normativa da percepção urbana brasiliense. No sentido aqui esboçado, a noção de narrativas expressa maneiras pelas quais são eleitas tramas simbólico-normativas de praticar a cidade, o que se dá pelo afinamento de outras narrativas que não reverberam na percepção prática da capital. Buscaram-se maneiras de compreender e correspondentes práticas urbanas, enquanto elementos elucidativos sobre os quais são construídos significados que qualificam o cotidiano de modo indissociavelmente destacar um panorama de maneiras “possíveis” de praticar a cidade, isto é, fornecendo significados constitutivos do espaço urbano brasiliense no que se refere ao destaque de um cotidiano marcado por rotinas, valores e certezas que embora localizadas, prevalecem com destaque dentro do aglomerado metropolitano. A narrativa hegemônica, no tocante aos usos da cidade, se expressa através de uma espécie de *proposta de vida brasiliense*, definida em termos e elementos um tanto precisos, transmutados na centralidade do Plano Piloto e pautas como práticas de usos da cidade de uma classe média implicada na trama do serviço público. Como solução metodológica dessa empreitada, tomamos como referencial empírico relatos cotidianos de jovens adultos moradores do Plano Piloto implicados na trama dos concursos públicos.

Tal iniciativa confirmou-se produtiva uma vez foram identificadas uma série de impressões compartilhadas entre diferentes pessoas que chegam à cidade na condição de servidores públicos, em especial, as que moram no Plano Piloto. Assim, se chamamos um determinado conjunto de modos de vida de *uso normal* significa que identificamos, no repertório de usos da cidade, expressando parâmetros objetivos e seguindo hierarquias identificáveis quanto às prioridades deste ordenamento. Isso adquire sentido compartilhado, ao modo de uma pauta de vida: *o passar no concurso público, morar bem, ter um bom trabalho, ter qualidade de vida, poder comprar o que quiser, sem passar necessidade*. Se bem entendi os materiais reunidos durante a pesquisa, uma série de conteúdos adquirem alguns sentidos bastante precisos à luz de concepções compartilhadas de *como é viver Brasília à luz da socialização no contexto de usos marcadamente centrados ao Plano Piloto, trama da qual decorre a compreensão um tanto homogênea acerca da condição metropolitana do Distrito Federal*.

Nossas observações tomaram como partida uma série de questões que se colocaram como heurísticas, de modo que perguntamos: Faz-se incontornável considerar os concursos para análise da atual configuração de Brasília, tendo em vista

compor o que é comum, cotidiano, óbvio e ontológico? Há uma proposta de vida - conjunto de valores e certezas com traços normativos - em torno do significado social do *funcionário público*? Quais narrativas ficam de fora da elaboração discursiva hegemônica da cidade? Considerando a ordem sócio-urbanística fundada na cultura de Estado, ainda os traços que remontam maneiras cotidianas de compreensão e práticas de usos da cidade, que elementos compõem e que outros ficam de fora da elaboração narrativa hegemônica brasiliense?

Um dos principais resultados que essa compreensão produz consiste na *percepção um tanto homogênea* da cidade e o descompasso com toda a complexidade que configura uma metrópole. Nessa compreensão, a *mistura*, típica das demais RAs não plano-pilotenses, se dá em função da inexistência dos parâmetros naturalizados de *planejamento* e *setorização* da componente modernista, o que, na verdade, as aproximam do formato geral das cidades brasileiras.

Como vimos no que se refere ao mecanismo narrativo, ao mesmo tempo que alguns elementos são centralizados em uma narrativa hegemônica, outros ficam de fora da unicidade simbólico-narrativa modernista, cujo *modus operandi* recai em uma seleção e redescrição dotada de coerência e unicidade. Ora, quanto às narrativas afinadas e que ficam de fora do escopo hegemônico do ordenamento sócio-urbano brasiliense, percebemos como resultado deste fenômeno, a ainda tímida compreensão da malha urbana brasiliense enquanto metrópole, bem como os vetores de expansão, complexificação e diversificação de mercados para além do Estado, notavelmente serviços voltados ao agronegócio e logística de escoamento de produção para a região centro-oeste e norte, embora pouco se fale do assunto. Notabilizam-se segmentos que não se enquadram na proposta de vida em torno do serviço público, apontando para quadros criativos que timidamente são lembrados como parte da cidade. Quanto a estes últimos, constantemente essas pessoas sentem-se pressionadas a deixar Brasília em busca de outras cidades que ofereçam oportunidades para a esfera criativa.

Seria o caso perguntar o porquê do processo de espalhamento e crescimento da malha urbana não produzir rupturas que abram caminho a compreensão fragmentada e multi-facetada que caracterizam a metrópole na literatura urbana. Em outras palavras será necessário em outro momento, discutir Brasília à luz do conceito naturalizado de metrópole (matriz industrial, caleidoscópio social, etc.) explorando o porquê das rupturas sociais não reverberarem compreensivamente, ou quais são os pilares da compreensão comum e usos da cidade:

dados o caráter fragmentado e multifacetado da cultura urbana contemporânea, creio não ser igualmente possível pensar sociologicamente a cidade contemporânea sem aludir às rupturas que certas práticas sociais imprimem à vida cotidiana, tornando instáveis e rompendo certas regularidades sociais, reais ou esperadas. A discussão conceitual que dá sustentação lógica a essa ideia é reconhecidamente um terreno movediço. O desafio não é simples. (LEITE, 2010, p. 740)

Ora, a questão que norteia a pesquisa diz respeito justamente à possibilidade sócio-funcional pela qual uma metrópole é percebida como provinciana, previsível, controlada, por determinados segmentos da população. Tomando como inspiração o trecho supracitado, perguntar os porquês da não ruptura no destaque modernista que se verifica na metrópole. Certamente, isso nos conduz aos elementos aglutinadores pelos quais se possibilita tal hegemonia, indubitavelmente o caráter de irrupção histórica modernista, no qual o Plano Piloto, demograficamente minoritário, atua como espécie de reservatório de saberes.

À luz do conceito durkheimiano de densidade moral e considerando a produção do espaço urbano ocorrer em função de alinhamento patente de elementos aglutinadores na prática urbana brasileira, podemos perguntar como se evidenciam mecanismos de diferenciação sócio-identitárias no contexto da metrópole? Evidencia-se dessa forma compreensão para a qual resto da cidade aparece como *apêndice* ou mesmo *problema* face à centralidade da cidade-estado. Em outro desdobramento, diz respeito à figuração de uma cidade voltada para fora, um espaço quase abstrato.

A este respeito, retomamos análise de Nunes (2004), para o qual o funcionalismo público – especialmente o federal-, pelas próprias funções que desempenha, está permanentemente pensando o país e suas relações e está habituado a operacionalizar ações em nível do Estado que repercutirão no conjunto da sociedade. Isso termina por colocar uma distância entre a percepção do local e do nacional. A cidade é vivida em função daquilo que faz para seu exterior:

É nesse sentido que o urbanismo funcional é praticamente o único que pode adequar-se: ele contribui para transformar o viver na cidade - Plano Piloto – um “não-problema”, praticamente liberando as pessoas para as tarefas profissionais do Estado. Ao retornar a Simmel poderíamos questionar se a “forma urbana” que Brasília contém não termina por ser específica da cidade e só a ela? Sim, porque a cultura que circula no espaço do Plano Piloto não encontra paralelo em outras

idades do país, pelo menos com o grau de homogeneidade que aparece aqui e com o poder hegemônico que detém. Sua presença é tão marcante que termina por se confundir com a própria natureza do Estado empregador. (NUNES, 2004, p.126)

“Cidade distante”, “fria”, “solitária”, “ilha da fantasia”, são imagens que denotam um descolamento do espaço social da cidade com a sociedade brasileira, ou seja, a própria abstração real que caracteriza a relação Estado-sociedade: apesar de ter na sociedade a sua origem, o Estado aparece como algo acima e além dela; em outras palavras a cidade foi construída para atender a sociedade brasileira e na concretização desta tarefa aparece como algo descolado dela, acima de suas contradições e conflitos. (ibidem, p.126) Vislumbramos uma componente espacial abstrata e um tanto quanto voltada para fora, o que reverbera na compreensão conceitual e difusa como se constitui o Plano Piloto:

Brasília, descobriu-se, tinha carne e osso – e se tinha ambos é porque também tinha alma, embora quase sempre fosse melancólica. "A superquadra nada mais é / do que a solidão dividida em blocos", lugar em que "burocratas de verdade só fazem amor / em almofadas de carimbo", escreveu o poeta Behr. Outras vezes, além de triste, foi raivosa. Havia uma saída, e ela não era o aeroporto, como manda um chavão ainda hoje insistentemente repetido. "Meu Deus, mas que cidade linda!", gritavam e gritam os brasilienses em coro e com orgulho no verso de *Faroeste Caboclo*, a enorme e irônica canção narrativa da Legião, prestes a se transformar em filme. "E num ônibus entrou no Planalto Central / Ele ficou bestificado com a cidade / Saindo da rodoviária viu as luzes de Natal / – Meu Deus, mas que cidade linda." **"Ainda não há um *modus operandi* para lidar com Brasília, mas ela sempre mostrou disposição de olhar para fora"**, diz o cineasta José Eduardo Belmonte, diretor de *Se Nada Mais Der Certo*, vencedor do Festival do Rio em 2008. "Esse diálogo existencial com o mundo é uma característica bem brasiliense." Paulista de nascimento, Belmonte passou a adolescência na capital federal. **"Meu último filme foi feito em São Paulo, mas é tão brasiliense quanto os outros. Capta um espaço abstrato, irreal, em que a cidade aparece de modo difuso, quase apenas um conceito."** Revista Veja, Especial Brasília, p. 2,3
Acessado em 14/07/2012

* * *

Cabe ao menos de forma exploratória apontar alguns efeitos decorrentes de uma unicidade narrativa modernista verificada no espaço urbano brasiliense, tomado enquanto “*a priori* social”. Como tentamos deixar claro, apenas uma minoria dos habitantes de Brasília encontra-se empregada no serviço público, nem todos os habitantes de Brasília querem compor os quadros burocráticos do serviço público, aliás,

muitos se contrapõem ao que se apresenta como espécie de proposta de vida, muito proximamente como nos mostrou **Dezembro**.

Para além da trama modernista que acessamos através de relatos cotidianos sobre concursos públicos, há uma série de posições de correspondem a setores não representados na cidade, como o enorme comércio que movimenta Taguatinga e Ceilândia, o setor de serviços, as reclamações do setor empresarial pelo desinteresse das cabeças jovens pelo setor em expansão, afirmando só terem olhos para a administração pública, e principalmente, posição muito elucidativa, os quadros criativos, setores das artes, letras e produção cultural.

Se é possível mencionar critérios objetivos de orientação e classificação na vida social brasiliense, uma narrativa hegemônica, e um *ethos* brasiliense, isso não implica na exclusividade de apenas uma maneira de viver a cidade, mas que se trata de uma metrópole atravessada por determinado conjunto de critérios de compreensão que se destacam como verdadeiros e naturais, enquanto percepção de quadro de possibilidades de usos da cidade. A narrativa comum da cidade é apenas parte de uma constelação de maneiras de narrar e praticar a cidade.

Notamos valorização da segurança, estabilidade e planejamento como modos de vida, evitamento dos riscos de modo a apresentar traços normativos no tocante aos usos da cidade. De fato, através de relatos cotidianos é possível esbarrar em diversas fórmulas: “Primeiro garantir a estabilidade, depois poderá fazer o que realmente gosta com tranquilidade”, na contrapartida do relato naturalizado. Por outro lado, mobilizando afetivamente o medo e o estigma aos não concursados e o custo criativo.

Nota-se dentre efeitos de compreensão um apontamento comum acerca do *custo criativo*, segundo o qual existe uma compreensão naturalizada que Brasília não oferece condições para quadros criativos, e acaba por expulsá-los para outras cidades. “Cidade fria”, “sem poesia”, “onde as pessoas não tem tempo para outra coisa a não ser estudar, trabalhar e o entretenimento atua como válvula de escape” em festas marcadas por sistematicidade até para o descontrole, em se tratando de um descontrole controlado. São alguns atributos que a cidade recebe, muito embora, seja verdade, em diversos segmentos evidencia-se sofisticação criativa na cidade: na área gastronômica, cafés, cervejarias artesanais, casas de música, bandas, grupos e cias de teatro, dança de salão, no cotidiano notam-se estrangeiros chegando ao país, curadorias, agências publicitárias, jornalismo especializado em assessoria cultural, etc. A cidade seria hostil aos quadros

criativos não administrativos-burocráticos? Como se daria tal proposição à luz do eixo analítico apresentado?

Nesse sentido, através de análise centrada na “linguagem da prática” e recorrendo a relatos cotidianos, o estudo aponta como aparecem critérios de orientação e localização do espaço urbano brasiliense, supondo atualização discursiva desta unicidade no contexto de florescimento dos concursos públicos.

Fechamos o trabalho com a fala de **Dezembro**, por acreditarmos traduzir a natureza incessante do esforço sociológico, na busca de expandir a compreensão dos contextos sociais, considerando a complexidade e dinâmicas interdependentes dos arranjos humanos. Em se tratando de Brasília, “há dez anos não era assim, quem disse que daqui a dez anos será?”

Referências Bibliográficas

ALBRECHT, Pricila Anny Tomachski. *Sentidos do trabalho para concurseiros: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, ORIENTADORA: PROFA. DRA. EDITE KRAWULSKI, 2010.

BARBOSA, Márcio Ferreira. *Experiência e Narrativa*. Salvador, EDUFBA, 2003.

BARRETO, Frederico Flósculo. *Cenários futuros da metrópole*. In: Brasília 50 anos: da capital a metrópole/organizadores. Paviani, Aldo [et al.] – Brasília: Editora UnB 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Condição de Classe e Posição de Classe*. In: A Economia das trocas Simbólicas. Editora Perspectiva S.A., pp: 3 à 25, 1974.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São. Paulo: Edusp. 2008.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*; 17 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

CIDADE, Lucia Cony. *Ideologia, produção do espaço e apropriação da sacionatureza no Lago Paranoá*. In: Brasília 50 anos: da capital a metrópole/organizadores. Paviani, Aldo [et al.] – Brasília: Editora UnB, 2010.

CIDADE, Lúcia Cony Faria & **SOUZA**, Sérgio de Oliveira. *Geopolítica, modernismo e imagem de cidade: potencialidades e limites do patrimônio turístico no Distrito Federal*. Rio Claro: Geografia, 27(3): 71-86, dezembro de 2002. Revista da AGETEO – Associação de Geografia Teórica.

CODEPLAN. *Síntese das informações sócio-econômicas*. 2010.

CODEPLAN. *Pesquisa distrital por amostra de domicílios – distrito federal – PDAD/DF 2011.* Brasília (DF) – Outubro de 2012.

COELHO, Christiane Machado. *Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto.* In: *Cronos*, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 65-75, jan./jun. 2008

COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto.* Brasília, 1957.

COUTINHO, A. L. C. *Servidor público: reforma administrativa, estabilidade, emprego público, direito adquirido.* Curitiba: Juruá. 2003.

COUTO, Bruno Gontyjo do. *A relação entre razão e história na modernidade: uma leitura dos processos de racionalização a partir de Simmel, Weber e Elias.* Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de bacharel em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Silva de Farias, 2011.

_____. *Ideologia e utopia de Brasília: a articulação entre modernismo estético e Estado brasileiro entre 1920 e 1960.* Trabalho inédito, 2012.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARIAS, Edson Silva de. *Ócio e negócio: festas populares e entretenimento: turismo no Brasil.* Curitiba: Appris, 2011.

_____. *O Ícone de uma Tensão Estrutural: O Plano Piloto no contexto metropolitano do brasiliense.* Trabalho inédito, 2011.

FARIAS, Edson & GUSMÃO, Milene Silveira (Org). *O mesmo e o diverso: olhares sobre cultura, memória e desenvolvimento.* Vitória da Conquista: Edções UESB, 2010.

FARIAS, Edson. *Seminário I – Uma nova capital para o Brasil moderno: o lugar de Brasília no projeto nacional brasileiro.* Trabalho inédito, Abr. 2010 (a).

FARIAS, Edson. *Seminário II – O modernismo e as racionalizações societárias e cultural na formação nacional brasileira.* Trabalho inédito, Mai. 2010 (b).

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. *Brasília: mitos e contradições na história de Brasília*. In: Brasília 50 anos: da capital a metrópole/organizadores. Paviani, Aldo [et al.] – Brasília: Editora UnB, 2010.

HOLANDA, Frederico de. *Brasília: da Carta de Atenas à Cidade de Muros*. São Carlos, 2003. Resgatado no site *DOCOMOMO*: <http://www.docomomo.org.br>, no dia 12 de agosto de 2009, às 15:00 horas.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

IPEA. *Ocupação no Setor Público Brasileiro: tendências recentes e questões em aberto*. Publicação Nº 110, 08 de setembro de 2011.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses. *Crescimento urbano na metrópole de Brasília: potencial e limitações*. In: Brasília 50 anos: da capital a metrópole/organizadores. Paviani, Aldo [et al.] – Brasília: Editora UnB 2010.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura* (3ª ed.) São Paulo, Ícone, 2011.

KOTHE, Flavio R. *O modernismo e Brasília*. In: Ensaio de Semiótica da cultura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 181 a 239, 2011.

LAHIRE, Bernard. *O Homem Plural: Os determinantes da ação*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-Usos da Cidade*. Campinas, Ed. Unicamp/ São Cristóvão, Ed.UFS, 2007.

_____. *A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea*. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, pp. 737 a 756, 2010.

MARCONI, N. *Evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990*. *ENAP Revista do Serviço Público*, 54(1): 9-45, 2003.

MENEZES, Pedro Martins De. *Processo e Ontologia: a cristalização de trajetórias nas narrativas do urbanismo modernista*. Trabalho de conclusão de curso apresentado

ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de bacharel em Sociologia, sob a orientação do Prof. Edson Silva de Farias, 2012.

NOGUEIRA, R. P. *Novas tendências internacionais da força de trabalho do Setor público: o Brasil comparado com outros países.* Universidade de Brasília, 2005.

NUNES, Brasilmar & COSTA, Arthur. *Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social.* Cadernos MetrÓpole 17 pp. 35-57. 10 sem. 2007.

NUNES, Brasilmar (org.). *JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: cidade, espaços e equipamentos públicos de uso coletivo.* Edital nº 07/2007, Seleção pública de projetos de pesquisa – demanda induzida. Universidade de Brasília – UnB. Departamento de Sociologia. Programa de Pós-Graduação. Área temática: políticas públicas em ciências sociais e humanas. Classificação da área do conhecimento: 0613- Sociologia. 2007 a.

_____. *Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal.* In: Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. v.22, n. 3 setembro/dezembro 2007 b.

_____. *Brasília: a fantasia corporificada.* Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. *O sentido urbano de ocupações espontâneas do território: uma periferia de Brasília.* In: Brasilmar Ferreira Nunes. (Org.). *Sociologia de Capitais Brasileiras: participação e planejamento urbano.* 1 ed. Brasília: Liber Livro Editora Ltda, v. 1, p. 35-64, 2006.

ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia.* Coleção Grandes cientistas sociais 39. São Paulo: Ática, 1983.

PAVIANI, Aldo. *A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial.* In: Brasília 50 anos: da capital a metrópole/organizadores. Paviani, Aldo [et al.] – Brasília: Editora UnB 2010.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa.* Campinas, SP: Papirus, 1995. Tomo 2.

SCHVASBERG, Benny. *Do Plano Piloto a Brasília Metropolitana: considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano, In: Paviani, Aldo (et al.) Brasília 50 anos: da capital a metrópole.* Brasília: Editora UnB, 2010.

SALCEDO, Rodrigo. *Reflexiones em torno a los guetos urbanos: Michel De Certeau y La relación disciplina/anti-disciplina*. *Bifurcaciones*, Julio, numero 007. Santiago, Chile, 2008.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O patrimônio modernista e a diversidade cultural*. In: Brasília: A construção do cotidiano. NUNES, Brasilmar (org.). Brasília: Paralelo 15, pp. 271-286, 1997.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In Velho, Otávio (org.) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Edit, 1979.

_____. O Estrangeiro. RBSE, vol. 4, nº112. Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.cchla.br/grem/simmel.0%20estrangeiro.trad.koury.rbsedez05.pdf> Resgatado em 29 de novembro de 2011, às 14:20h.

TAVOLARO, Sergio B. F. *Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro*. Revista brasileira de Ciências Sociais, volume 20 (59): 5-22, 2005.

WEBLEN, Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. Livraria Pioneira. Editora, São Paulo, 1965.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009 (reimpressão).

WIRTH, Loius: O urbanismo como modo de vida In Velho, Otávio (org.) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Edit, 1979.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Participante questionário número:

Data:

Nome fictício:

BLOCO I - ESTUDO PARA CONCURSO PÚBLICO

- Para você, o que significa trabalhar no setor público?
- Em sua opinião, o que significa ter estabilidade?

BLOCO II - BRASÍLIA

- Para você como é viver em Brasília? Como você percebe a cidade?
- Em sua vivência, como você percebe o Plano Piloto?
- Em sua opinião, há diferenças em morar em Brasília sendo servidor público. Quais seriam as principais diferenças?
- Para você, o que significa “*viver bem*” em Brasília?

Outras perguntas:

- Para você Brasília é diferente de outras cidades? (Atenção! Observar de qual cidade está falando.) Quais as principais diferenças?

BLOCO III - TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

- Como se deu a escolha pelo curso de (chegar no questionário o curso de graduação)?
- Quais eram as expectativas na época da graduação sobre este curso?
- Se pudesse teria optado por outro curso universitário? Por quê?

BLOCO IV - CONCURSOS E PLANEJAMENTO DE CARREIRA

- Como você escolhe os concursos e os cargos para os quais está se preparando? Leva em conta a sua graduação para fazer esta escolha?
- Profissionalmente, como você se vê daqui 5 anos?

BLOCO V - FINALIZAÇÃO

- Você tem algo mais a dizer, ou alguma pergunta a respeito do que conversamos nesta entrevista?
- Agradecimento pela participação.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

QUESTIONÁRIO

I - Dados de caracterização

Idade: _____ Sexo: _____ Naturalidade: _____ Estado civil: _____

Curso superior: _____ Ano de conclusão: _____

Local de Moradia: _____

Há quanto tempo mora em Brasília (anos): Até 2 () Entre 3 e 5 () Entre 6 e 10 ()

Mais que 10 ()

Tem um segundo curso superior? Sim () Não () _____

Exerce atividade remunerada? Sim () Não ()

Possui vínculo empregatício? () Sim () Não

Caso sim, de que natureza? () CLT () Estatutário () Temporário () Outro : _____

Qual é a sua faixa de renda **FAMILIAR** durante sua preparação para concursos? (1) Até R\$ 1.000,00. (2) De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00. (3) De R\$ 2.000,01 a R\$ 4.000,00. (4) De R\$ 4.000,01 a R\$ 6.000,00. (5) De R\$ 6.000,01 a R\$ 8.000,00. (6) De R\$ 8.000,01 a R\$ 10.000,00. (7) Acima de R\$ 10.000,00.

A atividade remunerada relaciona-se com a sua formação superior? () Sim () Não

II - Preparação para concursos

Já trabalhou/trabalha no serviço público? () Sim () Não

Há quanto tempo você se dedica a estudos preparatórios para concursos públicos?

() Até 6 meses () Entre 7 e 12 meses () Entre 13 e 18 meses

() Entre 19 e 24 meses () Entre 25 e 30 meses () Mais de 31 meses.

Este tempo de dedicação é () ininterrupto ou () intermitente?

Porque você decidiu fazer concursos públicos? Assinale uma ou mais das alternativas abaixo:

() Qualidade do ambiente de trabalho () Flexibilidade de horário

() Estabilidade no cargo () Remuneração

() Carga de trabalho () Carências de alternativas na iniciativa privada

() Possibilidade de carreira () Natureza das tarefas desenvolvidas

() Outro(s) motivo(s).

Especifique: _____.

Em sua opinião, a função principal do estudo é atingir objetivos? Sim () Não ()

Quantos concursos já prestou? () 0 () de 1 a 3 () de 4 a 6 () de 7 a 10 () + de 10.

Você costuma estudar outras matérias além das do concurso?

() Sim () Não

Se "sim", quais? _____

Você acredita que, caso aprovado, as pessoas mudarão o jeito como olham para você?

() Sim () Não

Em sua opinião, o merecimento aprova o candidato? () Sim () Não